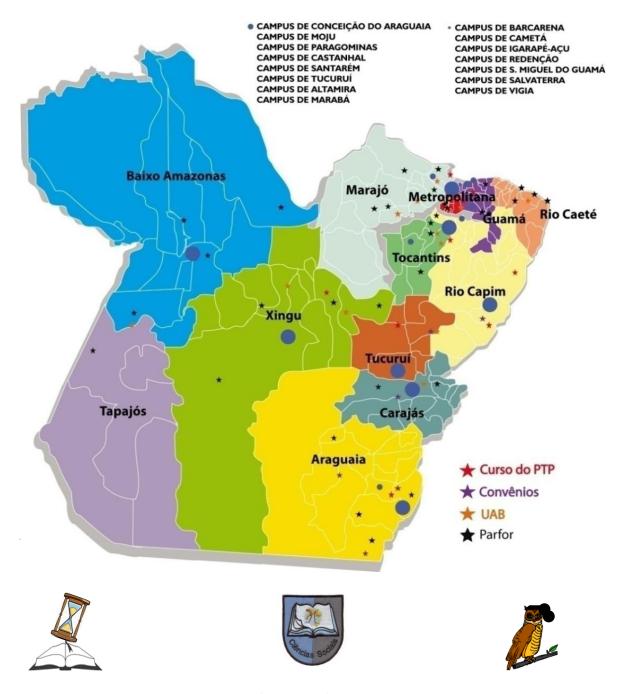


UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – CCSE CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS







Prof. Juarez Antônio Simões Quaresma **REITOR**

Prof. Rubens Cardoso da Silva **VICE-REITOR**

Prof^a. Maria Marize Duarte **PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**

Prof. Jofre Jacob Freitas PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^a. Ana da Conceição Oliveira **PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Prof^a. Lana Cláudia Macedo da Silva **DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO E ENSINO**

Prof. Pedro Franco de Sá DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAS E EDUCAÇÃO

Prof. Raimundo Miguel dos Reis Pereira **DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Prof. Mário Jorge Brasil Xavier COORDENADOR DO CURSO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2008-2011

Prof^a MSc. Maria Lúcia Gomes de Melo (Coordenação)
Prof^a.Msc. Josevett Almeida Miranda (Consultoria Técnica)
Prof. Msc. Antônio Serafim Azeredo
Prof^a Dr^a. Denise de Souza Simões Rodrigues
Prof^a . Esp. Elizabeth Lucena Rodrigues
Prof^a Esp. Herivalda Vitória deSouza Blanco
Prof. Dr. Homerval RibeiroTeixeira
Prof. Msc. José Augusto Carvalho de Araújo
Prof^a. Dr^a. Maria Marize Duarte
Prof. Msc. Mário Jorge Brasil Xavier
Prof^a. Esp. Sandra Sueli Lobato Mendes (P/ Sindicato dos Sociólogos)
Prof. Esp. Walmir de Cristo Miranda

COMISSÃO TÉCNICA DE REVISÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2012-2013

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Gomes de Melo Prof. Msc. Antônio Serafim Azeredo Prof^a. Esp. Elizabeth Lucena Rodrigues Prof^a. Dr^a. Maria Marize Duarte (Coordenação) Prof^a. Dr^a. Taissa Tavernard de Luca Prof. Dr. Henry Willians Silva da Silva Prof^a MSc. Léa Maria Gomes da Costa

APOIO TÉCNICO

Prof. MSc. Robson Wander Costa Lopes Prof^a. Natasha Lopes Pantoja Técnico Thiago Wendell Lima Câmara Eduardo da Silva Guimarães Neto Aline Paes de Sousa

BELÉM - PARÁ - BRASIL 2013

COPYRIGHT

Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

CAPA: Contorno do mapa do Estado do Pará contendo no alto à esquerda o símbolo da UEPA e, ao centro o símbolo do Curso de Ciências Sociais, representado por uma pedra ametista lapidada lilás, tendo à esquerda uma ampulheta do tempo sobre um livro aberto e, à direita uma coruja togada. Ilustrado por Silva, J.

FICHA CATALOGRÁFICA

DFCS. **Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais**. Belém(PA): DFCS/CCSE/UEPA, Comissão do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, 2013.

CONTEÚDO: Identificação da Proposta. Justificativa. Objetivos. Concepção Filosófica e Político-Pedagógica. Perfil do Profissional. Área de Atuação. Identificação do Curso Proposto. Desenho Curricular. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem. Implantação do Curso. Ementário e Indicação Bibliográfica das Disciplinas. Referências. Apêndices. Anexos.

Composto e digitado em Belém/PA: 2013.

Apesar das diferenças sócio-culturais e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros, por isso estou inclinado a acreditar que a diferença é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Deste modo, quando percebo uma cultura diferente, é que consigo reconhecer por contraste, minha própria identidade. (DA MATTA, 1981: p.23).

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	DESENHO CURRICULAR: Licenciatura Plena em Ciências Sociais	43
QUADRO 2	DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR NÚCLEO, DEPARTAMENTO E CARGA HORÁRIA	45
QUADRO 3	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	57
QUADRO 4	CORPO DOCENTE	58
QUADRO 5	ESPAÇO FÍSICO	67
QUADRO 6	EQUIPAMENTOS	69
QUADRO 7	MATERIAL DE CONSUMO	69
QUADRO 8	ACERVO BIBLIOGRÁFICO	70
QUADRO 9	SERVIÇO DE TERCEIROS	70
QUADRO 10	SÍNTESE INFRAESTRUTURA	70

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO	64
TABELA 2	CORPO DOCENTE DO CCSE – SEGUNDO VÍNCULO E TITULAÇÃO	66
TABELA 3	CORPO DOCENTE DO CCSE – SEGUNDO TITULAÇÃO E LOTAÇÃO DEPARTAMENTAL	66

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
1.1. HISTÓRICO DA UEPA: MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA UNIVERSIDADE	12
1.2. A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DE CONHECIO	MENTOS
PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO AMAZÔNICA	16
2. HISTÓRIA DO CURSO NO BRASIL E SUA CONCEPÇÃO NA UEPA	17
2.1. NATUREZA DO CURSO COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO À	
PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS E PRÁTICOS	21
2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE CONHECIMENTO	24
2.3. OBJETIVOS	27
2.3.1. Gerais	27
2.3.2. Específicos 2.4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	27
2.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO	
3. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO	
3.1 FUNDAMENTOS NORTEADORES: CONCEPÇÃO FILOSÓFICA E POLÍTICO-PEDAGÓGICA	
3.2. PERFIL DOS FORMANDOS	
3.3. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E CAMPOS DE TRABALHO	
3.4. CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	
4.1. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
4.2. DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
4.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
4.4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
4.5. LINHA METODOLÓGICA	
5. INFRAESTRUTURA	
5.1. HUMANA	
5.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA	
6. ESPACO FÍSICO	
7. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL	
8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO	
9. EMENTAS	
9.1.1. Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais — 1º Ano	
9.1.1. Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais — 1 Ano	26
9.1.3 Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais— 3º Ano	41
9.1.5 Ementas das Disciplinas Optativas	62
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	82
ARIENTOG	^=

APRESENTAÇÃO

Departamento de Filosofia e Ciências (DFCS) apresenta à comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Pará (UEPA) o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Este curso está inserido no conjunto de quatro cursos — História, Filosofia, Geografia e Ciências Sociais — sendo a materialização do esforço coletivo dos membros do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. O Curso aqui apresentado visa ampliar o leque de opções dos cursos ofertados pelo Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Tal iniciativa se insere no compromisso político e acadêmico da Universidade do Estado do Pará (UEPa), em contribuir para o desenvolvimento da região amazônica, através da formação de cidadãos críticos e conscientes da complexidade de seu papel enquanto Cientistas Sociais. Observa-se que a condição humana constitui objeto principal de todo o ensino e, assim,

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos. (MORIN, 2006, p.15).

A relevância da implantação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais nesta Instituição de Ensino Superior (IES/UEPA) está diretamente associada às necessidades da formação qualificada da juventude paraense e da legislação em vigor que aprovou, na Comissão de Educação do Senado – PLC 04/018, em 08/05/2008, a obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio de todas as escolas públicas e privadas do país, que acerca de trinta e sete (37) anos haviam sido excluídas do currículo por decisão do governo militar e substituídas pela disciplina Educação Moral e Cívica, conforme a Lei 5692/71.

Belém/PA, outubro/2013.

A Comissão.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 1.1. Título: "Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais"
- **1.2.** Habilitação: Licenciatura Plena.
- 1.3. Programa: Graduação Superior.
- 1.4. Área: Ciências Sociais.
- **1.5. Instituição Promotora**: Universidade do Estado do Pará UEPA.
- **1.6. Unidade Executora**: Centro de Ciências Sociais e Educação / Departamento de Filosofia e Ciências Sociais DFCS.
- 1.7. Coordenador:.
- Titulação:
- Endereço:

1.1. HISTÓRICO DA UEPA: MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA UNIVERSIDADE

A Universidade do Estado do Pará nasceu, portanto, da fusão e experiência de Escolas e Faculdades Estaduais que tinham a FEP como entidade mantenedora, mas que funcionavam de forma autônoma e isolada. A unificação dessas escolas independentes de modo a criar a Universidade do Estado do Pará somente ocorreu em 1993, através da Lei Estadual nº 5.747, de 18 de maio de 1993; sua autorização de funcionamento foi obtida pouco mais de um ano após esta data, através do Decreto Presidencial de 04 de abril de 1994.

A UEPA é uma instituição organizada como autarquia de regime especial que funciona com uma estrutura multi-campi e que goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. É regida por estatuto próprio e por seu regimento geral, assim como pela legislação específica vigente.

O Estatuto da UEPA estabelece as normas gerais de seu funcionamento e o Regimento Geral regulamenta o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; das unidades e órgãos universitários e dos serviços administrativos.

De acordo com seu Estatuto (2000), a Universidade do Estado do Pará tem por finalidade: a) contribuir para a criação de direitos e de novas formas de existência social e para o cultivo da cidadania; b) produzir conhecimento e desenvolver programas e projetos de ensino, pesquisa e de extensão visando a formação e a qualificação de pessoas para a investigação filosófica, cientifica, artístico-cultural e tecnológica, e para o exercício profissional; c) promover e estimular a pesquisa considerada como principio cientifico, educativo e político, objetivando o desenvolvimento da filosofia, da ciência, das letras, das artes, da tecnologia e da inovação; d) remover a realização de programas de extensão e viabilizar a participação dos segmentos populacionais no processo de criação cultural; e) realizar estudos e debates para a discussão das questões regionais e nacionais com o propósito de contribuir para a solução dos problemas, bem como possibilitar a criação de novos saberes, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática; f) desenvolver e elaborar projetos vinculados ao desenvolvimento do Estado em seus múltiplos aspectos.

Os princípios fundamentais da Universidade do Estado do Pará são a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; desenvolvimento da filosofia, das ciências, da tecnologia, das letras e das artes, comprometido com a humanização do ser humano e da sociedade; amplitude das suas ações para garantir a democratização e a

equalização das oportunidades educacionais aos cidadãos do interior do Estado; formação do homem para o exercício da cidadania; qualificação de recursos humanos para atender ao mercado de trabalho regional e nacional; articulação com programas estaduais e regionais de educação básica; cooperação com outras instituições de ensino; gratuidade do ensino de graduação e dos cursos de mestrado e doutorado; gestão democrática, envolvendo a participação dos segmentos institucionais, locais de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta a natureza, os fins, os objetivos e os projetos da instituição.

O ensino efetiva-se pela união indissociável de teoria-prática e do ensino-pesquisa, vinculando-se ao mundo do trabalho e da prática social, articulando-se com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros. Em seus vários níveis, é ministrado pela UEPA, compreendendo as seguintes modalidades: Licenciatura Plena; Pós-Graduação; Extensão; Outros.

Os cursos de Licenciatura Plena visam à habilitação para o exercício da docência ou a obtenção de qualificação específica; os de Licenciatura Plena visam à obtenção dos graus de Mestre e Doutor, compreendendo, ainda, os cursos em nível de Especialização e Aperfeiçoamento. Os cursos de extensão universitária destinam-se a complementar, atualizar, aprofundar ou definir conhecimentos, visando à articulação com a sociedade.

Todos os cursos estão estruturados, observando as leis e normas que regem a ensino, bem como o que dispõe o Regimento Geral específico de cada Centro. Os cursos de licenciatura plena mantidos pela UEPA têm seus currículos plenos distribuídos em disciplinas, observando os mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Educação bem como as cargas horárias mínimas estabelecidas por esse órgão, estando distribuídos de modo a atender uma formação geral e as especificidades de cada curso. Funcionam em regime seriado, por bloco de disciplinas anuais, semestrais ou modulares, com a duração de no mínimo 3 (três) ou 4 (quatro) anos e no máximo de 6 (seis) ou 7 (sete) anos, dependendo do curso.

A UEPA funciona em três turnos, através de um calendário único, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e hora/aula de 50 minutos. O ensino de Licenciatura é mantido pelo CCSE – Centro de Ciências Sociais e Educação; enquanto o ensino de Graduação pelo CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e pelo Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT.

A pesquisa deve ser entendida como inspiradora de toda vida acadêmica, indissociável do ensino e extensão. Nesse sentido, a Universidade do Estado do Pará tem como meta primordial ser o motor de revitalização para o desenvolvimento do Estado, o que subentende a

capacidade de dar respostas às necessidades e desafios locais frente às demandas nacionais e globais, pela via da ciência, da tecnologia, da educação e da cultura. Para cumprir esses objetivos a UEPA pretende: ter presença em todo o Estado, através da expansão paulatina de seus "campi" ou de unidades móveis intermitentes, que ofereçam cursos adequados, permanentes ou temporários, capazes de responder aos desafios locais; ser um agente de integração regional, articulada aos órgãos públicos na promoção de ações que leve à autosustentação e à auto-gestão das várias micro-regiões, conforme as potencialidades e as exigências locais e, ainda, atuar como elo de articulação, integração e intercâmbio com as diversas instituições locais, nacionais e internacionais; ser indutora de qualidade nos diversos níveis de ensino (da educação básica à Pós-Graduação), influindo decisivamente na formação dos respectivos recursos humanos, mantendo a necessária renovação curricular, fomentando cursos profissionais, colaborando na formação de profissionais renovados; consolidar a gestão democrática, aliando a qualidade acadêmica formal com a qualidade política, atuando em quatro direções: no acesso não apenas pelos cursos de Licenciatura Plena, Graduação ou de Pós-Graduação, mas também pelos de atualização e formação continuada voltados para os seus próprios servidores e do Estado; .6 na criação de cursos e currículos que possibilitem uma leitura crítica da realidade, contemplando neles as necessidades locais; na gestão democrática através da criação de órgãos colegiados deliberativos, nos quais se integram os diversos setores sociais, científicos ou econômicos da Universidade e da sociedade; na incorporação do processo de avaliação e auto-avaliação, constante e sempre renovado, não só do preparo acadêmico que oferece, mas também da implementação da gestão democrática com vistas ao seu aperfeiçoamento; ter a pesquisa como mola-mestra tanto do ensino quanto da extensão.

Para dar conta desses objetivos é de fundamental importância a função social e institucional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) pois é através desta que se estabelecem as ações a serem desencadeadas no âmbito da pesquisa e da pós-graduação, na medida em que tal Pró-Reitoria, além da qualificação profissional que é sua missão precípua, também tem a importante tarefa de estreitar a relação entre a universidade e a sociedade.

Ainda em fase de consolidação, a questão da pesquisa na UEPA tem suscitado uma série de discussões no sentido de estabelecer linhas prioritárias capazes de consolidar uma política de pesquisa capaz de adequar-se aos recursos orçamentários disponíveis. Atualmente estas prioridades estão centradas nas áreas da educação, da saúde e da tecnologia. Atualmente a UEPA, por meio da PROPESP conta com os seguintes programas: Programa de Capacitação

Docente e Técnica – PICDT; Programa de Apoio e Desenvolvimento às Atividades de Pesquisa – PAP; Programa de Iniciação Científica – PINC; Programa de Incentivo à Formação de Grupos de Pesquisa – PIG; Programa Enxoval; Programa de Incentivo à Participação em Eventos Científicos - PIPE; Programa de Apoio à Realização de Eventos; Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, i) Dermatologia, Radiologia e Enfermagem; Programa de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto-Sensu* nas áreas de Saúde, Educação, Sociologia, Meio Ambiente e Tecnologia na capital e interior; Mestrados Interinstitucionais e próprio na área da Educação; Doutorados - PQI.

Dentro das principais linhas oferecidas para a consolidação da Universidade, expressas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PARÁ, 2007), está a capacitação docente, havendo um programa de incentivo à formação de especialistas, mestres, doutores e pósdoutores tanto no Brasil como no exterior.

A extensão tem o papel estratégico de fazer a Universidade dialogar com a comunidade e proporcionar, através da relação dialética com a sociedade o fortalecimento de ambas. Nesse sentido, a UEPA, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), atua junto à sociedade paraense desenvolvendo os seguintes programas: Universidade Solidária – UNISOL, NACIONAL E REGIONAL; Ação Universitária; Alfabetização Solidária; Programa Aluno para Aluno; Programa de Apoio à Extensão; Programa Liberdade Assistida; Programa Pedagógico Popular – PROPEP; Programa de Desenvolvimento e Valorização do Servidor – PREVESP; UEPA no Círio; UEPA na Praça; Campus Avançado; Alfabetização Digital; Encontro de Extensão Municipal; PROEX Itinerante; Programa de Apoio ao Ensino Básico; Universidade, Esporte e Lazer; Madrigal da UEPA.

Diante da realidade educacional que se apresenta no Estado do Pará, resultante de suas características peculiares, em termos de desenvolvimento socioeconômico e amplitude geográfica, a UEPA assumiu o compromisso de buscar levar a universidade pública até áreas que não haviam sido alcançadas por outras instituições, de modo a socializar a difusão dos conhecimentos já sistematizados e a produção de novos conhecimentos.

A implantação do Projeto de Interiorização dos Cursos de Licenciatura Plena e Graduação da UEPA tem um papel importantíssimo no desenvolvimento regional, ao proporcionar formação qualificação profissional, principalmente nas áreas de saúde e da educação. Atualmente presente os municípios de Altamira, Conceição do Araguaia, Igarapé-Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí, Vigia, Barcarena, Cametá e Salvaterra, sua área de abrangência atinge quase todo o Estado do Pará haja vista que estes núcleos servem de pólos atrativos para estudantes dos municípios

situados na mesma sub-região.

1.2. A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO AMAZÔNICA¹

Na contemporaneidade deste século XXI, conhecimento, tecnologia e ética são indiscutivelmente, as ferramentas primordiais capazes de permitir o desenvolvimento dos povos e das comunidades nacionais na perspectiva da sua ascensão perante o contexto mundial movido pela dinâmica da informação e da comunicação global.

A Universidade do Estado do Pará tem importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, na medida em que sua missão objetiva a qualificação e a capacitação de profissionais que possam intervir positivamente nos variados modos da vida social e econômica e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em geral.

Essa intervenção positiva tem como pressuposto a apropriação do conhecimento científico em áreas específicas do saber universal e o domínio de técnicas e de mecanismos capazes de gerar novos saberes e novas descobertas para a formulação de matrizes produtoras de bens e serviços direcionados às especificidades sócio-ambientais do Estado e da Região Amazônica, superando assim a sua condição histórica de provedores de insumos e de matérias-primas para a exportação.

A legítima pretensão de desenvolvimento do Estado e da Região deve, portanto, estar ancorada em ações estratégicas de produção de ciência e de tecnologia que venham traduzirse em benefícios sociais e econômicos capazes de superar os déficits do desenvolvimento humano refletidos nos baixos índices de escolaridade e de profissionalização, na presença de doenças, de desnutrição e do alto grau de mortalidade infantil, dentre outras tantas misérias sociais estampadas nas periferias da Capital, das grandes cidades do Estado e na zona rural.

A UEPA no cumprimento da sua missão institucional, contribui eficazmente para a elevação dos índices de qualidade de vida da população, para a geração de serviços e bens que favoreçam a sustentabilidade econômica dos que habitam e trabalham nesta região, por intermédio de uma política que objetiva prioritariamente a formação de mestres e doutores, a produção de pesquisa adequada e pertinente aos interesses do desenvolvimento local e regional.

_

¹ Texto extraído do Plano Diretor Institucional da UEPA – 2005-2014, p. 31-32.

2. HISTÓRIA DO CURSO NO BRASIL E SUA CONCEPÇÃO NA UEPA

Historicamente, o desenvolvimento do Curso de Licenciatura Plena no Brasil propiciou a instituição da carreira universitária para os sociólogos acadêmicos. As universidades desde 1933 com a fundação da Escola de Sociologia e Política em São Paulo, até o final da década de 1950, absorviam quase a totalidade dos poucos cientistas sociais que terminavam o Curso. Uma minoria seleta da sociedade ingressava no Curso, cuja produção teórica na docência e pesquisa seguia basicamente a tradição da Sociologia europeia; a maioria dos professores de Sociologia, Antropologia Política e Economia era de origem francesa.

Para o mestre Florestan **Fernandes** (1963), um dos raros casos de exceção da época, pois veio das camadas mais baixas da população brasileira, o ensino de Ciências Sociais não preparava o estudante para nenhuma carreira e muito menos para a carreira científica. A pesquisa sem nenhum recurso financeiro, era uma aventura pessoal dos estudantes universitários e dos cientistas sociais independentes após a graduação.

No início da década de 1960, o mercado de trabalho para os cientistas sociais, se ampliou quando surgiram os primeiros Órgãos de planejamento fora da Universidade, como a SUDENE no nordeste; a SUDAM na Amazônia; Órgãos públicos, sob a égide do Estado, ou ainda ligados às Universidades como o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho - CESIT, ligado a cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo; o Museu Nacional e o Instituto Universitário de Sociologia do Rio de Janeiro – IUPERJ; o INCRA; o SPI e; outras instituições. Cabe lembrar também que a Sociologia fazia parte do currículo do ensino médio das escolas brasileiras na época.

Com o golpe militar de 1964, o mercado de trabalho foi afunilado e muitas carreiras de cientistas sociais foram interrompidas violentamente. As Ciências Sociais sofreram cassação, vários tipos de censura, evasão de professores e pesquisadores para o exterior, direta ou indiretamente ameaçados pela Ditadura Militar. Bastava ser formado ou estar fazendo o Curso de Ciências Sociais para ser taxado como subversivo e comunista. Muitos profissionais foram presos, ameaçados, processados, desqualificados, humilhados, e o fim do curso chegou a ser sugerido. (VELHO, 1985).

O Estado autoritário brasileiro, tecnocrático, formulou um projeto educacional de caráter tecnicista, onde a educação se transformou em investimento para a qualificação de mão de obra, castrando o conhecimento científico e impondo um instrumento disciplinador e normativo.

As reformas do ensino de 1° de 2° graus extinguiu a Sociologia destes níveis de ensino, enquanto o superior passou a ter como objetivo principal a preparação de técnicos, à luz de uma perspectiva positivista/funcionalista.

Alguns espaços de trabalho para os cientistas sociais foram criados, embora bastante inferiores aos outros abertos a outras categorias profissionais (economistas, arquitetos, administradores, assistentes sociais, etc...) e estritamente na perspectiva de técnicos da racionalidade estatal ou em trabalhos próximos às atividades mais tradicionais do Serviço Social. (FERREIRA, 1988).

Resistindo à tecnocracia, aqueles cientistas sociais que foram "banidos" das Universidades, mas permaneceram no país, procuraram produzir academicamente através de instituições como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, em São Paulo; na Associação Nacional dos Pós-graduados em Ciências Sociais – ANPOCS; no Instituto Brasileiro de Estudos Sociais – ISEB e; outras.

Ainda nos anos setenta, o mercado de trabalho passa a ser um tema central entre os cientistas sociais. Preocupados com a formação profissional, piso salarial, organização da categoria e, exercício da profissão, parte significativa dos formados, passaram a se posicionar enquanto categoria profissional, se organizando em entidades civis em vários Estados do país, buscando unir forças para a luta pela regulamentação da profissão do Sociólogo e pela ampliação dos espaços de trabalho.

Esta mobilização fez com que surgisse em 1977, a Associação dos Sociólogos do Brasil – ASB, entidade de caráter civil, que se propunha a coordenar e a organizar a categoria em âmbito nacional.

Os anos de 1980 foram de intensas mobilizações entre os cientistas sociais, coincidindo com uma conjuntura de abertura política no país. Em consequência ao aumento do número de sociólogos formados e de interesses diferenciados, a categoria se dividiu em duas correntes: os **acadêmicos** e os **não-acadêmicos** (técnicos).

Para os primeiros, as Ciências Sociais não são vistas como uma profissão, e sim como área de conhecimento, disciplinas acadêmicas de produção e avanço do conhecimento, pois não tem nenhuma aplicação prática, não oferece serviço, não tem clientela definida e, outras objeções que foram colocadas na época pela corrente acadêmica. Neste sentido, não apoiavam a regulamentação da profissão, a volta da Sociologia no 2º grau e outras bandeiras de lutas da categoria. Este grupo de localizou preferencialmente nas Universidades e nos Institutos de Pesquisa, se reunindo nacionalmente através de entidades como a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS e ANPOCS.

Por outro lado, para os sociólogos não-acadêmicos, que ocupavam espaços nas administrações públicas e privadas e no ensino secundário, as Ciências Sociais deviam propiciar uma profissão como outra qualquer e a obtenção do diploma universitário constituía um credenciamento profissional. Esta corrente foi a que se tornou a vanguarda da luta pela organização e profissionalização da categoria dos Sociólogos. Cabe ressaltar, entretanto que apesar da primeira corrente não ter apoiado de forma tão visível e profunda as bandeiras de luta dos Sociólogos não-acadêmicos, contudo alguns Sociólogos acadêmicos também propiciaram uma valiosa contribuição neste processo de luta política.

A pressão dos cientistas sociais, somada a uma conjuntura favorável da época, propiciou a elaboração da Lei nº 6.888/80 de 10.04.80, que reconheceu a profissão de Sociólogo, regulamentada através do Decreto nº 89.531/84 em 05.04.1984. Com isso, os cientistas sociais passaram a ter espaço e função definida em lei, substanciando assim a luta por um piso salarial básico.

Essa mobilização da categoria se espalhou por todo o território nacional, através de Encontros Estaduais (RJ, SP, PR, AS, MS, PA, etc.) e Congressos Nacionais (1984 no Rio de Janeiro, 1986 em Curitiba e, etc.). O objetivo principal era transformar as entidades civis em sindicais, fazendo surgir várias associações pré-sindicais e sindicatos estaduais, culminando com a transformação da ASB em Federação Nacional dos Sociólogos – FNS, no VII Congresso Nacional dos Sociólogos em Salvador, em 1988.

Esses encontros e congressos possibilitaram um acúmulo valioso de propostas sobre o mercado de trabalho, piso salarial nacional, de formulação curricular dos Cursos de Ciências Sociais, considerando a realidade de cada região, aproximação com os estudantes, além da bandeira de luta que marcou a categoria, especialmente no Rio de Janeiro, que foi a volta da Sociologia no ensino médio brasileiro.

Mais tarde, após a Constituição Brasileira de 1988, no magistério, além da docência em ensino superior, os formados em Ciências Sociais, poderiam lecionar nos 1º e 2º graus nas disciplinas de Estudos Sociais, OSPB, EMC e Sociologia da Educação no Curso de Professor Normalista.

Apesar disso, no final dos anos oitenta e início dos noventa ocorre certo refluxo da categoria, ocasionado pela falta de renovação dos quadros das entidades civis, pré-sindicais e sindicais, nos Estados, além de um momento conjuntural de desmobilização geral dos movimentos sociais em todo país. Cabe lembrar que há certa evasão nos Cursos de Ciências Sociais, em geral, alguns chegando até a fechar por falta de alunos.

Mesmo assim, nos anos noventa, os cerca de 40 mil Sociólogos formados na década de 80 (VEJA, 1993), encontram um mercado mais ampliado, inclusive com novos espaços nas áreas de propaganda e marketing, treinamento de pessoal, recursos humanos, pesquisa de mercado e opinião, pesquisa de impacto ambiental, assessorias, etc.

O trabalho para o cientista social deve passar pela relação sujeito-objeto, teoriaprática, investigador-investigado e, pela reflexão do destino de sua produção científica (de como e para quem).

As Ciências Sociais se tornaram profissão e através de recursos organizacionais e ideológicos, monopoliza a atividade científica ao produzir sua "mercadoria distintiva" e ao distinguir e excluir "cientistas sociais" e "não cientistas sociais", "sociólogos" e "não-sociólogos" na sociedade.

O mercado de trabalho vem se ampliando e algumas atividades profissionais vêm se consolidando para os formados em Cursos de Ciências Sociais nos últimos anos no país. Mas o dilema entre este mercado e a formação profissional, junto com a contradição entre a formação teórica e prática e as exigências burocráticas do trabalho, continuam no Brasil.

A perspectiva futura da profissão é extremamente promissora, considerando que passamos, atualmente, por um processo de transição política bastante rica e fértil, diante de uma crise social, econômica, moral e ética sem precedentes na história da Sociedade Contemporânea Neo-Liberal no mundo e no Brasil.

Tal situação, por certo, exige e exigirá cada vez mais do cientista social uma intervenção consciente, tanto individual quanto coletiva na sociedade brasileira, que ultrapasse o individualismo e os interesses dominantes que subordinam os mais vulneráveis socioeconomicamente a um profundo e acelerado processo de excludência social.

Ao propormos um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais na UEPA, visamos atender a necessidade histórica de formação de sujeitos sociais que incorporem e, ao mesmo tempo, produzam cientificamente novas perspectivas de pensar a realidade social, especialmente a latino-americana, brasileira e Amazônica, embasadas na Ciência Crítica que se propõe superar versões fossilizadas e fragmentadas do mundo social, desconectadas da realidade na qual construímos nossas vidas, com suas contradições, desafios e necessidades inadiáveis.

De um modo geral, os currículos vigentes nos diversos Cursos de Licenciatura Plena na Área de Ciências Humanas e/ou Sociais, ainda não tratam a **questão social** com o rigor e a profundidade crítica e científica que necessita, tal é a sua importância para o futuro da

sociedade, especialmente no que diz respeito à gestão da violência e dos conflitos sociais, indispensável à construção de uma vida social de paz, mais justa e igualitária.

A verdadeira compreensão da problemática social passa necessariamente pelo conhecimento aprofundado dos problemas que o desenvolvimento econômico capitalista mundial impõe à **Sociedade**, em termos não só da superexploração da força de trabalho das Classes Subalternas, tornando-as cada vez mais submetidas a um acelerado processo de excludência social, mas ao mesmo tempo, pelas profundas desigualdades sociais que acarreta em todas as dimensões da vida social, transformando-a em um verdadeiro campo de "batalha", marcada pela violência e precárias condições sociais de vida das populações brasileiras e Amazônicas.

Impõe-se, portanto, a formação de profissionais que atuem como uma espécie de vanguarda na busca de novos modelos de relacionamento com a sociedade, desenvolvendo pesquisas científicas que permitam a visibilidade adequada dos problemas, a proposta de soluções e, principalmente, sejam formadores e propagadores de novas práticas de relacionamento entre a sociedade, suas demandas e o indivíduo, sobretudo aquele proveniente das camadas mais pobres, atualmente tão discriminado, que organizados coletivamente em seus movimentos sociais de base ou atomizados, dispersos na sociedade difusa, cobram do Estado e da Sociedade em geral, a responsabilidade por uma vida marcada pela violência e por tão profundas desigualdades sociais.

2.1. NATUREZA DO CURSO COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO À LUZ DE PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS E PRÁTICOS

Vários autores há muito tempo vem propondo uma intervenção no processo de proletarização da qualidade de desenvolvimento humano² em todo o mundo, envidando esforços na preparação teórico-prática de sujeitos históricos, prontos a intervir nos variados setores do planejamento e execução de políticas públicas, ligadas à elevação da qualidade de vida das populações e à redução dos índices de criminalidade e violência na sociedade através da formação de cidadãos críticos e politizados, capazes de produzir e socializar conhecimentos à luz de princípios científicos atualizados, bem como através de princípios práticos que forneçam elementos concretos para se administrar programas de políticas sociais necessárias à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

_

² Uma das obras de referência sobre o tema é o trabalho de HALEBSKY, Sandor. **Sociedade de Massa e Conflito Político**. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR, 1978.

A crítica do modelo de expansão capitalista atual, considerado "selvagem" e subdesenvolvido pela prática excludente das populações mais carentes e esbanjador de recursos, o que de certa forma beira ao desperdício irracional, aponta a impossibilidade desse padrão "ad infinitum", tendo em vista a manutenção dos níveis atuais de crescimento da população mundial.

Frente a um século assolado pelo conflito e sociedade divididas por movimentos sociais politicamente vigorosos ... há considerável necessidade de pesquisas sociais orientadas para ação que poderão ocupar-se de várias questões sociais ... Alguns possíveis objetivos dessas pesquisas seria uma análise sobre o controle das estruturas de poder e sua canalização para finalidades públicas, tais como a melhoria no oferecimento e utilização dos serviços de educação e, saúde; o tratamento e a redução da delinquência, da violência social e das desigualdades sociais. Seus resultados poderiam subsidiar a implantação de comunidades solidárias baseadas na paz e na felicidade das pessoas (HALEBSKY, 1978, p. 11-306).

Assim como chegamos neste terceiro milênio à uma vida social conflagrada pela guerra, tensões sociais e intolerância, a proposta de um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais no âmbito UEPA, vem reafirmar seu papel pedagógico no exercício do político, em busca da cidadania plena dos sujeitos sociais que demandam por seus serviços educativos. Esta é a sua maneira genuína de ação da qual não pode neste momento crucial de crise social se furtar, pois como argumenta Dias (2000), "a Sociedade humana, como está, é insustentável", pois apesar de seus inegáveis avanços tecnológicos pós-industriais, a humanidade inicia o século XXI lutando por terra, por petróleo e por poder, transformando a sociedade mundial num verdadeiro campo de batalha que remonta à barbárie paleolítica. Os prognósticos desta situação conflagrada socialmente são sombrios, pois se prevê o crescimento da violência urbana e rural imersa num contexto de conflitos terroristas, gerados pela ambição desmedida e pela intolerância humana diante das diferenças socioculturais das pessoas, principalmente etnossocioreligiosas. No Brasil e na Amazônia, esta situação social não é em menor proporção, pois tanto na sociedade brasileira e, sobretudo na Amazônica, o potencial explosivo da violência no campo e na cidade tem culminado com uma cotidiana "guerra" civil em que são vitimadas crianças e pessoas inocentes, especialmente lideranças políticas que lutam por uma sociedade mais humanizada e fraterna.

Esta situação trágica é resultado de uma estratégia de manutenção a mais de quatro séculos de um modelo altamente concentrador de renda, sustentado pela aliança da burguesia financeira com as oligarquias latifundiárias na região.

Diante deste quadro de crise social em que se encontra a sociedade mundial e, no seu interior a brasileira e a Amazônica e, objetivando intervir ao nível dos limites possíveis da educação, a concepção filosófica prevista para o futuro Curso, enfatizará a crítica dos modelos de interpretação teórica vigente na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política que induzem a uma visão positivista de obediência às leis naturais e imutáveis da sociedade, ou ao seu oposto que através de abordagens funcionalistas visam justificar como inevitável e funcional os efeitos negativos dos conflitos sociais e das desigualdades sociais. É, pois, importante e indispensável para nossa proposta de Curso, que a formação dos graduandos privilegie a originalidade e a autonomia do pensamento latino-americano, brasileiro e amazônico sobre suas contradições sociais e, como superá-las em prol à construção de sociedades autossustentáveis.

A discussão crítica e científica da sóciobiodiversidade, da autodeterminação dos povos indígenas e quilombolas, assim como dos posseiros urbanos, dos pequenos produtores rurais, dos ribeirinhos, dos favelados das grandes cidades, das minorias étnicas discriminadas, dos segmentos marginalizados e, dos socialmente oprimidos e excluídos da sociedade devem ser "sujeitos-objeto" de cuidadosa análise teórica, onde seja enfatizada a valorização da alteridade da população latino-americana, brasileira e amazônica e, suas necessidades de sobrevivência sociocultural em todas as dimensões sociais da vida. Buscar a visibilidade dessas populações, sem dúvida, permitirá a emergência de formas politizadas de pensar o desenvolvimento econômico indissociado do social, do político e do cultural, implica pensar o desenvolvimento como **totalidade**, como afirmação das populações em seus saberes e práticas socioculturais, atuando de modo compatível com a sociedade regional e seu meio ambiente.

Em nossa perspectiva, o grande equívoco das políticas sociais para o continente Latino-Americano, para o Brasil e para a Amazônia se localiza justamente no fato de que se desconsideram as características socioculturais de sua população, suas reais necessidades sociais, seus saberes acumulados, organizados e testados sobre as mais diferentes regiões que habitam. No caso do Brasil, por exemplo, criou-se o mito da "democracia racial", sem se levar em consideração as lutas daqueles que realmente objetivam superar o "racismo" no contexto social do país. No caso da Amazônia, criou-se o mito da preservação e/ou da destruição inevitável, sem se levar em conta os anseios dos que nela (con)vivem. Isso cria tensões e

conflitos sociais a cada proposta de política social visando minorar o sofrimento dos menos favorecidos.

Grupos a favor e contra, logo se mobilizam para entravar ou agilizar a execução dos projetos, criando impasses que mobilizam e/ou inviabilizam até mesmo a permanência de antigos moradores na região e no país. Na ilusão de encontrar o "oásis" da terra prometida, "levas" de migrantes se deslocam para outras regiões e até para fora do Brasil, poucos são os que retornam em condições melhores do que foram, a maioria cansados e envelhecidos pelo trabalho penoso que ficam obrigados a desempenhar, voltam desiludidos, outros morrem no caminho ou vítimas de preconceitos como renegados e banidos da pátria que "escolheram" para sobreviver.

Assim, com a finalidade de dar conta das múltiplas e concretas determinações históricas da sociedade latino-americana brasileira e Amazônica, necessário se torna a formação de sujeitos históricos, capacitados para realizar a "ponte" entre a teoria e a prática das relações sociais, fundamentais ao desenvolvimento social e cultural das populações carentes, colaborando na produção e socialização de conhecimentos, assim como na gestão dos projetos de políticas sociais públicas. E esta é uma tarefa urgente e inadiável das instituições de ensino superior, especialmente da UEPA, cuja vinculação aos destinos de nossa gente, é parte essencial de sua proposta de atuação pedagógica.

Finalmente, resta dizer que, aprender, ensinar e produzir Ciências Sociais constitui a ação pedagógica e científica, por meio da qual alunos e professores vivenciam a experiência dialética de ampliar a capacidade de compreender a sociedade da qual fazem parte. É o exercício político da ação educativa que, possibilita cotidianamente, a passagem de uma concepção alienada de mundo à uma nova concepção, marcadamente crítica e revolucionária, num processo que capacita os atores nela envolvidos a se tornarem sujeitos históricos de seu próprio existir, onde é fundamentalmente indispensável compreender e interpretar o mundo social para transformá-lo de suas estruturas dominantes e alienadas, em busca de um outro mundo possível, centrado em um processo de humanização e cidadania real.

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE CONHECIMENTO

A necessidade de se elaborar uma proposta de Curso dessa natureza, inclui entre outras razões, motivos de ordem institucional, pedagógica, científica política e, social.

Em primeiro lugar está a necessidade de implantarmos um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais no Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA, que desde que iniciou suas atividades acadêmicas em 1994 com a fundação da Universidade do Estado, ainda não se viu contemplada com um Curso que sua própria denominação diz ser um Centro, embora contenha outros Cursos, como no caso, por exemplo, do Curso de Matemática, do Curso de Ciências Naturais, do Curso de Letras e, outros afins.

Ainda que consideremos e entendamos as diversas áreas do conhecimento como dialeticamente relacionadas, a ausência de um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais em um Centro que se autodenomine como sendo de Ciências Sociais parece impróprio, se configurando como um "vazio" científico que precisa ser urgentemente preenchido, principalmente quando este Centro se localiza em uma região de profundas transformações sociais como a Amazônia, que necessita produzir e acumular uma massa crítica de conhecimentos científicos que nos possibilite pensar a região a partir de um "olhar" Sociológico interdisciplinar e, a partir de dentro, ou seja, dos "nativos", sobre quem no mínimo recaem as consequências mais imediatas dos equívocos que são cometidos por aqueles que acreditam estar inventando uma "outra" Amazônia.

Referimo-nos aos saques econômicos, ecológicos e sociais executados na região nas últimas décadas pelas políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, que em nome das ideologias do "vazio demográfico" e da segurança nacional, sempre esteve atrelado aos interesses do processo de reprodução ampliada do grande capital.

Por esse motivo então, a proposta de um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais no Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA deverá propiciar, no mínimo, uma possibilidade de reflexão crítica sobre o momento histórico, social e político porque passa atualmente as Sociedades Latino-Americana, Brasileira e Amazônica, muito embora nossa intenção seja que a importância das Ciências Sociais como área de conhecimento, contribua para que os avanços científicos e tecnológicos promovam impactos positivos na sociedade atual.

Além desse compromisso institucional, o futuro Curso visa também, graduar em Ciências Sociais no nível de Licenciatura Plena, docentes que aspirem ingressar na carreira do Magistério do Ensino Médio, considerando que a Resolução da CEB nº 3/98 de 26.06.1998 ao instituir as diretrizes curriculares nacionais para esse nível de ensino, inclui como parte do núcleo comum, o conhecimento de **Sociologia**, como necessário ao processo de formação da consciência crítica e ao exercício da cidadania. Além da obrigatoriedade do estudo da Sociologia no ensino médio; a inclusão de seu conhecimento no processo seletivo do

Vestibular aos cursos superiores é mais uma iniciativa que justifica e fortalece a necessidade urgente de se implantar no Estado o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais através da UEPA.

Torna-se oportuno enfatizar ainda que, a necessidade de implantação desta proposta de Curso, cumpre também uma exigência pedagógica e científica, referente ao exercício prático que os futuros graduandos deverão realizar na área da pesquisa científica, uma vez que a própria linha metodológica que norteia o curso possui o objetivo de capacitar pesquisadores sociais, para que assumam o compromisso com a práxis científica da realidade social em que convivem.

Neste sentido, o Curso proposto além das disciplinas teóricas, pretende incluir atividades de pesquisa e extensão, considerando que todo profissional é, em potencial um pesquisador e, só terá condições de atuar com maior poder transformador sobre a realidade que conhece, através de uma pesquisa científica concreta.

Dessa forma, estudar, conhecer e analisar cientificamente as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, procurando compreender criticamente a dimensão social da "teia" das relações humanas, seus enfrentamentos políticos, sua produção e reprodução material de existência; assim como o universo cultural de representações simbólicas, no qual interagem homem, natureza e sociedade, constitui o núcleo central deste Curso, que entre outros objetivos, visa construir e socializar um referencial teórico-crítico que dê conta de explicar as múltiplas e concretas determinações históricas de uma realidade social, com inúmeras contradições sociais, como a Latino-Americana, a Brasileira e a Amazônica.

Além dos motivos assinalados acima, acrescente-se ainda, o compromisso de ordem política, que os educadores devem ter com a realidade latino-americana, brasileira e regional, com a finalidade de contribuírem no processo de construção de uma consciência crítica e política sobre os problemas sociais do continente, da região e do país e, ao mesmo tempo, fornecerem subsídios científicos concretos sobre a problemática social do Pará, visando a formulação de planos, programas e projetos de políticas sociais, de iniciativa pública e/ou privada, que objetivem a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, mas que respeite as diferenças étnicas, religiosas e culturais, tendo em vista a construção de uma unidade na diversidade social.

Finalmente a implantação desta proposta de Curso, cumpre a sua função mais nobre, que é a de colocar na agenda de suas preocupações, a **educação do homem amazônico**, priorizando, sobretudo a graduação de profissionais comprometidos em contribuir no processo

de construção da consciência científica e política do povo brasileiro sobre os reais problemas sociais do continente Latino-Americano, do Brasil e da Amazônia.

Assim, considerando que o conhecimento das Ciências Sociais objetiva investigar, estudar, interpretar e explicar os fatos relacionados à vida social, então possibilitará aos futuros licenciados, o instrumental teórico-prático para que tenham condições objetivas de compreender e ensinar a complexidade da realidade social. Ao compreenderem cientificamente a dinâmica da Sociedade em que vivem, poderão perceber-se como sujeitos históricos dotados de força política para participarem das transformações sociais necessárias à construção de uma Sociedade mais justa e solidária, que tenha como objetivo a formação de uma cidadania plena de suas populações, possibilitando-lhes que se construam como auto-dirigentes de suas destinações históricas.

2.3. OBJETIVOS

2.3.1. Gerais

- ♣ Graduar profissionais em nível de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, tendo em vista capacitá-los a produzir conhecimentos referentes às sociedades amazônicas, brasileira e latino-americana;
- Licenciar profissionais críticos no exercício da docência das ciências sociais que contribuam nos campos teórico-prático no processo de construção da cidadania plena das sociedades interétnicas presentes na realidade amazônica.

2.3.2. Específicos

- Fornecer o referencial teórico-prático sobre as abordagens sociológicas da Sociedade, visando contribuir no processo de construção de uma massa crítica, capaz de analisar e repensar criticamente a realidade social amazônica, brasileira e latino-americana;
- Oferecer uma estrutura curricular que estimule e possibilite aos(às) estudantes o exercício da docência em Ciências Sociais, de uma perspectiva crítica diante da sociedade, bem como a aquisição de uma formação humanística;
- ♣ Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida, ancorada no exercício da docência das três áreas do Curso: Antropologia; Ciência Política e; Sociologia;
- Fornecer instrumentos para que os(as) estudantes possam estabelecer relações entre a pesquisa e a educação em sua prática profissional docente;

- ♣ Garantir oportunidades efetivas para o aprendizado de competências fundamentais para o futuro exercício da docência dos(as) alunos(as);
- ♣ Promover a reflexão sistemática sobre o conhecimento adquirido através de experiências práticas da docência em conexão com conteúdos teóricos;
- ♣ Promover a articulação entre as disciplinas, as linhas e os núcleos de ensino e pesquisa, as áreas de formação e os projetos de extensão desenvolvidos pelos departamentos que atuam no Curso;
- ♣ Conciliar a autonomia dos(as) estudantes na composição de seu currículo com uma oferta mais estruturada de disciplinas no sentido de concentração de esforços formativos;
- ♣ Permitir e estimular o conhecimento sobre as possibilidades de inserção do futuro docente e identificação de novos campos de atuação em ambientes escolares e nãoescolares;
- ♣ Graduar em nível de Licenciatura Plena em Ciências Sociais para atuarem como docentes, nos espaços educativos escolares e não-escolares;
- ♣ Graduar em nível de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, docentes para atuarem como professores em disciplinas das áreas de Ciências Sociais no Ensino Fundamental e Médio;
- ♣ Graduar docentes críticos que oportunizem conhecimentos referentes à realidade amazônica, brasileira e latino-americana visando à compreensão das diversas sociedades interétnicas;
- ♣ Contribuir no processo de produção de conhecimentos científicos sobre a problemática social da região e do país, visando subsidiar políticas de educação que combatam as elevadas taxas de evasão e repetência escolar no Estado;
- Participar do esforço pedagógico da UEPA, no sentido de desempenhar o seu papel social e político no exercício da docência e desenvolvimento da educação do Estado do Pará.

2.4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O Curso proposto será implantado nos diversos núcleos da Universidade do Estado do Pará que apresentem demanda conforme interessada inicialmente em Belém/Pa., devendo

ser operacionalizado no Campus I da UEPA, nas dependências do Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE, situado à Trav. Djalma Dutra, S/N°, no bairro do Telégrafo.

Recomenda-se com a devida infraestrutura, acadêmico-administrativa, a ampliação de seu raio de ação às áreas interioranas do Estado priorizando-se os Municípios que sediam Núcleos Universitários da UEPA, e, ao mesmo tempo apresentem demanda interessada no referido Curso.

2.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

2.5.1 Forma de Ingresso

O ingresso no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais se fará através de processos seletivos, nos termos da legislação vigente. O planejamento, a execução, a coordenação e avaliação dos processos seletivos são de competência de uma Comissão Permanente de Acesso ao Ensino Superior subordinada à Pró-Reitoria de Graduação e constituída segundo normas do Conselho Universitário, cabendo sua presidência ao Pró-Reitor de Graduação (COPAES).

2.5.2 Turnos de Funcionamento

O Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais funcionará em dois turnos, ou seja, nos turnos vespertino e noturno, através de duas turmas uma pela parte da tarde e outra à noite, constituída por no máximo 40 alunos cada turma:

2.5.3 Número de Vagas

Serão oferecidas 40 vagas por turma a ser ofertada de acordo com as Normas Regimentais vigentes na UEPA.

2.5.4 Título Conferido

Licenciado Pleno em Ciências Sociais.

2.5.5 Duração Mínima e Máxima do Curso

O Currículo se encontra organizado em quatro séries, em conformidade com os eixos temáticos. A carga horária mínima do Curso é de 3.200 horas e 162 créditos. O tempo mínimo de integralização é de 4 (quatro) anos e o máximo de 8 (oito) anos, distribuídos da seguinte

forma: 1.520 h/a de Formação Específica da Área; 960 h/a de estudos do Núcleo de Formação Complementar; 440 h/a de formação na Área Pedagógica; 240 h/a de Atividades de Formação Livre (disciplinas optativas) e 520 h/a de Estágio Supervisionado, sendo 300 h/a de Estágio Supervisionado voltado para a Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

2.5.6. Período Letivo

O ano letivo regular, independente do ano civil, abrangerá, no mínimo 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais.

Sempre que necessário para o cumprimento dos dias letivos, cargas horárias e conteúdos programáticos das disciplinas, o ano letivo poderá ser prorrogado ou redistribuído, cabendo às Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, juntamente com os Centros, tomar as providências cabíveis.

Durante, ou nos intervalos dos períodos letivos, poderão ser executados programas especiais de ensino, pesquisa e extensão, objetivando a otimização dos recursos materiais e humanos disponíveis, respeitadas as condições pedagógicas constantes do Regimento Geral da UEPA. As atividades da Universidade serão consolidadas em calendário anual, do qual deverão constar, obrigatoriamente, a duração do ano letivo, os períodos para os processos seletivos de ingresso, os períodos de matrícula e de colação de grau. A duração da hora/aula para qualquer turno é de cinquenta (50) minutos.

2.5.7. Regime Acadêmico

O Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais será estruturado sob um regime acadêmico semestral, com duas turmas por ano, sendo uma vespertina (40 alunos) e outra noturna (40 alunos).

3. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

3.1 FUNDAMENTOS NORTEADORES: CONCEPÇÃO FILOSÓFICA E POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Ao propormos este Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais visamos atender a necessidade histórica de formação de sujeitos sociais que incorporem e, ao mesmo tempo produzam cientificamente novas perspectivas de pensar a realidade social, especialmente a regional e brasileira, embasadas na Ciência Crítica que se propõe superar versões fossilizadas e fragmentadas do mundo social, desconectadas da realidade na qual construímos nossas vidas, com suas contradições, desafios e necessidades inadiáveis.

De um modo geral, os currículos vigentes nos diversos Cursos de Licenciatura Plena na Área de Ciências Humanas e/ou Sociais ainda não tratam a **questão social** com o rigor e a profundidade crítica e científica que necessita, tal é a sua importância para o futuro da Sociedade, especialmente no que diz respeito à gestão da violência e dos conflitos sociais, indispensável à construção de uma vida social de paz, mais justa e, igualitária.

A verdadeira compreensão da problemática social passa necessariamente pelo conhecimento aprofundado dos problemas que o desenvolvimento econômico capitalista mundial impõe à sociedade, em termos não só da superexploração da força de trabalho das Classes Subalternas, tornando-as cada vez mais submetidas a um acelerado processo de excludência social, mas ao mesmo tempo pelas profundas desigualdades sociais que acarreta em todas as dimensões da vida social, transformando-a em um verdadeiro campo de batalha, marcada pela violência e precárias condições sociais de vida das populações.

Impõe-se, portanto, a formação de docentes que atuem como uma espécie de vanguarda na busca de novos modelos de relacionamento com a sociedade, desenvolvendo pesquisas científicas que permitam a visibilidade adequada dos problemas, a proposta de soluções e, principalmente sejam formadores e propagadores de novas práticas de relacionamento entre a sociedade, suas demandas e o indivíduo, sobretudo aquele proveniente das camadas mais pobres, atualmente tão discriminado, que organizados coletivamente em seus movimentos sociais de base, cobram do Estado e da Sociedade em geral, a responsabilidade por uma vida marcada pela violência e por tão profundas desigualdades sociais.

Vários autores há muito tempo vem propondo uma intervenção no processo de proletarização da qualidade de desenvolvimento humano³ em todo o mundo e envidando esforços na preparação teórico-prática de sujeitos históricos, prontos a intervir nos variados setores do planejamento e execução de políticas públicas, ligadas à elevação da qualidade de vida das populações e à redução dos índices de criminalidade e violência na sociedade, através da formação de cidadãos críticos e politizados, capazes de produzir e socializar conhecimentos, bem como administrar programas de políticas sociais necessárias à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

_

³ Uma das obras de referência sobre o tema é o trabalho HALEBSKY, Sandor. Sociedade de Massa e Conflito Político. Rio de Janeiro (RJ): ZAHAR, 1978.

A crítica do modelo de expansão capitalista atual, considerado "selvagem" e subdesenvolvido pela prática excludente das populações mais carentes e esbanjador de recursos, o que de certa forma beira o desperdício irracional, aponta a impossibilidade desse padrão "ad infinitum", tendo em vista a manutenção dos níveis atuais de crescimento da população mundial.

Frente a um século assolado pelo conflito e sociedades divididas por movimentos sociais politicamente vigorosos [...] há considerável necessidade de pesquisas sociais orientadas para ação que poderão ocupar-se de várias questões sociais [...]. Alguns possíveis objetivos dessas pesquisas seria uma análise sobre o controle das estruturas de poder e sua canalização para finalidades públicas, tais como a melhoria no oferecimento e utilização dos serviços de educação e, saúde; o tratamento e a redução da delinquência, da violência social e das desigualdades sociais. Seus resultados poderiam subsidiar a implantação de comunidades solidárias baseadas na paz e na felicidade das pessoas (HALEBSKY, 1978, p. 11-306).

Assim, como chegamos neste terceiro milênio a uma vida social conflagrada pela guerra, tensões sociais e intolerância, a proposta de um Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais no âmbito da UEPA, vem reafirmar seu papel pedagógico no exercício do político, em busca da cidadania plena dos sujeitos sociais que demandam por seus serviços educativos. Esta é a sua maneira genuína de ação da qual não pode neste momento crucial de crise social se furtar, pois como argumenta Dias (2000), "a Sociedade humana, como está, é insustentável", pois apesar de seus inegáveis avanços tecnológicos pós-industriais, a humanidade inicia o século XXI lutando por terra, por petróleo e por poder, transformando a sociedade num verdadeiro campo de batalha que remonta à barbárie paleolítica. Os prognósticos desta situação conflagrada socialmente são sombrios, pois prevê-se o crescimento da violência urbana e rural imersa num contexto de conflitos terroristas, gerados pela ambição desmedida e pela intolerância humana diante das diferenças sócio-culturais das pessoas, principalmente etnossocioreligiosas. No Brasil e na Amazônia esta situação social não é em menor proporção, pois tanto na sociedade brasileira e, sobretudo na Amazônica, o potencial explosivo da violência no campo e na cidade tem culminado com uma cotidiana "guerra" civil em que são vitimados crianças e pessoas inocentes, especialmente lideranças políticas que lutam por uma sociedade mais humanizada e fraterna.

Esta situação trágica é resultado de uma estratégia de manutenção a mais de quatro séculos de um modelo altamente concentrador de renda, sustentado pela aliança da burguesia financeira com as oligarquias latifundiárias na região.

Diante deste quadro de crise social em que se encontra a sociedade mundial e, no seu interior a brasileira e a Amazônica e, objetivando intervir ao nível dos limites possíveis da educação, a concepção filosófica prevista para o futuro Curso, enfatizará a crítica dos modelos de interpretação teórica vigente na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política que induzem a uma visão positivista de obediência às leis naturais e imutáveis da sociedade, ou ao seu oposto que através de abordagens funcionalistas visam justificar como inevitável e funcional os efeitos negativos dos conflitos sociais e das desigualdades sociais. É pois, importante e indispensável para nossa proposta de Curso, que a formação dos licenciados privilegie a originalidade e a autonomia do pensamento brasileiro e amazônico sobre suas contradições sociais e, como superá-las em prol à construção de sociedades autossustentáveis.

A discussão crítica e científica da sóciodiversidade, da autodeterminação dos povos indígenas e quilombolas, assim como dos posseiros urbanos, dos pequenos produtores rurais, dos ribeirinhos e dos favelados das grandes cidades devem ser objetos de cuidadosa análise teórica, onde seja enfatizada a alteridade da população brasileira e amazônica e, suas necessidades de sobrevivência sócio-cultural em todas as dimensões da vida. Buscar a visibilidade dessas populações, sem dúvida permitirá a emergência de formas politizadas de pensar o desenvolvimento econômico indissociado do social, do político e do cultural, implica pensar o desenvolvimento como **totalidade**, como afirmação das populações em seus saberes e práticas sócio-culturais, atuando de modo compatível com a sociedade regional e seu meio ambiente.

Em nossa perspectiva, o grande equívoco das políticas sociais para o Brasil e para a Amazônia se localiza justamente no fato de que se desconsideram as características sócio-culturais de sua população, suas reais necessidades sociais, seus saberes acumulados, organizados e testados sobre as mais diferentes regiões que habitam. Criou-se sobre o Brasil o mito da democracia racial, sem se levar em consideração as lutas daqueles que realmente objetivam superar o "racismo" no contexto social do país. No caso da Amazônia, criou-se o mito da preservação e/ou da destruição inevitável, sem se levar em conta os anseios dos que nela (con)vivem. Isso cria tensões e conflitos sociais a cada proposta de política social visando minorar o sofrimento dos menos favorecidos. Grupos a favor e contra, logo se mobilizam para entravar ou agilizar a execução dos projetos, criando impasses que imobilizam e/ou inviabilizam até mesmo a permanência de antigos moradores na região e no país. Na ilusão de encontrar o "oásis" da terra prometida "levas" de migrantes se deslocam para outras regiões e até para fora do Brasil, poucos são os que retornam em condições melhores do que foram, a maioria cansados e envelhecidos pelo trabalho penoso que ficam

obrigados a desempenhar, voltam desiludidos, outros morrem no caminho ou vítimas de preconceitos como renegados e banidos da pátria que "escolheram" para sobreviver.

Assim, com a finalidade de dar conta das múltiplas e concretas determinações históricas da sociedade brasileira e Amazônica, necessário se torna a formação de sujeitos históricos, capacitados para realizar a "ponte" entre a teoria e a prática das relações sociais, fundamentais ao desenvolvimento social e cultural de nossas populações carentes, colaborando na produção e socialização de conhecimentos, assim como na gestão dos projetos de políticas sociais. E esta é uma tarefa urgente e inadiável das instituições de ensino superior, especialmente da UEPA, cuja vinculação aos destinos de nossa gente, é parte essencial de sua proposta de atuação pedagógica.

Finalmente, resta dizer que, aprender, ensinar e produzir Ciências Sociais constitui a ação pedagógica e científica, por meio da qual alunos e professores vivenciam a experiência dialética de ampliar a capacidade de compreender a sociedade da qual fazem parte. É o exercício político da ação educativa que, possibilita cotidianamente, a passagem de uma concepção alienada de mundo à uma nova concepção, marcadamente crítica e revolucionária, num processo que capacita os atores nele envolvidos a se tornarem sujeitos históricos de seu próprio existir.

3.2. PERFIL DOS FORMANDOS

O futuro licenciado que o Curso pretende formar deverá ser um **Docente-Educador**, que possa:

- a) Atender pelo menos algumas atitudes básicas: planejador e executor de políticas educacionais. Professor, pesquisador e socializador de conhecimentos sobre a sociedade;
- b) Discutir de forma crítica e política o processo de construção e reconstrução das diferentes formas de pensar a educação e o ensino de Ciências Sociais;
- c) Contribuir no processo de formação de seus alunos e demais pessoas com as quais interage, para que se construam como sujeitos históricos e partícipes das transformações estruturais da sociedade;
- d) Desconstruir preconceitos e atitudes discriminatórias por parte de seu alunado e das pessoas em geral, auxiliando-os a se reconstituí-los sob bases científicas e eticamente corretas;
- e) Tomar sua prática docente como campo de ensino e pesquisa, realizando um constante processo dialético de sua ação educativa, em busca da qualidade social da educação e das demais políticas públicas;

- f) Considerar a pesquisa como princípio científico e educativo, de modo a contribuir na formação da consciência científica e crítica de seu alunado e, demais interatores do processo educativo;
- g) Considerar a formação para cidadania com um princípio político, de modo a contribuir no processo de construção da consciência crítica e politizada de seu alunado e demais interatores, orientando-os a defenderem e a lutarem pelos mais amplos direitos sociais e à própria vida;
- h) Desenvolver uma prática educativa social através de um enfoque interdisciplinar, de modo a eliminar a fragmentação do conhecimento e do próprio mundo social;
- i) Considerar a indissociabilidade entre teoria e prática, desautorizando qualquer tentativa de dicotomia entre o saber e o fazer;
- j) Considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo plena maturidade de que o ensino de qualidade é produto da pesquisa científica, cujos resultados devem ser socializados com a comunidade através de programas de extensão universitária;
- k) Considerar a inter-relação entre formação técnica e formação política como inerente ao processo educativo, de modo que o futuro licenciado em Ciências Sociais possa tornar-se agente decisivo no processo de uma educação integral para a cidadania.

3.3. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E CAMPOS DE TRABALHO

O licenciado egresso do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, depois de diplomado como Licenciado Pleno, se habilitará às carreiras do Magistério para o exercício da docência nas redes de ensino escolares e/ou não-escolares.

A profissão de Sociólogo foi reconhecida depois de intensa luta da categoria por todo país, pela Lei nº 6.888/80 de 10.12.1980 e, regulamentada pelo Decreto nº 89.531/84, publicado no DOU em 05.04.1984.

Assim, de acordo com a referida Lei, observadas as condições de habilitação e demais exigências legais as competências e habilidades dos licenciados plenos em Ciências Sociais constituem as especificidades que configuram a identidade profissional para o exercício de sociólogo. Essas competências e habilidades deverão ser construídas ao longo da trajetória do processo de formação acadêmica, científica e sócio-política dos graduandos tomando por base os princípios de uma sólida fundamentação teórica; da indissociabilidade entre teoria e prática; da interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento e os conteúdos significativos da vida social; da pesquisa como princípio científico e educativo e; da relação dialética e orgânica entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais deverá criar condições objetivas para que o futuro professor do campo das Ciências Sociais possa desenvolver as seguintes competências e habilidades.

3.3.1. Competências e Habilidades Gerais Dos (As) Egressos (As)

- ♣ Conhecer, relacionar e refletir sobre a bibliografia teórica e metodológica, clássica e contemporânea, das três áreas das Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política e; Sociologia;
- ♣ Buscar e ampliar de forma autônoma seus conhecimentos, através da qualificação e atualização profissional enquanto docente de forma contínua;
- ♣ Articular, o ensino, a pesquisa e as demais práticas educativas, através da participação em núcleos, grupos, programas e projetos de pesquisa e extensão;
- ♣ Conhecer e refletir sobre o processo de planejamento educacional e realização do ensino e da pesquisa em Ciências Sociais;
- ♣ Reconhecer e acompanhar a trajetória do ensino das Ciências Sociais no Brasil, participando de suas instâncias associativas, seus encontros científicos e seus meios de divulgação reconhecidos;
- ♣ Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como licenciados e como cidadãos;
- ♣ Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes na área do ensino das Ciências Sociais;
- ♣ Gerenciar o próprio desenvolvimento docente, através da elaboração e desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos de estudo e de trabalho, buscando continuamente fontes de informação e aperfeiçoamento, numa atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças;
- ♣ Elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, gerir, ensinar, analisar e, avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos referentes à realidade da educação brasileira;
- ♣ Assessorar e prestar consultoria à empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades, associações e, demais organizações governamentais e/ou não-governamentais, no que concerne às questões pedagógicas da educação;

♣ Participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, ensino, direção, controle, execução, análise e, avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa e, projetos educacionais.

3.3.2. Competências e Habilidades Específicas – Licenciatura

- ♣ Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados à antropologia, à ciência política e à sociologia, adequando-os às atividades escolares próprias das diferentes etapas e modalidades de ensino:
- ♣ Relacionar os conteúdos básicos das áreas de antropologia, ciência política e sociologia, que serão objeto de ensino, com: a) fatos, tendências ou movimentos da atualidade; b) fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- ♣ Compreender os processos de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto econômico, cultural, político e social em que estão inseridos, atuando sobre eles;
- ♣ Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo;
- ♣ Criar, planejar, gerir, realizar e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando os conhecimentos das Ciências Sociais, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar e dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar;
- ↓ Utilizar estratégias diversificadas de avaliação e aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
- ♣ Analisar a própria prática docente no interior do contexto educativo como instrumento constante de auto-avaliação e aperfeiçoamento de sua prática pedagógica;
- ♣ Buscar continuamente as fontes da cultura popular e erudita e reconhecer as tendências de transformação do mundo contemporâneo, potencializando a qualidade da intervenção educativa;
- ♣ Reconhecer os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e emocionais do desenvolvimento individual tanto de uma perspectiva científica quanto relativa às representações culturais e às práticas sociais de diferentes grupos e classes sociais;
- ♣ Reconhecer diferentes concepções sobre os temas próprios da docência, tais como currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, planejamento, organização

de tempo e espaço, gestão da classe, interação grupal, avaliação das situações didáticas e da aprendizagem dos alunos, relação professor-aluno;

- ♣ Reconhecer a dimensão cultural, social, política e econômica da educação, o papel social do professor, as leis relacionadas à infância, adolescência, educação, profissão;
- ♣ Considerar os temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que esses temas das Ciências Sociais são a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme os PCN de Ensino Fundamental);
- ↓ Ultrapassar os limites disciplinares, favorecendo o desenvolvimento de propostas de trabalho interdisciplinar, articuladas em torno de temas comuns;
- ♣ Desenvolver uma reflexão sistemática sobre o conhecimento adquirido com a experiência didática em conexão com o conhecimento teórico.

A função **docente** é amparada pela Lei nº 9.394/96 a todos os portadores de diploma de Licenciatura Plena em qualquer uma das áreas de conhecimento. No caso do Licenciado Pleno em Ciências Sociais, a própria Lei de reconhecimento da profissão já garante para que possa lecionar **Sociologia**, **Antropologia**, Ciência Política, Metodologia das Ciências Sociais e, demais disciplinas afins.

Dessa forma, os portadores de diploma no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, na habilitação de Licenciatura Plena, poderão engajar-se nos seguintes campos de trabalho:

Como docente: Poderão empregar-se como Professor nas Instituições de Ensino Público e Privado para lecionar nos três (3) níveis de ensino nas seguintes matérias:

- **Ensino Fundamental**: Estudos Sociais (História e Geografia).
- **♣ Ensino Médio**: (Port. N° 35-MEC/27.11.85): Sociologia, Elementos de Economia e Geografia Humana).
- **♣ Ensino Superior**: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Metodologia da Pesquisa, Orientação de TCC/MCC e, demais Sociologias Especiais.

Como Licenciado Pleno em Ciências Sociais: Poderão empregar-se em Instituições Públicas e Privadas, tais como Fundações Educacionais, Universidades, e Instituições de Ensino, assim como no exercício da docência em ambientes escolares e não-escolares.

3.4. CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

N° DE ORD.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	CURSO PROPOSTO
01	Nome do Curso	Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais.
02	Titulação do Profissional Egresso	Licenciado Pleno em Ciências Sociais
03	Ato de Reconhecimento	Em tramitação
04	Carga Horária	Total: 3.360 h. Licenciatura Plena: 3.360 h (2)
05	Duração do Curso	4 anos
06	Tempo de Integralização Curricular	Mínimo: 4 anos Máximo: 7 anos
07	Regime Didático – Acadêmico	Regular – Seriado Semestral por Bloco de Disciplinas
08	Créditos	Total: 162 créditos
09	Turnos de Funcionamento	Tarde e Noite
10	Vagas Ofertadas	40 vagas por turma.
11	Período de Ingresso	Conforme normas regimentais da UEPA.
12	Dias Letivos	200 dias.
13	Estágio Supervisionado	13.2. Licenciatura Plena: 300 h

⁽¹⁾ O Curso de Licenciatura Plena em C. Sociais, de acordo com a Res. CNS/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, possui uma CH mínima de 3.200 h.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais detém como princípios norteadores em suas diretrizes curriculares os aspectos referentes à definição de uma formação teórico-metodológica sólida aos estudantes em torno dos eixos que formam a identidade do Curso - Antropologia, Ciência Política e Sociologia - fornecendo os instrumentos necessários ao estabelecimento das relações entre a pesquisa e a prática social. E, nesse sentido, o desenho curricular do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais está centrado em estrutura curricular que estimula a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística abrindo, portanto, um campo de amplas possibilidades, alternativas das mais diversas trajetórias da pesquisa, do ensino e da extensão. O presente curso também está centrado no processo de avaliação somativa e emancipatória em que efetiva mecanismos constantes de aperfeiçoamento do curso em relação ao alcance dos objetivos, o incentivo constante à articulação entre as disciplinas, as linhas, os núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.

Em relação aos conteúdos curriculares, conforme Parecer CNE/CES/492, 03/04/20111, o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais está organizado em três eixos referentes à formação específica, à formação complementar e à formação livre. Quanto ao eixo de formação específica trata da concepção que privilegia a especificidade da formação no curso, reforçando a integração entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ao mesmo tempo e que estabelece a integração em outras áreas de conhecimentos como a Economia, Geografia, História, etc., além de envolver um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares, que tratam da identidade do curso. Em relação ao eixo de formação complementar compreende também um conjunto de atividades acadêmicas - obrigatórias, optativas e atividades – cujo processo de organização perpassa pela interface entre as diversas áreas específicas definidas no desenho curricular deste Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Quanto ao eixo de formação livre compreende e atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no Curso da IES/UEPA. Na estrutura curricular da habilitação licenciatura estão alocadas todas disciplinas pertinentes ao campo como as referentes aos estágios, as didáticas, etc.

Importa ressaltar que o desenho curricular do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará –UEPA, no aspecto atinente á licenciatura em

ciências sociais está orientado pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Os caminhos percorridos pelo Curso envolvem uma integração e/ou indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Os aspectos referentes à indissociabilidade ensino – pesquisa - extensão reafirma como processo acadêmico no sentido de que as ações de extensão estão diretamente associadas ao ensino, mediante ao processo de formação de pessoas e, a pesquisa, pela e geração de conhecimento.

As bases legais do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará estão assim constituídas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência política e Sociologia - estabelecidas pela Resolução nº 17/02 - CES/CNE, integrante do Parecer nº 1363/01 - CES; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena - instituídas pela Resolução nº 01/2002 - CP/CNE, integrante do Parecer nº 009/2001/CP; Parecer n.28/01-CP/CNE que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena; Resolução nº 02/2002 - CP/CNE, integrante do Parecer nº 28/01 - CP/CNE, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de formação de professores da Educação Básica em nível superior; Parecer n.67/03-CES/CNE, referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs dos Cursos de Graduação; Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação Infantil); Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental - 1ª a 4ª séries; Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental - 5ª a 8ª séries); Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio); Referenciais Curriculares Nacionais para Escolas Indígenas

QUADRO I -DESENHO CURRICULAR: Licenciatura Plena em Ciências Sociais

SÉ	SEM	DISCIPLINAS	DEPT		CH CIPLI			СН	H NAL CRÉDI		ГОS*	
RIE	~	3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	OS	T	P	Total	T	P	Total	T	P	Total
		Teoria Antropológica Clássica	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Teoria Política Clássica	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
	1°	Teoria Sociológica Clássica	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
1ª		Teoria Econômica Clássica	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Filosofia	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		História da Ciência	DCNA	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		Linguagem, Recepção e Produção de Texto Acadêmico	DLLT	40	40	80	2	2	4	2	1	3
		TOTAL DO 1º SEMESTRE		440	40	480	22	2	24	22	1	23
1 ^a		Teoria Antropológica Contemporânea	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
I"		Teoria Política Contemporânea	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		Teoria Sociológica Contemporânea	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Teoria Econômica Contemporânea	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
	2°	Sociologia Rural e Urbana	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		Laboratório de Ciências Sociais e Computação	DFCS/ DMEI	20	40	60	1	2	3	1	1	2
		Laboratório de Atividades Complementares I	DFCS/ DMEI	20	40	60	1	2	3	1	1	2
		TOTAL DO 2º SEMESTRE			80	480	20	4	24	20	2	22
		Política e Relações Internacionais	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Metodologia das Ciências Sociais	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		Sociologia da Religião	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
	3°	Antropologia da Religião	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Sociologia da Infância e da Adolescência	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Psicologia da Educação	DPSI	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Optativa I	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0 0 0 0 0 1 1 1 2 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	3
		TOTAL DO 3° SEMESTRE		440	00	440	22	0	22	22	0	22
		Pensamento Econômico, Social e Político Latino-Americano	DFCS	80	0	80	4	0	4	4	0	4
		História Econômica, Social e Política do Brasil	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Geografia Econômica, Social e Política do Brasil	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3
		Métodos e Técnicas de Pesquisa	DFCS	40	40	80	2	2	4	2	1	3
	4º	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	DMEI	20	40	80	1	2	3	1	1	3
		Laboratório de Atividades Complementares II	DFCS/ DMEI	20	40	60	1	2	3	1	1	2
						1						
		Optativa II	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3

QUADRO I -DESENHO CURRICULAR: Licenciatura Plena em Ciências Sociais (cont.)

	QUAI	DRO I -DESENHO CURRICULAR	Licen	ciatur		ua em	Cie		,					
SÉ			DEPT	DIG	CH CIPLI	NAC	CE.	CH MAI		CR	ÉDITO	OS*		
RIE	SEM	DISCIPLINAS	OS	T	P	Total		P	Total	T	P	Tot		
		Pensamento Econômico, Social e Político na Amazônia	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	al 3		
		História Econômica, Social e Política da Amazônia	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
	5°	Geografia Econômica, Social e Política da Amazônia	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	DEES	20	40	60	1	2	3	1	1	2		
		Educação Indígena	DEES	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Sociologia da Educação	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Antropologia da Educação	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Optativa III	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
	TOTAL DO 5° SEMESTRE			440	40	480	22	2	24	22	1	23		
		Didática Aplicada às Ciências Sociais	DEDG	40	40	80	2	2	4	2	1	3		
	6°	Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicado às Ciências Sociais I	DFCS	80	120	200	4	6	10	4	3	7		
		Seminário de Pesquisa I – TCC I (projeto)	DFCS	40	40	80	2	2	4	2	1	3		
		Laboratório de Atividades Complementares III	DFCS/ DEES/ DPSI	20	40	60	1	2	3	1	1	2		
		Optativa IV	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		TOTAL DO 6° SEMESTRE		240	240	480	12	12	24	12	6	18		
		Antropologia Interétnica e da Diversidade Brasileira	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Etnologia Amazônica	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
	7°	Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicado às Ciências Sociais II	DFCS	80	120	200	4	6	10	4	3	7		
		Seminário de Pesquisa II – TCC II (orientação)	DFCS	40	40	80	2	2	4	2	1	3		
		Laboratório de Atividades Complementares IV	DFCS	20	40	60	1	2	3	1	1	2		
4 ^a		TOTAL DO 7° SEMESTRE		260	200	460	13	10	23	13	5	18		
		Sociologia do Meio Ambiente	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Sociologia do Trabalho	DFCS	60	0	60	3	0	3	3	0	3		
		Sociologia do Cotidiano	DFCS	40	40	80	2	2	4	2	1	3		
	8°	Estágio Supervisionado Aplicado à Docência de Ciências Sociais I	DFCS	20	40	60	1	2	3	1	1	2		
		Estágio Supervisionado Aplicado à Docência de Ciências Sociais II	DFCS	20	40	60	1	2	3	1	1	2		
		Seminário de Pesquisa III – TCC III (orientação)	DFCS	40	40	80	2	2	4	2	1	3		
		TOTAL DO 8º SEMESTRE		240	160	400	12	8	20	12	4	16		
		TOTAL GERAL		2800	880	3680	-	-	-	140	22	162		

^{*} T (Crédito teórico) = 20 h/a P (Crédito Prático) = 40 h/a

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR NÚCLEO, DEPARTAMENTO E CARGA HORÁRIA

NÚCLEO	DISCIPLINAS	CÓDIGOS	СН				
	Teoria Antropológica Clássica	DFCS	60				
	Teoria Política Clássica	DFCS	60				
	Teoria Sociológica Clássica	DFCS	60				
	Teoria Econômica Clássica	DFCS	60				
	Teoria Antropológica Contemporânea	DFCS	60				
	Teoria Política Contemporânea	DFCS	80				
[A]	Teoria Sociológica Contemporânea	DFCS	80				
ÍFIC	Teoria Econômica Contemporânea	DFCS	60				
EC	Pensamento Econômico, Social e Político Latino-Americano	DFCS	80				
SSP	Pensamento Econômico, Social e Político na Amazônia	DFCS	60				
0	Política e Relações Internacionais	DFCS	60				
ſĊŨ	Metodologia das Ciências Sociais	DFCS	80				
FORMAÇÃO ESPECÍFICA I	Sociologia da Religião	DFCS	60				
OR	Antropologia da Religião	DFCS	60				
¥	Sociologia Rural e Urbana	DFCS	80				
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	DFCS	80				
	Seminário de Pesquisa I – TCC I (projeto)	DFCS	80				
	Seminário de Pesquisa II – TCC II (orientação)	DFCS	80				
	Seminário de Pesquisa III – TCC III (orientação)	DFCS	80				
	CH DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA I						
	Linguagem, Recepção e Produção de Texto Acadêmico	DLLT	80				
	Laboratório de Ciências Sociais e Computação	DFCS/DMEI	60				
A.R	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	DMEI	60				
Ž	Filosofia	DFCS	80				
MPLEMENTAR	História da Ciência	DCNA	80				
LE	História Econômica, Social e Política do Brasil	DFCS	60				
MP	História Econômica, Social e Política da Amazônia	DFCS	60				
00	Geografia Econômica, Social e Política do Brasil	DFCS	60				
FORMAÇÃO CO	Geografia Econômica, Social e Política da Amazônia	DFCS	60				
ĀÇ	Laboratório de Atividades Complementares I	DFCS/DMEI	60				
RM	Laboratório de Atividades Complementares II	DFCS/DMEI	60				
FO	Laboratório de Atividades Complementares III	DFCS	60				
	Laboratório de Atividades Complementares IV	DFCS/DEES/DPSI	60				
	CH DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMEN	TAR	860				

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR NÚCLEO, DEPARTAMENTO E CARGA HORÁRIA (cont.)

NÚCLEO	DISCIPLINAS	CÓDIGOS	СН		
0	Optativa I	DFCS	60		
FORMAÇÃO LIVRE	Optativa II	DFCS	60		
MA	Optativa III	DFCS	60		
OR	Optativa IV	DFCS	60		
\F	CH DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO LIVRE		240		
	Sociologia da Educação	DFCS	60		
	Antropologia da Educação	DFCS	60		
ÃO IC⊿ ıra)	Educação Indígena	DEES	60		
FORMAÇÃO PEDAGÓGIC, (Licenciatura)	Psicologia da Educação	DPSI	60		
FORMA EDAGÓ (Licencia	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	DEES	60		
FO ED	Sociologia da Infância e da Adolescência	DFCS	60		
	Didática Aplicada às Ciências Sociais	DEDG	80		
	CH DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGIO	CA	440		
IO E ATU- ENA	Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicado às Ciências Sociais I	DFCS	200		
ESTÁGIO E LICENCIATU RA PLENA	Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicado às Ciências Sociais II	DFCS	200		
E LIG	CH DO ESTÁGIO – LICENCIATURA PLENA				
	CH TOTAL DO CURSO		3.360		

4.1. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade de natureza científica que resulta de um estudo bibliográfico, documental e de campo ou de uma ou duas dessas modalidades de pesquisa, estruturado de forma completa que inclua início, meio e fim. É um requisito curricular obrigatório para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Ciências Sociais, tendo como objetivo propiciar aos alunos competências para produzir conhecimentos sobre as diferentes realidades sociais, especialmente sobre as do Estado do Pará, da Amazônia, Brasileira e Latino - Americana a partir de observações sistemáticas de pesquisa que possibilitam a reflexão crítico-científica.

O Trabalho de Conclusão de Curso terá uma carga horária de **240 horas**, desdobradas nos três últimos dois últimos semestres do Curso que se expressam nas disciplinas Seminário de Pesquisa I, II, III/ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I, II, III contendo cada etapa uma carga horária de 80 horas e 9(nove) créditos totais.

De acordo com as características da modalidade de Licenciatura Plena, o Seminário de Pesquisa/ Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pode ser elaborado sob a forma de estudo de iniciação científica, projeto de intervenção, monografia, ensaio ou outra forma de natureza científica, devidamente elaborado, de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

O TCC será orientado pelo docente designado pelo Departamento, fundamentado nos eixos temáticos do Curso e no programa geral de pesquisa. que tratem dos aspectos atinentes a realidade social amazônica, brasileira e latino-americana, tanto no aspecto referente à licenciatura quanto ao bacharelado. O professor – orientador deverá orientá-lo ao longo das etapas de elaboração do trabalho, acompanhando o processo de estruturação da pesquisa com base no projeto, organização da pesquisa, desempenho adequado das etapas de elaboração da monografia de estudo e com acompanhamento do cronograma da pesquisa visando o desempenho qualitativo e eficaz do referido trabalho nos aspectos teórico – prático sobre o eixo temático de pesquisa em que está vinculado o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Ao professor-orientador será destinada uma carga horária de 3h/a semanais para orientação de cada trabalho, sendo-lhe permitido a orientação de até no máximo 5 trabalhos, portanto sua carga horária total destinada a orientação de TCC não poderá ultrapassar 15 (quinze) horas semanais.

Para fins de matrícula no TCC, o aluno deverá ter cursado pelo menos 75% do total de créditos do currículo do Curso, bem como as disciplinas referentes ao eixo temático

escolhido. O objeto de estudo problematizado deverá ser relevante, escolhido pelo próprio discente e, em consonância com os eixos temáticos de pesquisa do Curso. O aluno que estiver desenvolvendo projeto de iniciação científica na UEPA no decorrer do Curso, poderá aproveitar este estudo como T.C.C., mediante apresentação do trabalho e, consequente aprovação de seu orientador.

Os trabalhos de Conclusão de Curso poderão ser desenvolvidos individualmente ou em dupla, mas ambos deverão participar da orientação do TCC, assim como de sua apresentação depois de concluído.

Definido o problema de estudo, o aluno ou a dupla de alunos apresentará ao professororientador um pré-projeto, que deverá incluir os seguintes tópicos:

- a) Identificação da Proposta;
- b) Considerações Preliminares sobre a Temática;
- c) Delimitação do Objeto de Estudo;
- d) Justificativa;
- e) Objetivos;
- f) Área de Abrangência;
- g) Esboço do Referencial Teórico;
- h) Interrogantes de Pesquisa;
- i) Metodologia da Pesquisa;
- j) Cronograma de Execução;
- k) Referências.

Em caso de necessidade de mudança de orientador, o aluno ou a dupla poderá ser encaminhada a outro professor-orientador, desde que haja plena concordância de ambos. A ausência do orientando por mais de 25% da carga horária total do TCC, acarretará na reprovação do aluno ou da dupla que deverá se rematricular no semestre subsequente.

Após a elaboração de seu TCC, o aluno ou a dupla deverá entregá-lo ao professororientador em três (3) vias em data prevista no calendário acadêmico, que o encaminhará à Coordenação do Curso para registro e, distribuição à Banca Examinadora que participará da Jornada de Defesa de TCC do Curso.

A Banca Examinadora do TCC será constituída por 3(três) professores, presidida pelo Professor-Orientador e, mais dois professores que trabalham com o eixo temático no qual o TCC se vincula, aos quais cabe por atribuição, avaliar o referido TCC.

A avaliação final do TCC será extraída através da média aritmética atribuídas às partes escrita e oral, pelos membros da Banca Examinadora. A seguir, o Professor-Orientador

deverá expressar o julgamento da banca em parecer escrito, fundamentando a nota atribuída no trabalho, que para a devida aprovação não poderá ser inferior a 7,0 (sete), conforme normas regimentais da UEPA.

No caso de se verificar a necessidade de alterações no TCC por ocasião de sua defesa, a banca deverá explicitá-las em Ata, indicando o prazo que o aluno terá para cumprilas, cujo período não poderá ultrapassar o limite de 60 (sessenta) dias para reencaminhá-la ao professor-orientador, a quem compete atestar o cumprimento de tais exigências.

4.2. DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, constitui-se em um componente curricular obrigatório à Licenciatura, conforme Parecer 224/2004 – CNE/CES, 04/08/2004, onde define que o estágio para o licenciado fica a critério da instituição de ensino incluí-lo em seu projeto pedagógico. Dessa forma, os estudantes da Licenciatura vivenciarão o Estagio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicada às Ciências Sociais, com carga horária de 300 h/a. nesta proposta a integralização do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, deverá conter a carga horária de 400 horas (20 créditos), de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, iniciando-se a partir do 5º bloco semestral, ou seja da metade do curso, de conformidade com a citada resolução.

Os referidos estágios visam entre outros objetivos, possibilitar aos graduandos o enfrentamento de experiências concretas de trabalho, de modo a oportunizar vivências práticas pré-profissionalizantes que lhes permitam à aplicação de seus conhecimentos teórico-práticos à realidade social concreta das sociedades humanas, especialmente da paraense e Amazônica, sem perder de vista o contexto nacional, latino-americano e global.

A finalidade precípua do Estágio Supervisionado é propiciar aos alunos o estabelecimento de contatos diretos com ambientes escolares e não-escolares, concretos de trabalho por meio de práticas educativas específicas à carreira do Licenciado Pleno, sob a supervisão adequada, de acordo com as normas legais que regulamentam essas atividades curriculares.

Desse modo, ao concluir o estágio, os alunos do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais deverão apresentar as seguintes competências e habilidades.

- a) Saber exercitar a profissão de docente, com ética e criticidade, tomando por base o planejamento científico das ações sociais e educativas;
- b) Alcançar os objetivos do ensino das Ciências Sociais, desenvolvendo habilidades para identificar, analisar e comparar os diferentes paradigmas teóricos de explicação da realidade educativa e social;
- c) Produzir novos conhecimentos sobre as diferentes realidades educativas e sociais, tomando por base a pesquisa, como princípio científico e educativo, indispensável a indissociabilidade entre teoria e prática da ação pedagógica em Ciências Sociais;
- d) Construir instrumentos para uma melhor compreensão e educação da vida social, ampliando a visão de mundo e o horizonte de expectativas, nas relações com seus alunos em ambientes escolares e não-escolares;
- e) Ensinar a valorização dos diferentes grupos étnico-culturais, tendo em vista defender o direito à sóciodiversidade, enquanto princípio democrático, ético e educativo, superador dos conflitos e tensões sociais no mundo contemporâneo;
- f) Contribuir no processo de construção da identidade social e política dos alunos, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena dos brasileiros que vivem no Estado do Pará e na região;
- g) Compreender e participar de forma pedagógica e política das transformações estruturais da sociedade em que convivem.

Os campos de Estágio Supervisionado constituir-se-ão nos locais onde será realizada a prática profissional dos licenciados em Ciências Sociais no exercício profissional da docência. Esses espaços educativos deverão proporcionar aos estagiários vivenciarem experiências compatíveis com sua área acadêmica em consonância com o Currículo, programas e calendário letivo da instituição, ficando a avaliação de tais condições, a cargo da equipe interdisciplinar de prática do Estágio Supervisionado de Ensino na área das Ciências Sociais em conjunto com a Coordenação do Curso.

Os campos de estágio do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais podem ser entidades conveniadas com a UEPA para esses fins e demais instituições que ofereçam atividades de estágio relacionadas à profissão do Licenciado na área de Ciências Sociais, tais como:

a) Espaços Educativos em Organizações Governamentais;

- b) Ambientes escolares e Não-Escolares das ONGs;
- c) Instituições de Ensino da esfera pública e privada.

A UEPA pode constituir-se em campo de prática profissional, sempre que houver possibilidades de absorção de alunos na área do Licenciado Pleno nos setores que desenvolvam atividades ligadas ao ensino de Ciências Sociais.

O Estágio Supervisionado é de caráter obrigatório para a Licenciatura, sempre assumindo nesta proposta como Requisito Legal para fins de integralização curricular, mas quando o aluno exercer atividades na mesma área que a de sua formação acadêmica, poderá aproveitar essas experiências em até 200 horas para o seu estágio curricular, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2 de 19.02.2002.

Os professores-supervisores do estágio deverão elaborar o plano de estágio em conjunto com seus alunos-estagiários, de modo a auxiliá-los a estabelecer a ligação entre os conhecimentos acadêmicos adquiridos e os que serão vivenciados na prática, nos campos de estágio, levando em consideração, o conjunto de experiências trazidas pelos alunos em suas vivências sociais.

As atividades do estágio serão interrompidas ou encerradas quando o estagiário incorrer em situações de trancamento de matrícula, mudança de curso, frequência irregular e conclusão de curso. O seu processo avaliativo será realizado durante o período de operacionalização, mediante um sistema contínuo de verificação do cumprimento da carga horária exigida, bem como do rendimento obtido pelo aluno nas atividades planejadas e, consequentemente executadas.

A avaliação do estágio é de responsabilidade do professor-supervisor em conjunto com o Coordenador de Prática do Curso. Para tanto, o professor-supervisor deverá registrar o desempenho do estagiário de forma detalhada, atentando para a frequência que não deverá ser inferior a 90% da carga horária total exigida, bem como para as atividades desenvolvidas que deverão estar em consonância com o que foi estabelecido no plano de estágio.

Com base nesses critérios, o professor-supervisor deverá atribuir a nota do estagiário, em uma escala de zero (0,0) a dez (10,0), de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da UEPA.

Ao final de seu estágio, o aluno fica obrigado a encaminhar o seu Relatório de Estágio ao Coordenador de Prática de Ensino, que deverá para sua aprovação ser analisado pelo professor-supervisor do referido estagiário. Uma vez aprovado o seu Relatório, o Estágio será considerado concluído.

4.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Trata da compreensão de que o processo de integração onde serão estruturados os estágios e as atividades complementares associadas às atividades acadêmicas, aprovadas pelo Colegiado do Curso, como os estágios, a iniciação científica, os laboratórios, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, semanas acadêmicas, seminários extraclasse, mesas redondas, empresa júnior, projetos de extensão. O Laboratório de Atividades Complementares - LAC agrega as atividades que produzem a integração nas perspectivas interna e externa, entre os eixos – formação específica, formação complementar e formação livre - as disciplinas, os diversos cursos, os departamentos, as pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, etc. numa articulação ampla que possibilite tanto a integração horizontal e vertical, visando a troca de experiências didático-pedagógicas e a solução de continuidade dos conteúdos; e a participação dos alunos não-bolsistas junto aos núcleos/laboratórios de pesquisa; institucionalizar os seminários de discussão dos trabalhos de conclusão de curso; promover debates que tratem o projeto pedagógico de Licenciatura Plena Ciências Sociais para uma articulação efetiva fundamentada ações em nas interdepartamentais, interdisciplinares e transdisciplinares mais sistemáticas, visando o processo de avaliação somativa e emancipatória; a participação de alunos em congressos, seminários, debates, com participação de artigos e produção de textos acadêmicos em geral, tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

4.4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se coloca o estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais como protagonista de sua formação docente e cidadã, que constitui um processo de obtenção de competências para sua atuação docente associada ao de reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Esta compreensão das funções universitárias estende-se aos demais envolvidos como os alunos da educação básica, os professores, os funcionários públicos e privados, as demais pessoas da comunidade, os estudantes de outras Universidades e etc. Quanto à relação entre extensão e pesquisa observar-se-á a presença constante de

metodologias participativas baseadas na pesquisa-ação onde se priorizam métodos de ensino inovadores, a participação dos atores envolvidos no processo educativo e o diálogo pedagógico. As atividades de extensão e pesquisa priorizam à incorporação de estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais nas ações extensionistas como formas de produção do conhecimento que devem ser incorporadas aos programas gerais do Laboratório de Atividades Complementares – LAC, através da produção acadêmica de livros ou capítulos de livros, artigos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais. Observa-se, portanto, as mais variadas possibilidades de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão no sentido da universidade/sociedade na produção e socialização do conhecimento, referentes às diferentes sociedades étnicas, que os estudantes de Licenciatura Plena em Ciências Sociais poderão atuar no processo geral da indissociabilidade no sentido integrativo.

Logo as compreensões das diretrizes para a solução das crises atuais das universidades públicas perpassam pela efetiva interação dialógica, onde o discurso da hegemonia acadêmica seja substituído pela idéia de aliança com os movimentos, setores e organizações sociais mediante a relação com a sociedade gerando um conhecimento novo, que possibilite a superação das desigualdades e da exclusão social. Esta práxis dialógica gerada pelos atores sociais, universidade x sociedade, propiciará a troca de saberes construídos pelos cientistas e pelas comunidades em sua prática educativa, mediante a articulação entre as formas de saberes construídos na prática educacional, no fazer pedagógico ou vivência educativa mediante metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento com garantia da autoria e contribuição dos sujeitos sociais em sua produção e difusão do conhecimento.

Assim, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade visam a superação desta dicotomia mediante a interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais, impactos na formação dos estudantes significando a possibilidade de garantir no processo de formação dos discentes a ampliação do universo de referência nos campos teórico, metodológico e empírico, sustentado em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos adquiridos nas ações de Extensão Universitária, mediante a organização de um projeto pedagógico e dialógico permanente com os colegiados de gestão acadêmica da Licenciatura Plena e da pósgraduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes das funções essenciais básicas da Universidade de acordo com a legislação vigente.

A diretriz do impacto e transformação social enfatiza também a extensão universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação socialmente transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional da educação gerando, por conseguinte, o aprimoramento das políticas públicas.

Esta compreensão de extensão universitária demonstra a relação entre universidade e sociedade através de ações interdisciplinares da comunidade acadêmica visando à formação cidadã, a produção e a socialização do conhecimento mediante uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

Nesta proposta, a pesquisa apresenta-se como princípio científico e educativo à formação de cidadãos para atuar como profissionais pesquisadores, que plenamente desenvolvidos em suas múltiplas dimensões sociais, possam tornar-se sujeitos de suas destinações históricas, como agentes ativos e partícipes das transformações estruturais da sociedade.

Assim, o objetivo a ser alcançado, é a formação de produtores e socializadores de conhecimentos, capazes de exercitar o ensino e a pesquisa com ética e senso crítico, a partir da realidade social e educacional na qual atuarão, sem perder de vista a natureza política e as conexões fundamentais que a Ciência mantém com a sociedade. Tendo como centro esta formação educativa, a investigação científica marcará o processo de desenvolvimento do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, especialmente na elaboração do TCC que acompanhará o aluno no decorrer dos blocos semestrais por meio do arcabouço teórico que oferece através do conteúdo das disciplinas científicas e, principalmente do instrumental metodológico de ensino e pesquisa, aliado às orientações e ao estágio supervisionado como meios essenciais do processo educativo para que alunos e professores possam compartilhar, ainda que em papéis sociais distintos, da construção de novos conhecimentos e processos pedagógicos de ensino sobre a realidade amazônica e paraense, sem perder de vista o contexto nacional e mundial da sociedade global.

Desta forma, busca-se a formação de um profissional docente-pesquisador, que através de um embasamento teórico-metodológico consistente, aliado com a análise crítico-científica de sua prática sócio-pedagógica cotidiana na universidade e, pré-profissional no

mundo do trabalho educativo, perceba sua importância enquanto um educador-coletivo transformador que, produz, recria e socializa os diversos saberes de forma crítica e científica.

Neste sentido, a pesquisa enquanto princípio científico da ação educativa, deverá perpassar todas as atividades curriculares, entendendo-se que o futuro docente em Ciências Sociais, seja na condição de professor, só possa atuar com efetividade pedagógica e educativa sobre a realidade social que conhece cientificamente, a fim de que possa através de uma proposta concreta de ação educativa e pedagógica intervir com suficiente domínio de professor-pesquisador na realidade que ensina, pesquisa e convive.

Assim, considera-se de extrema relevância a formação de professores-pesquisadores que sejam capazes de planejar e ensinar a pesquisa científica, problematizando objetos de estudos gerados a partir das necessidades coletivas dos diversos segmentos sociais e, da sociedade global, priorizando-se entretanto, os desafios educacionais prementes da sociedade em que (com)vivemos, como nos casos do Pará e da Amazônia brasileira.

Muito embora seja de fundamental importância que os futuros Licenciados em Ciências Sociais se pautem por parâmetros essencialmente científicos, não devem entretanto, tomá-los como elementos absolutos e dogmáticos, mas considerá-los num plano crítico, ético e social, por serem esses, os elementos indispensáveis de uma práxis educativa e científica conscientizadora que reconhece as reais possibilidades da Ciência, mas também seus limites teóricos, metodológicos e humanos.

Dessa forma, tomando por base a presente concepção de ensino, pesquisa e extensão, o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais priorizará entre outros, os seguintes eixos temáticos: Sociedade, Educação e Mercado de Trabalho; Educação, Informática e Sociedade; Educação, Cultura e Realidade Regional; Sociedade, Estado e Religião; Sociedade, Cultura e Meio Ambiente; Educação Popular, Folclore e Manifestações Artístico-Culturais; Educação, Sociedade e Exclusão Social; Estratificação Social e Estrutura de Classes; Sociedade, Etnicidade e Relações Interculturais; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas; Violência e Movimentos Sociais no Campo; Saberes Culturais e Educação na Amazônia; Sociedade, Ética e Relações Políticas no Brasil; Cultura, Identidade e Sóciodiversidade na Amazônia; Sociedade, Relações de Gênero e Reprodução Social; Políticas Sociais Públicas na Amazônia; Saberes, Imaginário e Representações Sociais; Educação Inclusiva e Intercultural na Amazônia; Saberes e Práticas Sociais de Desenvolvimento Autossustentado na Amazônia; Sociedade, Ciência e Ideologia; Organização Coletiva e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais, Educação em Ambientes Escolares e Não-Escolares e; Política e Cidadania no Brasil e na América Latina.

4.5. LINHA METODOLÓGICA

A Metodologia de Ensino do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais será pautada nos princípios da processualidade, flexibilidade, autonomia, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e, eticidade dos processos didático-pedagógicos. Desse modo, tais processos metodológicos não devem ser encarados como um conjunto de fórmulas mágicas que o docente deverá obedecer rigidamente sem criticidade. Portanto cada professor, no processo mesmo do ensino-aprendizagem, construirá de forma compartilhada com seus alunos, o melhor repertório metodológico para motivar e dinamizar suas aulas, sempre na intencionalidade de propiciar um ambiente pedagógico que possibilite condições prazerosas e objetivas de aprendizagem que favoreça e facilite o interesse e a consciência dos educandos em querer aprender sempre mais, procurando avançar para além de suas potencialidades aparenciais, mas com suficiente maturidade para reconhecer os reais limites e possibilidades do conhecimento científico.

Entendendo pois, a **metodologia de ensino** como um conjunto de processos didáticopedagógicos que as Ciências da Educação ao longo de sua trajetória histórica vem construindo
e reconstruindo, a partir das experiências práticas vivenciadas por alunos e professores em
suas relações de ensino-aprendizagem, ainda que possa ser prevista no plano de ensino do
Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, a maneira mais adequada de utilizá-la com
sucesso, é considerá-la como uma **mediação pedagógica** processual e histórica que vai sendo
gestada e (re)constituída à medida em que as necessidades sócio-pedagógicas vão surgindo no
interior do próprio processo ensino-aprendizagem entre os sujeitos sociais envolvidos na ação
educativa.

Assim, embora considerada importante para facilitar a aprendizagem, a metodologia de ensino é um instrumento de mediação das relações sociais que se processam na sala de aula e/ou nos mais variados espaços sócio-educativos, por isso não deve ser tomada como uma receita pronta, redentora de todas as dificuldades de aprendizagem em detrimento do próprio processo educativo, que deverá ser um ato em movimento de ação-reflexão-transformação.

Dessa forma, a melhor metodologia de ensino ou a mais adequada, será aquela que possibilite uma ampla flexibilidade das ações docentes, por meio de processos didáticos diversificados, sem se render ao funcionalismo estéril de técnicas fixas modeladoras de aulas bem formatadas tecnologicamente, mas vazias de conteúdo histórico-crítico e, portanto incapazes de potencializar os objetivos sociais, políticos e pedagógicos do Curso. Neste

sentido, dar-se-á primazia a **autonomia** dos sujeitos da educação para optarem por um conjunto variado e múltiplo de processos didáticos que melhor se adeque a cada momento histórico particular da ação educativa, sem entretanto, cair no equívoco antiético de considerar o "vale tudo" anarquista de que os fins justificam os meios e, que portanto qualquer técnica seria válida desde que nos levasse ao conhecimento. A ênfase pois, na dimensão ética da metodologia de ensino do Curso, será um componente altamente valorizado, na medida em que o seu desenvolvimento deverá priorizar os direitos sociais e a integridade física, moral e social dos interatores do processo educativo, reconhecendo assim, seus alcances e reais possibilidades sócio-pedagógicas.

Assim, tomando-se esta concepção de metodologia de ensino, propõe-se que o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais seja desenvolvido através de aulas teóricas e práticas por meio de exposições dialogadas, leituras dinâmicas e reflexivas, atividades de pesquisa, debates críticos, Seminários, Conferências Científicas, Mesas-Redondas e, demais técnicas de dinâmica de grupo, mediante as quais, serão trabalhadas pedagogicamente as unidades geradoras do programa de cada disciplina.

As técnicas mencionadas serão utilizadas como instrumentos de mediação pedagógica e de elementos didáticos facilitadores para que os estudantes e os professores possam exercitar uma prática docente conscientizadora e emancipatória. Essas atividades serão desenvolvidas na perspectiva de se construir uma relação dialética entre teoria e prática, razão pela qual a **metodologia de ensino** será considerada com um princípio mediador pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. HUMANA

OUADRO 3 - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

ATIVIDADES	PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	QT	СН
Gestor(a)	Coordenador(a) do Curso	01	20h
Coordenação de Ensino	Sub-coordenação de ensino	01	10h
Coordenação de Extensão	Sub-coordenação de extensão	01	10h
Coordenação de Pesquisa	Sub-coordenação de pesquisa	01	10h
Assessoria	Assessoria Pedagógica	01	10h
Secretaria	Secretário do Curso	01	20h
Apoio Logístico	Agente Administrativo	02	20h
	Total Geral	08	100h

QUADRO 4 - CORPO DOCENTE

N°	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
2.	ADRIANE GIUGNI DA SILVA	PROF. ADJUNTO I /40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
3.	AGOSTINHO SOUZA DOS SANTOS	PROF. AUXILIAR IV / 40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM APLICAÇÕES ESTATÍSTICAS E EM ATUALIZAÇÃO DO ENSINO DE MATEMÁTICA	DMEI
4.	AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM GEOGRAFIA	DFCS
5.	AIRTON DOS REIS PEREIRA	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL	DFCS
6.	ALEXANDRE JORGE GAIA CARDOSO	PROF. ASSISTENTE II/ 40 H.	MESTRAD0 EM ADMINISTRAÇÃO	DFCS
7.	ANA CLÁUDIA DA SILVA PEREIRA	PROF. 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
8.	ANA CRISTINA SOEIRO SALGADO	PROF. ADJUNTO – TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	DPSI
9.	ANA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	PROF. AUXILIAR IV/ 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO/ ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PROBLEMAS REGIONAIS	DEDG
10.	ANA LIDIA NAUAR PANTOJA	PROF. ADJUNTO I /40 H.	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	DFCS
11.	ANA KELLY MARTINS DA SILVA	PROF. ADJUNTO II /40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
12.	ANA TELMA MONTEIRO DE SOUSA	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
13.	ANGÉLICA HOMOBONO NOBRE	PROF. ADJUNTO I/40 H.	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	DPSI
14.	ANICETO CIRINO DA SILVA FILHO	PROF. SUBSTITUTO/ 40 H.	MESTRADO EM ENSINO SUPERIOR E GESTÃO UNIVERSITÁRIA	DFCS
15.	ANTÔNIO DE PÁDUA DE MESQUITA DOS SANTOS BRASIL	PROF. ASSISTENTE II/ 40 H.	MESTRADO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL.	DFCS
16.	ANTÔNIO JORGE PARAENSE DA PAIXAO	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
17.	ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS NETO	PROF. ASSISTENTE / 40 H.	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	DMEI
18.	ANTÔNIO SERAFIM AZEREDO	PROF. ASSISTENTE III /40 H.	MESTRADO EM ENSINO SUPERIOR E GESTÃO UNIVERSITÁRIA	DFCS
19.	ANTÔNIO SÉRGIO DARWICH	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	DPSI
20.	BERNADETE MARIA CARDOSOS MORAIS	PROF. SUBSTITUTO/ 40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	DFCS

N°	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
21.	BENEDITO ELY VALENTE DA CRUZ	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	MESTRADO EM GEOGRAFIA	DFCS
22.	CAETANO DA PROVIDÊNCIA SANTOS DINIZ	PROF. ASSISTENTE I / 40 H.	MESTRADO EM PSICOLOGIA	DPSI
23.	CATIA OLIVEIRA MACEDO	PROF. ADJUNTO II /40 H.	DOUTORADO EM GEOGRAFIA	DFCS
24.	CLÁUDIO LUDGERO MONTEIRO PEREIRA	PROF. ASSISTENTE IV/ 40 H.	DOUTORANDO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	DPSI
25.	CLAUTON SAMPAIO	PROF. SUBSTITUTO /40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL	DFCS
26.	CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO	DFCS
27.	CREUSA BARBOSA DOS SANTOS	PROF. ASSISTENTE / 20 H.	MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DEDG
28.	DANIELA CORDOVIL CORREA DOS SANTOS	PROF. ADJUNTO I / TIDE	DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA	DFCS
29.	DENISE DE SOUZA SIMOES RODRIGUES	PROF. ADJUNTO I / TIDE	DOUTORADO EM SOCIOLOGIA	DFCS
30.	DENISE LEAL EIRÓ DA SILVA	PROF. AUXILIAR III/40 H.	GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.	DPSI
31.	DIEGO RAMON SILVA MACHADO	PROF. VISITANTE/ 30 H.	MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	DCNA
32.	DINIZ ANTÔNIO SENA BASTOS	PROF. ASSISTENTE IV	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	DPSI
33.	DORIVAL LOBATO JÚNIOR	PROF. ADJUNTO I / 40 H.	DOUTORADO EM ESTATÍSTICA E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA	DMEI
34.	DOUGLAS RODRIGUES DA CONCEIÇAO	PROF. ADJUNTO III /TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	DFCS
35.	EDELTON CELESTINO DE FREITAS	PROF. SUBSTITUTO /40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E HISTÓRIA	DFCS
36.	EDINA FIALHO MACHADO	PROF. ASSISTENTE/40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
37.	ELEANOR GOMES DA SILVA PALHANOS	PROF. ADJUNTO III/ 40 H.	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIOLOGIA	DFCS
38.	ELISÂNGELA CLÁUDIA DE MEDEIROS MOREIRA	PROF. ASSISTENTE I/40 H.	MESTRADO EM PSICOLOGIA	DPSI
39.	EVERALDO CARLOS CUSTÓDIO DE DEUS	PROF. SUBSTITUTO /40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DFCS

Nº	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
40.	FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL	PROF. ASSISTENTE I/40H.	MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENV. SUSTENTÁVEL	DFCS
41.	FABRÍCIO MARTINS DA COSTA	PROF. ASSISTENTE I / 40 H.	MESTRADO EM ESTATÍSTICA	DMEI
42.	FERNANDO AUGUSTO BENTES DE SOUZA COSTA	PROF. ADJUNTO III /40 H.	DOUTORADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	DPSI
43.	GERALDO MATEUS SÁ	PROF. AUXILIAR I /40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	DFCS
44.	HELENA MARIA MELO DIAS	PROF. ADJUNTO III /40 H.	DOUTORADO EM PSICOLOGIA	DPSI
45.	HENRY WILLIANS SILVA DA SILVA	PROF. ADJUNTO I / TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIOLOGIA	DFCS
46.	IRACILDO PEREIRA CASTRO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM TEOLOGIA/ MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DPSI
47.	IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA	PROF. TITULAR	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO C/PÓS-DOUTOR	DFCS
48.	JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM HISTÓRIA	DFCS
49.	JANE GLAIBY SILVA BASTOS	PROF. ASSISTENTE/40 H.	MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA	DPSI
50.	JOÃO JOAQUIM C. DA COSTA	PROF. ASSISTENTE /40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
51.	JOELCILEA DE LIMA AYRES SANTIAGO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	DFCS
52.	JOSE AUGUSTO CARVALHO DE ARAUJO	PROF. ASSISTENTE III /40 H.	MESTRADO EM SOCIOLOGIA	DFCS
53.	JOSINETE PEREIRA LIMA	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM SOCIOLOGIA	DFCS
54.	JULIANA PEREIRA DE ARAÚJO	PROF. ADJUNTO I/40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
55.	KÁTIA ANDRÉIA SOUZA DOS SANTOS	PROF. AUXILIAR I/ 40 H.	GRADUAÇÃO EM LETRAS/LIBRAS /ESPECIALIZAÇÃO EM MET. DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	DEES
56.	KÁTIA MARIA DOS SANTOS MELO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL	DFCS
57.	LANA CLAUDIA MACEDO DA SILVA	PROF. ADJUNTO I /40 H.	DOUTORADO EM SOCIOLOGIA	DFCS
58.	LEA MARIA GOMES DA COSTA	PROF. ASSISTENTE IV/ TIDE	MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO ENS. SUPERIOR E EM GEOGRAFIA	DFCS
59.	LEOPOLDO NOGUEIRA SANTANA JUNIOR	PROF. ASSISTENTE I /20 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DFCS

Nº	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
60.	LUCELIA DE MORAES BRAGA BASSALO	PROF. ADJUNTO I/ 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
61.	LUCILEI MARTINS GUEDES	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	DFCS
62.	MANOEL RIBEIRO DE MORAES JUNIOR	PROF. ADJUNTO I /TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	DFCS
63.	MARCO ANTÔNIO SILVA LIMA	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO	DFCS
64.	MARIA AUXILIADORA MAUÉS DE LIMA ARAÚJO	PROF. ADJUNTO I / 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
65.	MARIA BETANIA BARBOSA ALBUQUERQUE	PROF. ADJUNTO IV/ TIDE	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO C/ PÓS-DOUTOR	DFCS
66.	MARIA DARLENE TRINDADE CORREA	PROF. ASSISTENTE I / 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
67.	MARIA DE LOURDES SANTOS MELO	PROF. ADJUNTO II/ 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
68.	MARIA DO PERPETUO SOCORRO GOMES DE SOUZA AVELINO DE FRANCA	PROF. ADJUNTO II/ TIDE	DOUTORADO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	DFCS
69.	MARIA DO SOCORRO CASTRO HAGE	PROF. ADJUNTO II/ 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
70.	MARIA ELENA NASCIMENTO LIMA	PROF. ASSISTENTE / 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG
71.	MARIA JOAQUINA NOGUEIRA DA SILVA	PROF. 40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM MOTRICIDADE HUMANA	DEES
72.	MARIA JOSÉ SANTANA LOBATO DA SILVA	PROF. ASSISTENTE III /40H.	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	DEES
73.	MARIA JOSEVETT ALMEIDA MIRANDA	PROF. ASSISTENTE III / 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEES
74.	MARIA LUCIA GOMES FIGUEIRA DE MELO	PROF. ASSISTENTE IV/ TIDE	MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL	DFCS
75.	MARIA MARISE DUARTE	PROF. ADJUNTO II/ TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: POLÍTICA	DFCS
76.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA SAMPAIO	PROF. TITULAR	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR	DFCS

N°	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
77.	MARIA VITORIA SOUZA PARACAMPO	PROF. ADJUNTO III /40 H.	DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	DFCS
78.	MARILENE DOS SANTOS MARQUES	PROF. AUXILIAR I/ 40 H.	MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DEES
79.	MARÍLIA RAIMUNDA DA SILVA FERREIRA	PROF. AUXILIAR IV /40 H.	ESPECIALIZAÇÃO []	DFCS
80.	MAURICIO ZENI	PROF. ADJUNTO I/ 40 H.	DOUTORADO EM HISTÓRIA	DFCS
81.	MARIO JORGE BRASIL XAVIER	PROF. ASSISTENTE I/ TIDE	MESTRADO EM ANTROPOLOGIA	DFCS
82.	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA	PROF. ADJUNTO IV/ 40 H.	DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL C/ PÓS-DOC.	DFCS
83.	NILDA DE OLIVEIRA BENTES	PROF. ADJUNTO IV/ 40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	DPSI
84.	ODOZINA FARIAS BRAGA	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
85.	ONELI DE FÁTIMA TEIXEIRA GONÇALVES DA ROCHA	PROF. ASSISTENTE/ 40 H.	MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E SOCIAL.	DPSI
86.	PATRÍCIA REGINA BASTOS NEDER	PROF / 40 H.	DOUTORANDO EM PSICOLOGIA	DPSI
87.	PETRÔNIO LAURO TEIXEIRA POTIGUAR JUNIOR	PROF. ASSISTENTE I / 40 H.	MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	DFCS
88.	RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS PEREIRA	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	DFCS
89.	RAIMUNDO SÉRGIO DE FARÍAS JÚNIOR	PROF. EFETIVO/ 40 H.	DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO	DEDG
90.	REGINA LUCIA DE CARVALHO NERY	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	DFCS
91.	RENILDA DO ROSÁRIO MOREIRA RODRIGUES BASTOS	PROF. EFETIVO ADJUNTO I/ H. 40	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: ANTROPOLOGIA	DFCS
92.	ROBERTO PAULO BIBAS FIALHO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS MATEMÁTICAS	DFCS
93.	ROSILENE PACHECO QUARESMA	PROF. AUXILIAR III/40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PROBLEMAS REGIONAIS	DEDG
94.	ROSINEIDE DA SILVA BENTES	PROF. ADJUNTO I /40 H.	DOUTORADO EM HISTÓRIA	DFCS
95.	RUY GUILHERME CASTRO DE ALMEIDA	PROF. ADJUNTO III / 40 H.	DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL	DCNA

N°	DOCENTE	VÍNCULO IES E RT	TITULAÇÃO	DEPTO DE ORIGEM
96.	SAULO DE TARSO CERQUEIRA BATISTA	PROF. ADJUNTO I /TIDE	DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	DFCS
97.	SELMA MARIA MARTINS CLEMENTE	PROF. AUXILIAR IV / 40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DPSI
98.	SUELY MARIA MELO CHAVES	PROF. / 40 H.	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE E EM PSICOLOGIA CLÍNICA	DPSI
99.	TAISSA TAVERNARD DE LUCA	PROF. ADJUNTO I / TIDE	DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA	DFCS
100.	TELMO RENATO DA SILVA ARAUJO	PROF/ 40 H.	MESTRADO EM HISTÓRIA	DFCS
101.	TIAGO LUIS COELHO VAZ SILVA	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL	DFCS
102.	TONY LEAO DA COSTA	PROF. ASSISTENTE I/ 40 H.	MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA	DFCS
103.	VANJA DA CUNHA BEZERRA	PROF. AUXILIAR III /40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DFCS
104.	VENIZE NAZARE RAMOS RODRIGUES	PROF. ASSISTENTE IV/TIDE	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	DFCS
105.	WENCESLAU OTERO ALONSO JÚNIOR	PROF. TITULAR/ 40 H.	MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA	DLLT
106.	WILLAME DE OLIVEIRA RIBEIRO	PROF. ASSISTENTE I /40 H.	MESTRADO EM GEOGRAFIA	DFCS
107.	WLADIRSON RONNY DA SILVA CARDOSO	PROF /40 H.	MESTRADO EM DIREITO	DFCS
108.	ZANETE ALMEIDA GUSMÃO	PROF. ASSISTENTE III/40 H.	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEDG

FONTE: Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Belém/PA. Período: 15/02/2013 - 28/04/2013.

TABELA 1 - CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO

N ° DE	TITULAÇÃO	QUANTIDADE			
ORDEM	IIIULAÇAU	ABSOLUTO	RELATIVO		
01	DOUTORADO	42	38,53%		
01.01	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	12	11,00		
01.02	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR	01	0,92 %		
01.03	DOUTORADO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA	01	0,92 %		
01.03	DA EDUCAÇÃO				
	DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	01	0,92 %		
01.05	DOUTORADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E	01	0,92 %		
01.05	DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	01			
01.06	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS	01	0,92 %		
	MATEMÁTICAS		1.0.0/		
01.07	DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA	02	1,8 %		
01.08	DOUTORADO EM HISTÓRIA	02	1,8 %		
01.09	DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL	01	0,92 %		
01.10	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO	02	1,8 %		
	SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO		1.0.0/		
01.11	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	02	1,8 %		
01.12	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:	01	0,92 %		
	ANTROPOLOGIA		0.02.0/		
01.13	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:	01	0,92 %		
	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE				
01.14	DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:	02	1,8 %		
	SOCIOLOGIA DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:				
01.15	POLÍTICA	01	0,92 %		
01.16	DOUTORADO EM SOCIOLOGIA	02	1,8 %		
01.16	DOUTORADO EM SOCIOLOGIA DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	03	2,7 %		
01.17	DOUTORADO EM PSICOLOGIA	03	1,8 %		
01.16	DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO	02	1,8 %		
01.19	E REGIONAL	02	1,0 %		
01.20	DOUTORADO EM GEOGRAFIA	01	0,92 %		
	DOUTORADO EM GEOGRAFIA DOUTORADO EM ESTATÍSTICA E		0,92 %		
01.21	EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA	01	0,72 /0		
02	MESTRADO	55	50,46%		
02.01	MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL	01	0,92 %		
02.01	MESTRADO EM ANTROPOLOGIA	01	0,92 %		
02.02	MESTRADO EM HISTÓRIA	02	1,8 %		
02.04	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	15	13,76 %		
02.01	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	04	3,6 %		
02.05	MESTRADO EM DIREITO	01	0,92 %		
02.06	MESTRADO EM GEOGRAFIA	04	3,6 %		
02.07	MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA	01	0,92 %		
	MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA		0,92 %		
02.09	AMAZÔNIA	01	0,52 70		
02.10	MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	01	0,92 %		
	MESTRADO EM AGRICULTURAS	<u> </u>	-, /·		
02.11	FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO	03	2,7 %		
	SUSTENTÁVEL				
02.15	MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E	0.4	6.55		
02.12	SOCIAL	01	0,92 %		
02.12	MESTRADO EM GESTÃO E	02	1.0.04		
02.13	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	02	1,8 %		

02.14	MESTRADO EM PSICOLOGIA CLINICA	01	0,92 %
02.15	MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	01	0,92 %
02.16	MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	01	0,92 %
02.17	MESTRADO EM ENSINO SUPERIOR E GESTÃO UNIVERSITÁRIA	02	1,8 %
02.18	MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	01	0,92 %
02.19	MESTRADO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	01	0,92 %
02.20	MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL	01	0,92 %
02.21	MESTRADO EM SOCIOLOGIA	02	1,8 %
02.22	MESTRADO EM TEOLOGIA	02	1,8 %
02.23	MESTRADO EM ESTATÍSTICA	01	0,92 %
02.24	MESTRADO EM PSICOLOGIA	02	1,8 %
02.25	MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO	01	0,92 %
02.26	MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL	01	0,92 %
02.27	MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL	01	0,92 %
03	ESPECIALIZAÇÃO	11	10,09%
03.01	ESPECIALIZAÇÃO EM APLICAÇÕES ESTATÍSTICAS	01	0,92 %
03.03	ESPECIALIZAÇÃO EM FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E HISTÓRIA	01	0,92 %
03.07	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	01	0,92 %
	ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	02	1,8 %
	ESPECIALIZAÇÃO EM MOTRICIDADE HUMANA	01	0,92 %
03.12	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL	01	0,92 %
03.15	ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	01	0,92 %
01.16	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PROBLEMAS REGIONAIS	01	0,92 %
01.18	ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA	01	0,92 %
01.19	ESPECIALIZAÇÃO []	01	0,92 %
04	GRADUAÇÃO	01	0,92 %
04.01	GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA	01	0,92 %
	TOTAL GERAL	109	100,0

FONTE: Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Belém/PA. Período: 15/02/2013 - 28/04/2013.

TABELA 02 – DOCENTES DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO (CCSE) SEGUNDO O VÍNCULO E TITULAÇÃO

	VINCULO							
TITULAÇÃO	EFETIVO		SUBSTITUTO		VISITANTE		TOTAL GERAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
DOUTORADO	42	33,0	-	-	-	-	42	38,53%
MESTRADO	52	37,0	02	11,0	01	1,0	55	50,46%
ESPECIALIZAÇÃO	09	6,0	02	10,0	-	-	11	10,09%
GRADUAÇÃO	01	1,0	-	-	-	-	01	0,92%
TOTAL GERAL	104	77,0	04	22,0	01	1,0	109	100,0

FONTE: Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Belém/PA. Período 15/02/2013 - 28/04/2013.

TABELA 03 - DOCENTES DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO (CCSE) SEGUNDO TITULAÇÃO E LOTAÇÃO DEPARTAMENTAL

	TITULAÇÃO									
Departamento	Doutorado		Mestrado		Especialização		Graduação		Total Geral	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
DFCS	27	24,77%	32	29,36%	6	5,50%	-	-	65	59,63%
DMEI	1	0,92%	2	1,83%	1	0,92%	-	-	4	3,67%
DEDG	6	5,50%	8	7,34%	1	0,92%	-	-	15	13,76%
DPSI	7	6,42%	8	7,34%	1	0,92%	1	0,92%	17	15,60%
DCNA	1	0,92%	1	0,92%	-	-	-	-	2	1,83%
DEES	-	-	3	2,75%	2	1,83%	-	-	5	4,59%
DLLT	-	-	1	0,92%	-	-	-	-	1	0,92%
DART	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00%
Total Geral	42	38,53%	55	50,46%	11	10,09%	1	0,92%	109	100,00%

FONTE: Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Belém/PA. Período 15/02/2013 - 28/04/2013. LEGENDA: DFCS - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. DMEI – DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA. DEDG – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL. DPSI – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. DCNA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS NATURAIS. DEES – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA. DLLT- DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA. DART – DEPARTAMENTO DE ARTES.

5.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Os materiais, equipamentos e espaços - ambientes escolares que o estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais vivenciará no Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE compreenderá 01 (uma) sala para coordenação, secretaria e demais organismos que comporão a estrutura organizacional da gestão do curso. Os demais espaços e/ou salas ambientes serão as mesmas utilizadas pelo conjunto dos docentes, técnicos e administrativos associadas as salas de orientações e de aulas, que são equipadas c/ computadores, datas-show, televisões e DVD's que atendem ao CCSE/UEPA concernentes aos interesses educativos gerais. Além destes ambientes o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais contará co outros espaços de convivência do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) que incentivam a compatibilização e troca de experiências entre o ensino, a pesquisa e a extensão desta IES/UEPA refletidas em 01 (um) Laboratório de Informática e 05 (cinco) salas de orientação, 01 (um) Laboratório de Educação Matemática, 02 (duas) salas de vídeo, 01 (uma) sala multimídia e 01 (um) auditório com capacidade para 300 pessoas. Tais espaços poderão ser utilizados durantes as atividades do Laboratório de Atividades Complementares – Semanas Acadêmicas, Mesas Redondas, Seminários, Encontros, etc. e nas defesas públicas de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do referido curso.

A Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) atenderá o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais como atende aos cursos de licenciaturas, de mestrados - Educação e Ciências da Religião - e programas interinstitucionais como os referentes ao Plano de Formação Docente - PARFOR e Universidade Aberta do Brasil — UAB e a comunidade em geral que acessa o acervo desta IES/UEPA. O espaço/ ambiente da Biblioteca do CCSE detém uma área total de 1.400 metros quadrados, distribuídos em um prédio de 02 (dois) pavimentos. No primeiro pavimento, os discentes do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais poderão efetivar consultas e empréstimos de livros e acessar 12 (doze) terminais de computadores com Internet e 08 (oito) terminais para consultas de acervo. No segundo piso poderão acessar a sessão de periódicos e monografias; estudar em 21 (vinte e uma) cabines individuais; os estudantes poderão consultar o acervo de recursos audiovisuais em 01 (uma) sala de multimídia, A Biblioteca disponibilizará, ainda, 02 (duas) salas para estudo em grupo e 01 (um) espaço de convivência em cada pavimento. A biblioteca conta com acervo de 17.432 títulos e 33.606 exemplares, sendo: Livros (9.355 títulos e 24.757 exemplares); Folhetos (251 títulos e 465 exemplares); Catálogos (9 títulos e 17 exemplares);

Artigos (3.990 títulos); Teses (82 títulos e 93 exemplares); Monografias (1.458 títulos e 1.490 exemplares); Textos musicais (64 títulos e 65 exemplares); Periódicos (442 títulos e 3.786 exemplares); Gravação de vídeo (148 títulos e 190 exemplares); CD ROMs (35 títulos e 52 exemplares); Dicionário (112 títulos e 333 exemplares); Dissertações (350 títulos e 372 exemplares); Coleções, Enciclopédias e Transparências (482 títulos e 977 exemplares); Partituras (164 títulos e 211 exemplares); Braile (56 títulos e 265 exemplares); Livro de bolso (11 títulos e 46 exemplares); DVD (45 títulos e 115 exemplares), Para atender aos interesses e eficácia do processo ensino e aprendizagem dos estudantes de Licenciatura Plena em Ciências Sociais se faz necessário a aquisição de cerca de trezentos (300) títulos referentes aos diversos autores que contemplem os eixos da organização curricular concernente às formações específica, complementar e livre.

6. ESPAÇO FÍSICO

Há necessidade de espaço físico para funcionamento dos quatro anos iniciais do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais:

QUADRO 5 – ESPAÇO FÍSICO

Atividades	Especificação	Qt
Coordenação do Curso	Sala	01
Secretaria, apoio	Sala	01
Atividades pedagógicas	Sala de aula	01

Utilizar-se-á ainda nas atividades do Curso, ambientes do Centro de Ciências Sociais e Educação, tais como: Biblioteca Setorial, laboratórios, auditórios, sala dos professores, salas de multimídia, salas de reuniões, salas de orientações, entre outras.

QUADRO 6 – EQUIPAMENTOS (para implantação do curso)

Especificação	Custo Unitário (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
Computadores completos	3.500,00	05	17.500,00
Mesas de Escritório	450,00	05	2.250,00
Cadeiras Giratórias	400,00	05	2.000,00
Cadeiras fixas	120,00	12	1.440,00
Bebedouro	420,00	01	420,00
Rack para Computador	220,00	05	1.100,00
Armários de Aço com 2 portas	550,00	02	1.100,00
Arquivos de Aço	450,00	02	900,00
Aparelhos Telefónicos	130,00	03	390,00
Televisão 40 polegadas	1.520,00	01	1.520,00
DVD	160,00	01	160,00
Data-Shows	2.000,00	04	8.000,00
Tela de Projeção	600,00	01	600,00
Quadro Magnético	250,00	01	250,00
Caixa de Som	629,90	01	629,90
Aparelho de som portátil	250,00	02	500,00
Impressoras HP Multifuncional Laser	678,00	02	1.356,00
TOTAL			40.115,90

QUADRO 7 – MATERIAL DE CONSUMO (semestre inicial do curso)

Especificação	Custo Unitário (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
Papel Almaço	25,20	10	252,00
Papel A-4	20.00	10	200,00
Pastas com Elástico	1,50	100	150,00
Canetas Esferográficas	0,70	50 u	35,00
Cartuchos de tinta p/impressora	75,00	06	450,00
DVD-R Gravável 4.7 GB/120 min	40,00	05 cx	200,00
CD	35,00	05 cx	175,00
CD-Rom	16,00	10 cx	160,00
Grampeadores	35,00	03 u	105,00
Pastas Suspensas p/Arquivo	2,50	50 u	125,00
Furadores de papel	25,00	03 u	75,00
Cola polar grande	8,00	05 u	40,00
Fita gomada	3,00	10 u	30,00
Caneta quadro magnético azul	25,00	05 cx	125,00
Caneta quadro magnético preto	25,00	05 cx	125,00
Apagadores quadro branco	10,00	10 u	100,00
Tesouras	20,00	03 u	60,00
TOTAL			2.407,00

QUADRO 8 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO (ano de implantação do curso)

Especificação	Custo Unitário (R\$)	Qtd	Valor (R\$)
200 títulos específicos na área de antropologia	50,00	600	30.000,00
200 títulos específicos na área de sociologia	50,00	600	30.000,00
200 títulos específicos na área de ciências políticas.	50,00	600	30.000,00
TOTAL			90.000.00

QUADRO 9 – SERVIÇOS DE TERCEIROS (semestre inicial do Curso)

Nº Ordem	Especificação	Valor (R\$)
01	Reprodução de xerox	2.000,00
02	Participação da coordenação e docentes em eventos	18.000,00
	TOTAL	20.000,00

QUADRO 10 – SÍNTESE INFRAESTRUTURA

Nº Ordem	Especificação	Valor (R\$)
01	Equipamentos	39.985,00
02	Material de Consumo	2.386,00
03	Acervo Bibliográfico	120.000,00
04	Serviços de Terceiros	20.000,00
	TOTAL	182.371,00

7. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Em relação à política de inclusão social os estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais estarão integrados aos diversos mecanismos que incentivam ao ingresso e permanência do educando no ambiente educativo que se refletem: nas taxas de isenções às inscrições aos processos seletivos, período 2008-2013, que perfazem um total de 19.110 isenções sendo 8.925 parciais e 10.185 integrais, que reflete de certa forma, nos últimos quatro (04) anos, na presença nesta IES/UEPA, mais de 50% dos aprovados sejam oriundos das escolas públicas; na criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, conforme Resolução 2395/11-CONSUN, 16/12/11, presente no Núcleo de Formação Indígena/Pró-Reitoria de Graduação, que atende atualmente as etnias Tembé - turma no Campus de São Miguel do Guamá, com 34 alunos/matriculados - e Gavião e Suruí-Aikewara, turma no Campus de Marabá, com 47 alunos/matriculados; no atendimento aos alunos com deficiência mediante profissionais e equipamentos em todos os campi em que os estudantes estejam matriculados; na implantação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, sediado no Centro de Ciências Sociais e da Educação (CCSE), criado conforme Resolução 2236/11, 18/05/2011, Conselho Universitário –CONSUN.

Associada a tais políticas de atendimento à comunidade estudantil interna e externa foi criado, em 2009, Programa de Bolsas de Assistência Estudantil – PAE, conforme Resolução 2139/10-CONSUN, que distribuiu, no período de 2009 – 2012, cerca de 1.171 (hum mil cento e setenta e uma) bolsas. Tal situação requereu a criação de estrutura organizacional que se traduz no Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), oi criado pela Portaria nº 3561/12, 27/08/2012. Este organismo constitui instrumento de gestão, articulação, elaboração, acompanhamento, execução e avaliação de políticas de apoio acadêmico, pedagógico, biopsicossocial e financeiro que possibilitem o acesso a atividades de ensino, pesquisa e extensão e a permanência com sucesso a alunos da instituição cuja condição psicossocial e econômica revele obstáculos ao seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

As políticas de ações afirmativas são os elementos essenciais, que aceleram os mecanismos de inclusão social dos estudantes de ciências sociais, neste processo de compreensão da dinâmica de acesso e permanência no ensino superior.

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação no projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais é concebida como um processo social estabelecido entre os sujeitos sociais envolvidos na ação educacional do Curso, ou seja, entre alunos e professores em suas relações dialéticas de ensino e aprendizagem, onde ambos ensinam e aprendem, isto é se educam na relação do processo educativo.

Nesta perspectiva, a avaliação é parte intrínseca do próprio processo educativo e, portanto, entendida como ação contínua e permanente que deve atravessar todo o processo pedagógico de construção do conhecimento no Curso. Não sendo apenas um simples mecanismo ou instrumento de mensuração da aprendizagem, a avaliação será processual e deverá constituir-se numa ação educativa que permite aos alunos acompanharem a trajetória do processo pedagógico, bem como tomarem consciência de suas dificuldades e possibilidades durante o Curso, para que se transformem nos próprios sujeitos de sua educação. Da mesma forma que permite também ao professor acompanhar o processo de socialização do conhecimento visando retroalimentá-lo na busca da obtenção de padrões qualitativamente mais significativos de aprendizagem.

Dessa forma, a avaliação no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais deverá fundar-se no princípio educativo, propiciando aos alunos processos de contínua aprendizagem, tendo em vista favorecer a democratização do ensino e não a exclusão social dos alunos da Universidade. Como um processo de inclusão social, a avaliação deverá ser qualitativa, crítica e emancipadora e se comprometendo com a qualidade do ensino, com a construção da consciência crítica do alunado e, fundamentalmente, com o processo de formação dos graduandos em sujeitos transformadores das mudanças estruturais da sociedade.

Como um processo global, a avaliação também visa acompanhar o desempenho de todo pessoal envolvido no curso: professores, coordenador, sub-coordenadores e, demais profissionais e funcionários, sempre na intencionalidade de perseguir a melhoria do padrão de qualidade do curso. Não pode ficar de fora desse processo os recursos materiais que necessitam também de acompanhamento e avaliação constantes, para que seja possível a garantia da qualidade de execução do Projeto Político-Pedagógico do Curso, cuja preocupação central é o alcance dos objetivos sociais da educação, expressos em termos de acesso, processo de formação e terminalidade real, dentro dos parâmetros de qualidade social de uma educação para a cidadania.

Com relação à verificação, o acompanhamento e o aproveitamento dos alunos nas diversas disciplinas do Curso, estes serão avaliados pelos professores através do contínuo processo de aferição dos resultados obtidos nas formas diversas de atividades curriculares que forem submetidos, de acordo com as normas legais previstas no Regimento Geral da UEPA. A exigência da prova no sentido tradicional do termo, poderá aparecer, eventualmente, como uma das formas operacionais no bojo do processo global de avaliação, porém o processo avaliativo se constituirá basicamente na produção de artigos na finalização de cada disciplina, porque atenderá basicamente o processo de produção acercado no conhecimento geral da realidade social.

Ao final do Curso, além do cumprimento de 400 horas de estágio curricular obrigatório à carreira do docente na área de Ciências Sociais, o aluno terá a obrigatoriedade de elaborar e apresentar um **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**, cuja qualidade será avaliada através da consistência teórica apresentada no trabalho, a rigorosidade metodológica e, sua capacidade de aplicação prática, aspectos que deverão ser construídos através da pesquisa e da produção científica pelos próprios alunos.

Ao lado da avaliação do aluno feita pelo professor, cabe ao aluno e demais atores sociais envolvidos no processo educativo, avaliar os docentes e o próprio Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, sempre no sentido de contribuir para a elevação da qualidade global das ações educativas do Curso e, do próprio Sistema Educacional, em nível estadual, regional e nacional.

9. EMENTAS

9.1.1. Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais – 1º Ano

9.1.1.1 Código/Disciplina: Teoria Antropológica Clássica. Carga horária: 60h. Ano/série: 1º. Código: DFCS

EMENTA: O curso discutirá o desenvolvimento histórico da disciplina desde a estruturação da Antropologia, em fins do século XIX, destacando o evolucionismo, a escola Boasiana, Escola Sociológica Francesa, Antropologia Social Britânica até sua consolidação na primeira metade do século XX com o Estruturalismo Lévi-Straussiano.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. A Construção do Mundo: religião, representações, ideologia. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

BALANDIER, Georges. Antropológicas. São Paulo: Cultrix, 1977.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília / São Paulo: UNESP,1998.

CARDOSO, Ruth (org.). A aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, Celso (org.). **Franz Boas**, **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro: UFRJ,1998.

COPANS, Jean. **Antropologia, ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Edições 70, 1989.

DA MATTA, Roberto da. **Relativizando:** Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Antropologia Social. São Paulo: Edições 70, 1985.

_____. Bruxaria, oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. _____. Os Nuers. São Paulo: Ed. Perspectiva 2002.

GUIART, Jean. Chaves da Etnologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

KUPER, Adam. **Antropólogos e Antropologia** [or.ing.1973]. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1978.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEACH, Edmund. **A diversidade antropológica**. Coleção Perspectivas do Homem. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **As idéias de Lévi- Strauss**. São Paulo: Cultrix, 1970.

. **Repensando a antropologia** (cap.1). São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. Antropologia Estrutural II, Rio de Janeiro Tempo brasileiro, 1985.

. O pensamento selvagem. São Paulo: Papirus, 1989.

LEAF, Murray. J. Uma história da antropologia. Rio de Janeiro: Zahar/EDUSP, 1981.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural:** iniciação, teoria e temas. 6ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, R. C. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e Função na sociedade primitiva. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

STOCKING, (org). **Franz Boas**, A formação da Antropologia Americana. Parte I. As premissas da antropologia de Boas (pp. 39-80). Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2004.

9.1.1.2 Código/Disciplina: Teoria Política Clássica. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1°. Código: DFCS

EMENTA: As gramáticas da ciência política moderna: poder, estado e sistemas políticos. Formação dos estados nacionais e expansão da cidadania. A constituição da política como atividade específica; Teoria política de Estado; a política como relação de força; o contratualismo, seus fundamentos racionalistas e éticos; as variações do contratualismo, a justificação do governo e as estruturas institucionais propostas; O Estado e Sociedade Civil; o pensamento hegeliano-marxista. As variações do pensamento marxista frente à política; análise weberiana e suas diferentes apropriações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Classe operária sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. Porto Alegre: Globo, 1990.

BOBBIO, Norberto; BOVERA, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia moderna**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 14ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. 2ed. Campinas: Papirus, 1988.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1989.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

DUVERGER, M. Ciência política: teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família:** da propriedade privada e do Estado. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel, 9 ed. Porto Alegre: L& PM, 1980

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

IRIARTE, Gregório. Neoliberalismo: sim ou não. São Paulo: Paulinas, 1995.

IANNI, Otávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENIN, W. O Estado e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José Antonio. A riqueza do capital e a miséria das nações. São Paulo: Scritta, 1994.

MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.

NAPOLEÃO, Paulo; DA SILVA, Nogueira. **Democracia e realidade brasileira.** São Paulo: Alfa Omega, 1989.

PORTELLI, Hughes. Grasmci e o bloco histórico. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**: Argentina e México. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Tudo é História).

PRELOT, Marcel. A Ciência Política. São Paulo: DIFEL, 1964.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a teoria da ideologia política de Althusser.** Porto: Portucalense Editora, 1971.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Contrato social**. São Paulo: Formar. s.d. (Coleção grandes mestres do pensamento).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1976.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. Democracia na América. São Paulo: Nacional, 1999.

XIMENES, Tereza. Novos paradigmas e realidade brasileira. Belém: NAEA /UFPa, 1993.

WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da política. Ática. Vol. 1 e 2, 2003

9.1.1.3 Código/Disciplina: Teoria Sociológica Clássica. Carga horária: 60h. Ano/série: 1º Código: DFCS

EMENTA: A disciplina caracteriza-se como um espaço de discussão e produção intelectual das principais temáticas das ciências sociais e seu papel na sociedade. Desenvolverá uma visão crítica, a partir dos estudos dos pensamentos clássicos da teoria sociológica. Neste particular, pretende-se intensificar o debate acadêmico em torno da sociologia clássica, destacando a consolidação do capitalismo e o surgimento da sociologia. Privilegiar-se-á o diálogo com as perspectivas abordagens e seus princípios teóricos, com suas problemáticas: a teoria positivista de Augusto Comte; a teoria dos fatos sociais de Émile Durkheim; a teoria da ação social de Max Weber; a teoria crítica social de Karl Marx.

REFERÊNCIAS

REFERENCIAS
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 5ed. São Paulo: Martins Fontes
1999.
BENDIX, Reinhard. Max Weber: um perfil intelectual. Brasília: UNB, 1986.
COHN, Gabriel. Weber. São Paulo: Ática, 1999.
COMTE, Augusto. Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na
Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
Durkheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
A divisão do trabalho social. 2ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984. (vol. 1 e 2)
ENGELS, Friedrich. Temas em ciências humanas . São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
FREUD, Julien. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1966.
GONZALES, Horácio. Karl Marx. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MARX, Karl. 18 Brumário e cartas a Kugelmann . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
A miséria da filosofia . São Paulo: Ícone, 2004.
Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Biotempo, 2004.
. Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 6v.

Para a crítica da economia política . São Paulo: Nova Cultural, 2000.
Salário, preço e lucro. São Paulo: Global, 1988.
Textos filosóficos . Lisboa: Estampa, 1975.
Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
Manifesto comunista. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
OFF, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da
política. São Paulo: Brasiliense, 1989.
PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Secularização segundo Max Weber. Brasília: UnB,
2000.
SOUZA, Jessé (org.). A atualidade de Max Weber. Brasília: Editora da UNB, 2000.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1981.
Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.
Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Moraes, 1989.
Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1999, 2 v.
Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1993.
Sobre a teoria das ciências sociais . Lisboa: Presença, 1974.

9.1.1.4 Código/Disciplina: Teoria Econômica Clássica. Carga horária: 60h. Ano/série: 1°. Código: DFCS

EMENTA: O Pensamento Social Clássico: a sociologia compreensiva de Max Weber; o neofuncionalismo de Talcott Parsons e seus desdobramentos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLUMER, Hebert. A sociedade concebida como uma integração Simbólica. *In:* BIRNBAUM,Pierre; CHAZEL, François. **Teoria Sociológica**.Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1997. p.36-40.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo F (orgs). **Introdução ao pensamento sociológico**. 16. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

CICOUREL, A. A Etnometodologia. *In:* BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François.**Teoria Sociológica.**Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1997. p.60-62.

COHN, Gabriel (org.). **Max Weber (Sociologia)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

COULON, Alain. A escola de chicago. Campinas: Papirus,1995. p.29-122.

. **Etnometodologia**. Petrópolis:Vozes,1995.

DAVIS, K.; MOORE, W. Alguns princípios de estratificação. *In:* VELHO, O.; PALMEIRA, M. (Orgs.). **Classes e estratificação social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, José Maria Carvalho *et. al.* Teorias da Interação. *In:***Sociologia.** Lisboa: McGraw-Hill, 1995. p.289-311.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987

GERTH, H. H. e MILLS, Wright (orgs.). Introdução: o homem e sua obra. *In:* WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GOFFMAN, Erving. A apresentação de si mesmo na vida cotidiana. *In:* BIRNBAUM, **Pierre;** CHAVEL, François. **Teoria Sociológica**. Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza.São Paulo:Hucitec/EDUSP, 1977. p.40-48.

GUESSER, Adalto; PELLEGRINI, Edenilse. **A Etnometodologia e a Análise da Conversação e da Fala**. Florianópolis: 2003.

HAGUETTE, Maria Teresa F. Internacionalismo Simbólico. *In:* _____. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p.157-163.

HAGUETE. M. Etnometodologia. *In:* _____. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. *In:* **GIDDENS,** Anthony; TURNER, Jonathan (org). **Teoria Social hoje.** São Paulo: Editora da UNESP,1999. p.127-174.

JOAS, Hans. Interacionismo Simbolismo. *In:* GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs). **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Editora da UPNES,1999, p.127-174.

MEAD, George H. O jogo livre (folguedo), o jogo regulamento e o "outro generalizado". *In:* BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria Sociológica**. Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec/EDUSP,1977. p.26-32.

MACERA, R. G. As idéias de Weber. São Paulo: Cultix, 1985.

MERTON, R. K. Sociologia:teoria e estrutura. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

PARSONS, T. A interação social. *In:* CARDOSO, F. H. e IANNI O. **Homem e sociedade.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

QUINTANEIRO, Tânia *et. al.* **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ROCHA, G. Sociologia Geral. Lisboa, Editorial Presença, s.d. (5 Volumes).

ROCHER, Guy. Talcott Parsons e a Sociologia Americana. Rio de Janeiro: F.Alves, 1976.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica:** Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia)

TRAGTEMBERG, M(org.) **Weber**. Textos Selecionados. São Paulo: Abril Cultura,1980 (Coleção Os Pensadores).

VILA NOVA, Sebastião. **Donald Pierson e aEscola de Chicago na Sociologia Brasileira**: entre humanista e messiânicos. Lisboa: Veja, 1998. (Cap 3, p. 57-78).

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo.14. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

Economia e Sociedade. 4. ed. Brasília: UNB, 2000 (vol. 1 e 2).
Os três tipos puros de dominação legítima. <i>In:</i> COHN, Gabriel (org.). Max Weber
(Sociologia), 4. ed. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

9.1.1.5 Código/Disciplina: Filosofia. Carga horária: 80 h. Ano/série: 1º Código: DFCS

EMENTA: Apresentar e discutir os diferenciados usos da palavra Filosofia, tomando como referencial para esse debate, uma abordagem situada a partir da Epistemologia, da Ética e da Filosofia Política. Estabelecer a relação entre a Filosofia e a Ciência, observando como se dá o processo de formação das Ciências Humanas. Determinar a distinção entre Epistemologia, Filosofia da Ciência e Teoria do Conhecimento. Delimitar o campo da Ética, da Moral e da Ética Profissional, observando o papel de cada uma na formação do homem. Analisar o poder na contemporaneidade, estabelecendo a relação entre o discurso ético e o discurso político.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo. Imagens da natureza, imagens da ciência. Campinas: Papirus, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2000.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ARISTÓTELES. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).

BACHELARD, Gaston. A Epistemologia. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

BOFF, Leonardo. Ethos mundial. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

COLLINGWOOD, R. G. Ciência e Filosofia. Lisboa: Presença, 1976.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

COLLI, Giorgio. **O nascimento da Filosofia**. Tradução de F. Carotti. Campinas: UNICAMP, 1996.

DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 34. ed. Tradução de B. Prado Jr. Rio de Janeiro: A. A. Muñoz, 1992.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KANT, Immanuel. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LLAJOLO, Marisa. (Org.) **Histórias sobre Ética**. São Paulo: Ática, 2003.

MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Iniciação à História da Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Textos Básicos de Ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NOVAES, Adauto. (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PLATÃO. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

_____. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. Que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REZENDE, Augusto (Org.). Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. Tradução de M. Stahel. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

9.1.1.6 Código/Disciplina: História da Ciência. Carga horária: 80 h. Ano/série: 1°. Código: DCNA

EMENTA: Nascimento e Ascensão da Ciência Moderna. Os Naturalistas e os Museus. O Cientificismo do Século XIX. As Revoluções Científicas do Século XX. A Era Nuclear. Críticas ao Conceito Mecanicista de Ciência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Loyola, 2000).

ANDERY, Maria Amália *et. al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 6.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUC/Espaço e Tempo, 1996.

BACHELARD. **A formação do espírito científico**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Tradução de José Viegas e Orlando Araujo Henriques. Brasília: UnB, 1983.

CARVALHO, Maria Cecília M de (Org.). **Construindo o saber**: metodologia científica fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1991.

CHALMERS, A. F. **O que é a ciência, afinal?** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. A fabricação da ciência. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

GOULD, S. J. **Darwin e os grandes enigmas da vida**. Tradução de Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, G. G. A ciência e as ciências. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

KOYRÈ, A. **Estudos do pensamento científico**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MELLO, Alex Fiúza. **Amazônia**: Um Desafio Científico, Tecnológico...e Político. 2000. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/Palestra_-_reitor_alex_3_14.doc. Acesso em: 05 mar. 2013.

POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1996.

SOUZA, Kelly. Estrangeiros dominam cerca de 70% das informações sobre a região amazônica.

1997. Disponível em:

http://www.vozdoacre.com/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=27 > Acesso em: 05 mar. 2013.

TUNDISI, Documento Comissão. **Ciência e Tecnologia para a Amazônia:** Avaliação da Capacidade Instalada de Pesquisa. Parcerias Estratégicas, n.12. 2001.

VAL, Adalberto Luis. **Um novo momento para a Pesquisa e Pós-Graduação na Amazônia**. Disponível em:

http://www2.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/Artigo_dezembro_05.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

WEIGEL, Peter. **O papel da ciência no futuro da Amazônia**: uma questão de estratégia. Parcerias Estratégicas Nº 12, 2001.

9.1.1.7 Código/Disciplina: Linguagem, Recepção e Produção de Texto Acadêmico. Carga horária: 80 h. Ano/série: 1º. Código: DLLT

EMENTA: Estudo e aplicação prática de questões pertinentes ao processo de leitura: conceito, concepções, natureza e estratégias de leitura. Estudo teórico-prático das relações leitor/texto e produtor/texto com observância de concepções, natureza, interações, aspectos cognitivos e textuais, pressupostos, subentendidos, marcadores do discurso e estruturas textuais.

REFERÊNCIAS

BORDONI, M. G.; AGUIAR, V. T. **Literatura:** a formação do leitor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa/século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 1995.

FIGUEIREDO. L. C. A Redação pelo Parágrafo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MAGALHÄES, P. **Técnicas de redação:** a recepção e a produção de textos. São Paulo: Ed. Brasil, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura.** 4. ed. Campinas: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 1999.

PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1999.

RIFFATERRE, M. A produção de texto. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SIQUEIRA, J. H. S. O texto: movimentos de leitura, táticas de produção e critérios de avaliação. São Paulo: Selinunte, 1990.

SILVA, M. P. S. C.; SALIM, M. G. A. **Leitura e produção de texto**: Programa de Interiorização das Licenciaturas. Belém: UNAMA, 2000 [digitalizado].

SOARES, M.; CAMPOS, E. N. **Técnica de redação**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

9.1.1.8 Código/Disciplina: Laboratório de Ciências Sociais e Computação. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1°. Código: DFCS/DMEI

EMENTA: Esta disciplina visa introduzir o aluno na cultura digital e nesse sentido desenvolver estudos sobre cultura tradicional e digital. Apresentar o computador como ferramenta importante para a prática escolar no campo das ciências sociais e da pesquisa, além de possibilitar o uso de aplicativos livres para edição de texto, de apresentações multimídias e internet, como o correio eletrônico dentre outros recursos de informática.

REFERÊNCIAS

MANZANO, José Augusto N. G. **BrOffice.org 2.0 – Guia Prático de Aplicação**. [S.l.]: Editora Érica, 2006.

PACHECO, Gustavo Buzzatti. **Introdução à Informática com Software Livre**. Disponível em:http://www.prodesk.com.br/downloads/idsl/Manual_Final_Alunos.pdf>. Acesso em: 25mai.2007.

ROCHA, Tarcizio da. **OpenOffice.org 2.0 – Writer**: completo e definitivo. [S.l.]: Ciência Moderna, 2006.

_____. **OpenOffice.org 2.0 – Impress**: completo e definitivo. [S.l.]: Ciência Moderna, 2006.

9.1.1.9 Código/Disciplina: Laboratório de Atividades Complementares I. Carga horária: 60h. Ano/Série: 1º. Código: DFCS/DMEI/DLLT/DART/DEES/DPSI/DEDG

EMENTA: Trata-se da práxis desenvolvida pelos educandos pertinentes aos Congressos, Seminários, Debates, Semanas Acadêmicas e outras atividades extracurriculares que atendam aos princípios da extensão universitária, compreendida como processo acadêmico que possibilite aos estudantes da graduação em ciências sociais mecanismos de intercâmbio com a sociedade mediante desenvolvimento de relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais pertinentes ao binômio Universidade/Sociedade. Tais relações detém como base de fundamentação as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho, Movimentos sociais e, outras, numa perspectiva de atuação de forma solidária, para a cooperação local, nacional e internacional, especialmente a latino-americana.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em:em:http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.p df>. Acesso em: 15mar. 2012. _. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em:em:http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116> Acesso em: 15 mar. 2012. __. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, 27.833.Disponível http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de 128.Disponível 2001. p. http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172- 2001?OpenDocument>. Acesso em: 15 mar. 2012. __. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. Diário União, de 15 de abril de 2004, Disponível Oficial p. 3. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Presidência da República. **Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010. Disponível Acesso em: 15 mar. 2012. BRASIL, F. P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. *In:* CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. Gestão Social: O que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, volume 1, p. 45-66. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **DOCUMENTO.** Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/AM, maio/2012. __. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1). . Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3). ___. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6). FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

BRASILEIRAS, 1987. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.

Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – Carta de Porto Alegre. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Carta de Manaus. Maio de 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. SANTOS, Boaventura S. A **Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. *In:* ABRANCHES, Sérgio Henrique *et. al.* (Orgs.). **Política Social e Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

9.1.1.10. Código/Disciplina: Teoria Antropológica Contemporânea. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1º . Código: DFCS

EMENTA: O curso discutirá o desenvolvimento histórico da disciplina a partir da segunda metade do século XX: o conceito de cultura, a pesquisa de campo, a relação observador/observado; dimensões políticas da interlocução na prática antropológica. A dispersão analítica pós-estruturalista, a problematização dos paradigmas clássicos e do método etnográfico e a rediscussão das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas, as releituras contemporâneas dos textos clássicos e os desdobramentos mais recentes da teoria antropológica.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In:* ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu**. Rio de Janeiro: Ática, 1983. pp. 46-81.

CAPRANZANO, Vicent. Diálogo. *In:***Anuário Antropológico de 1988**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. pp. 59-80.

CARDOSO, Roberto. A dupla interpretação na antropologia. *In:***Anuário Antropológico 94**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. pp. 9-20.

CARVALHO, José Jorge. Antropologia: Saber acadêmico e experiência iniciática. *In:***Anuário antropológico 90**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993. pp-91-108

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In:* GONÇALVES, José Reginaldo S. (Org.). **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p.17-62.

FISCHER, Michael. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *In:***Anuário Antropológico de 1983**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 47-67.

- _____. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita e Estar aqui: de quem é a vida afinal. In: **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. pp. 11-39; 169-193.
- _____. Cultura, mente cérebro/cérebro, mente cultura. In: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp. 179-190.
- _____.Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- OLIVEIRA, Luiz Roberto C. A vocação crítica da antropologia. *In:***Anuário Antropológico 1990**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993. pp. 67-90.
- PEIRANO, Mariza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico: só para iniciados. Diálogos; Debates e embates, uma antropologia no plural. *In:***Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Editora da UnB, 1991. (pp. 131-162; 207-250).
- _____. In this context. *In:* PEIXOTO, Fernanda Áreas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **Antropologia, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SAHLINS, Marshall. "Introdução" e "Estrutura e história". *In:* SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 7-21 e 172-194.
- _____. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In:**Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004. pp. 503-532.
- SEGATO, Rita. Religião e sociedade: A vocação missionária da antropologia? *In:***Anuário** antropológico 90. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993. pp. 83-90
- SILVA, A. Lopes da. Tradições, inovações e criatividade: a análise comparativa de cosmologias vistas como processo.In: **Anuário Antropológico 88**. 1991.
- VELHO, Otávio. Relativizando o relativismo. *In:***Besta-Fera**: recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. pp. 172-184.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In:**Mana**. V. 8, no. 1, abril de 2002. (Scielo).

9.1.1.11. Código/Disciplina: Teoria Política Contemporânea. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1º. Código: DFCS

EMENTA: Os primórdios do pensamento sociológico frente à política; a formulação da teoria das elites, seus confrontos e apropriações posteriores; os impasses teóricos atuais da ciência política e as alternativas propostas. Estudo da formação das instituições políticas da América Latina e sua evolução histórica com ênfase na base territorial da organização política, na articulação entre interesses sociais e instituições políticas, continuidade e mudança do processo político. Discussão crítica e sistemática das principais abordagens analíticas utilizadas na política comparada: estudo dos sistemas políticos em uma perspectiva histórico-comparativa; instituições políticas, sistemas partidários e eleitorais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Classe operária sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. Porto Alegre: Globo, 1990.

BOBBIO, Norberto; BOVERA, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia moderna**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1989.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. 9. ed. Porto Alegre: L & PM, 1980.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IRIARTE, Gregório. Neoliberalismo: sim ou não. São Paulo: Paulinas, 1995.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENIN, W. O Estado e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José Antonio. A riqueza do capital e a miséria das nações. São Paulo: Scritta, 1994.

MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.

NAPOLEÃO, Paulo; DA SILVA, Nogueira. **Democracia e realidade brasileira.** São Paulo: Alfa Omega, 1989.

PORTELLI, Hughes. **Grasmci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**: Argentina e México. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Tudo é História).

PRELOT, Marcel. A Ciência Política. São Paulo: DIFEL, 1964.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a teoria da ideologia política de Althusser.** Porto: Portucalense Editora, 1971.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Contrato social**. São Paulo: Formar, s.d. (Coleção grandes mestres do pensamento).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1976.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. Democracia na América. São Paulo: Nacional, 1999.

XIMENES, Tereza. Novos paradigmas e realidade brasileira. Belém: UFPa/ NAEA, 1993.

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2003. (Vol. 1 e 2).

9.1.1.12. Código/Disciplina: Teoria Sociológica Contemporânea. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1º. Código: DFCS

EMENTA: Pensamento Social Contemporâneo: a praxeologia de Pierre Bourdieu; a Escola de Fankfurt; o pós-modernismo de Michel Foucault, Boaventura de Souza Santos, Latour e outros; a contribuição da Sociologia Brasileira à teoria da globalização: Octávio Ianni.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. O anti-semitismo como uma ofensa ao bom senso. *In:*_____. **Origens do totalitarismo**: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. *In:* ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan. **Pierre Bourdieu:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.123-155.

DELEUZE, Giles. **Um novo cartógrafo** (Vigiar e punir).*In*:_____. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense,1988. p.33-35.

ERIBON, Didier. Michel Foucault. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal,1979.
História da Sexualidade I. A vontade de Saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal,1985.
Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes,1977.
FREITAG, Bárbara. O Histórico da Escola de Frankfurt. In: A teoria Crítica: ontem
e hoje. São Paulo, Brasiliense,1988. p.9-30.
HABERMAS, Jurgen. Três perspectivas: hegelianos de esquerda, hegelianos de direita e
Nietzsche. In: O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom
Quixote,1990. p.57-80.
HELLER, Agnes. Sobre os Preconceitos. In: O Cotidiano e a História. São Paulos
Paz e Terra, 1988.
A estrutura da vida cotidiana. In: O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e
Terra, 1988.
LAFER, Celso. Hannah Arendt: Vida e Obra. In: ARENDT, Hannah. Homem dos tempos
sombrios. 3. ed. São Paulo: Cia. Das Letras,1998. p. 233-249.
MARCUSE, Hebert. Hebert Marcuse fala aos estudantes. In: LOUREIRO, Isabel (Org.).
Hebert Marcuse. A grande recusa hoje. Petrópolis: Vozes, 1999. p.57-70.
Herbert Marcuse fala aos estudantes. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). A grande
recusa hoje. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 57-70.
A ideologia da sociedade industrial. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.
MATOS, O. C. F. A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do Iluminismo. São Paulos
Moderna, 2001.
MARTINS, José de Souza. Florestan Fernandes: ciência e política, uma só vocação. In:
Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo, Edusp, 1998. p. 55-
86.
NOBRE, Marcos. A Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato e
FERNANDES, Florestan (Orgs.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. p.07-36. (Série
Grandes Cientistas Sociais).
ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras,
1987.
SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: Pela
mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Crtez, 1995.
TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Tradução de Elia Ferreira Edel. 4. ed.
Petrópolis: Vozes, 1997.
YONG-BRUEHL, Elizabeth. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. Por amor ao mundo. Rio de
Janeiro, Relume-Dumará, 1995. p.11-21.

9.1.1.13. Código/Disciplina: Teoria Econômica Contemporânea. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1º. Código: DFCS

EMENTA: Focaliza-se no estudo e na trajetória das variadas teorias da contemporaneidade, por meio da história do pensamento econômico Europeu, Estados Unidos, América Latina e em especial o Brasil. Pretende-se contextualizar tais teorias para a realidade da sociedade brasileira, nas dimensões econômicas, sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**. São Paulo: Editora Abril, 1987. DELFAULD, Pierre. **As teorias econômicas:** Um guia de leitura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Editora Abril, 1983.

_____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Coleção Econômica, 1974.

GENTILLI, Pablo. Neoliberalismo e pós-neoliberalismo. Petrópolis: Editora Abril, 2000.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico:** Uma perspectiva crítica, 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Abril, 1972.

MAGALHÃES, João Paulo Almeida. **Paradigmas econômicos e desenvolvimento**: A experiência brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MANTEGA, Guido. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

.Democracia e desenvolvimento econômico. São Paulo, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

PREBISCH, Raul. **Transformação e desenvolvimento**: A grande tarefa da América Latina. Buenos Aires: Coleção Econômica, 1975.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Fundamentos da análise econômica**. São Paulo: Editora Abril, 1983.

SCHUMPETER, Paul Alois. **Teorias econômicas**: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1970.

9.1.1.14. Código/Disciplina: Sociologia Urbana e Rural. Carga horária: 60 h. Ano/série: 1º Código: DFCS

EMENTA: Esta disciplina tem como objetivo estudar e valorizar a interdisciplinaridade da relação pratica e teórica científica especializada sobre a Sociologia urbana e rural. Compreender as várias construções do espaço econômico, político e cultural, assim como compreender o discurso metodológico dos vários autores que procuram decifrar a gênese teórica do mundo rural e urbano e o processo de migração como uma sociologia especial a partir das condições sociais e históricas que transformaram os espaços da urbe e do campo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília B. Fiori. **Urbanismo em Fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BLAY, Eva (Org.). **A luta pelo espaço**: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1979. BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Estatuto da cidade.**Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001**. Que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). *In:* SANTOS, B.S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p.233-260.

_____. Formas de Associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas Áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil. Curitiba: II CA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em http://www.dataterra.org.br. Acesso em: 04 maio 2000.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de K. B. Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção: A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

LEFEBVRE, Heby. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEPETIT; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MARTINS; José de Sousa (Org.). **Introdução critica á sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998. (Coleção megalópoles).

SINGER, Paul. Economia política de urbanização. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

9.1.2 Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais – 2º Ano

9.1.2.1. Código/Disciplina: Metodologia das Ciências Sociais. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2º. Código: DFCS

EMENTA: Proporcionar ao estudante o aprendizado do processo de elaboração do pensamento científicoao longo de seu desenvolvimento histórico, das principais abordagens metodológicas que foram sendo elaboradas para fundamentar e orientar a prática científica. Assim como da utilização do métodona construção teórica visando o aprimoramento do desempenho da atitude crítica necessária à compreensão e interpretação das diferentes maneiras de se investigar, interpretar e, se possível, transformar o mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ABRAMCZUK, André Ambrósio. O mito da ciência moderna. São Paulo: Cortez, 1981. (Cap. II Que é o conhecimento?).

ANDERSON, Wilfred; PARKER, Frederik. **Uma introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 453-462.

ANDERY, Maria Amália P. A. et. al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 7. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996.

ARANHA, Maria L. de Arruda, MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARVALHO, Maria Cecília M. (org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

COPI, Irving Marmer. **Introdução à lógica.** 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. p 400-411. (Cientista em ação: padrão de investigação científica)

DUARTE Jr., J. Francisco. **O que é realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966. (Cap. X-XI)

GODDART, David. Antropologia: os limites do funcionalismo. *In:* BLACKBURN, ROBIN (Org.). **Ideologia na ciência socia**l: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. P. 57-69.

HEMPEL, Carl. A lógica da análise funcional. *In:* BIRBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria sociológica**. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1977.

HUHNE, Leda M. Metodologia Científica. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992.

JAPIASSU, Hilton. O mito da neutralidade científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Método dialético e teoria política**.Tradução de Reginaldo Di Piero. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MERTON, Robert. Elaboração de novos paradigmas: um paradigma da análise funcional. *In:*BIRBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria sociológica**. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 3. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

_____ (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 19ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO PAULO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.64.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria.** São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

WEBER, Max. A "Objetividade" do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política – 1904. *In:* _____. **Metodologia das Ciências Sociais (Parte 1).** 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 107-154

. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: UNB, 2000. (vol. 1).

9.1.2.2. Código / Disciplina: Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Carga Horária: 60 H. Ano/Série: 2°. Código: DFCS/DMEI

EMENTA: Conceito de população e amostra estatística. Fases do método estatístico. Planejamento de uma pesquisa. Técnicas de amostragem. Estimativas. Análise exploratória e descritiva de dados. Associação de variáveis categóricas. Teste de hipóteses.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de** *Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p.519.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Editora Harbra, 1987.

SILVA, Nelson do Valle. **Introdução à Análise de Dados Qualitativos**. Rio de Janeiro: Vertice Editora, 1990.

WONNACOTT, R.; WONNACOTT, T. **Fundamentos de Estatística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.,1985.

9.1.2.3. Código/Disciplina: Pensamento Econômico, Social e Político Latino-Americano. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2º. Código: DFCS

Ementa: Discute a história do pensamento social, econômico e político da América Latina após os processos independentistas a partir da primeira metade do século XIX, procurando entender os processos de construção das diversas nacionalidades Latino americana. O Panamericanismo e seus projetos. O liberalismo e o positivismo no pensamento social latino americano. O pensamento político latino americano e seu sentido prático: o caudilhismo e o populismo. O pensamento econômico e o sentido de progresso e desenvolvimento: o fordismo e o taylorismo. Modernismo e Neocolonialismo no século XX.

REFERÊNCIAS

ALBERDI, Juan de Bautista. **Fundamentos da Organização Política da Argentina**. Campinas-SP: Unicamp, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarión; BRIGNOLI, Hector Pérez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Tradução de Carlos Nelson Donghi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIMA, José Lezama. **A expressão americana**. Tradução de Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OSCAR, Aquino Jesus. **História das Sociedades Americanas.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OVIEDO, José Miguel. **Breve História Del Ensayo Hispanoamericano**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

POMER, León (Org.). Sarmiento. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO, M. L. C. A formação das nações latino-americanas. 21. ed. São Paulo: Atual, 1994

PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina no Século XIX. São Paulo: EDUSP, 1999.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **América Latina:** História e Presente. Campinas: Papirus, 2004.

TOURAINE, Allan. **Palavras e sangue:** Política e sociedade na América Latina. Campinas: UNICAMP: Trajetória Cultural, 1989.

ZEA, Leopoldo e MAGALLÓN, Mario (Orgs.). Latinoamérica cultura de culturas. México: Tierra Firme, 1999.

9.1.2.4. Código/Disciplina: História Econômica, Social e Política do Brasil. Carga horária: 60h. Ano/série: 2º. Código: DFCS

EMENTA: Compreender os significados e a importância das dinâmicas econômicas, sociais e políticas no bojo da sociedade brasileira desde a criação da Colônia até o século XX, buscando a compreensão de que foram as pessoas (sujeitos sociais) que elaboraram e reelaboraram as variadas dinâmicas que forjaram o Brasil contemporâneo. Em conformidade com isso, a referida disciplina procurará propiciar a percepção dos fundamentos históricosociais que viabilizaram a construção de um Estado absolutamente singular quando se faz uma leitura, por exemplo, de região em região.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1877.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1996.

_____. **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1996.

_____. **A formação das almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. (Org.). **A filosofia analítica no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravatura na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney *et. al.* **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DE DECCA, Edgar. 1930 o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.**São Paulo: Alameda, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia brasileira**: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 1989.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 / 2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 / 1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência:** escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750 / 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Papirus, 1986.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916 / 1985).**São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial** (**1808** / **1889**): panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: EDUEM, 1999.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. O capital: critica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Vol. I.)
- _____. A origem do capital: (a acumulação primitiva). São Paulo: Global, 1985.

MATOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema:**a formação do estado imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Vol. I.)

_____. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 / 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Aspectos da formação brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:**resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 / 1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888 / 1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano:**São Paulo e pobreza (1890 / 1915). São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia 1800 / 1920.**São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Vol. IV.)

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 / 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil República:** da Belle-Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. III.

_____. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. São Paulo: Globo; Brasília; MEC; MARI; UNESCO, 1998.
- SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **América em tempo de conquista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

9.1.2.5. Código/Disciplina: Geografia Econômica, Social e Política do Brasil. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2°. Código: DFCS

EMENTA: O processo de formação do território brasileiro: do passado ao presente. O território brasileiro e suas diferenciações. O povo brasileiro: diversidade cultural e imigração. A dinâmica das redes no território brasileiro. A inserção do Brasil no mercado mundial: potencialidades e dificuldades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **O Planejamento Regional e o espaço agrário no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia. Formação territorial do Brasil. *In:* BECKER, Berta K. *et. al.* **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: UGI, 1995.

_____. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In:* SANTOS, Milton *et. al.* **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

BACELAR, Tânia. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?. *In:* CASTRO, Iná *et. al.* (org.). **Redescobrindoo Brasil:** 500 anos depois.Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BECKER, Berta K. et. al. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: UGI, 1995.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Iná Elias de. Nordeste O mito da regionalização. *In:* CASTRO, Iná Elias *et. al.* **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, Iná Elias *et. al.* (Org.). **Brasil, Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSTA, Wanderley Messias. **Estado e políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991

EGLER, Cláudio. A questão regional no Brasil. *In:*BECKER, Berta K. *et. al.* **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: UGI, 1995. p. 163-180.

GALVÃO, M. V. e FAISSOL, S. Divisão Regional Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 31, nº 4, Fundação IBGE, out/dez, 1969.

GEIGER, Pedro. As formas do espaço brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, Manuel. Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização brasileira. São Paulo: USP. **Revista da Geografia**, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Editora UFF, 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993. . Técnica, Espaco, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1996. SANTOS, Milton et. al. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. SANTOS, Milton; SOUZA, M. Adélia; SILVEIRA, M. Laura - Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. 9.1.2.6. Código/Disciplina: Laboratório de Atividades Complementares II. Carga horária: 60h. Ano/série: 2º. Código: DFCS/DMEI/DLLT/DART/DEES/DPSI/DEDG **EMENTA:** Trata-se da práxis desenvolvida pelos educandos pertinentes aos Congressos, Seminários, Debates, Semanas Acadêmicas e, outras, atividades extracurriculares que atendam aos princípios da extensão universitária compreendida como processo acadêmico que possibilite aos estudantes da graduação em ciências sociais mecanismos de intercâmbio com a sociedade mediante desenvolvimento de relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais pertinentes ao binômio Universidade/Sociedade. Tais relações detém como base de fundamentação as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho, Movimentos sociais e, outras, numa perspectiva de atuação de forma solidária, para a cooperação local, nacional e internacional, especialmente a latino-americana. REFERENCIAS BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em:m:m:m:m:m:m:m:m:m:m:m:m:<a hr df>. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em:http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, 27.833. Disponível em:m:http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 15 mar. 2012.

_. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano

p.

128.Disponível

em:

Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de

2001,

janeiro

de

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172- 2001?OpenDocument>. Acesso em: 15 mar. 2012. _. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 15 de abril de 2004, Disponível p. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012. . Presidência da República. **Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm. Acesso em: 15 mar. 2012. BRASIL, F. P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. *In:* CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. Gestão Social: O que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, volume 1, p. 45-66. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **DOCUMENTO.** Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/AM, maio/2012. . Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1). _. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3). _. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6). FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – Carta de Porto Alegre. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. SANTOS, Boaventura S. A **Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120)

SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. *In:* ABRANCHES, Sérgio Henrique *et. al.* (Orgs.). **Política Social e Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

9.1.2.7 Código/Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2º. Código: DFCS

EMENTA: As diversas concepções sobre o método nas Ciências Sociais. A construção do

objeto. Tipos e técnicas de pesquisa. Problemas gerais de planejamento, execução e avaliação do processo da pesquisa. Estrutura da explicação e da predição em Ciência Social. As relações entre teoria e dados: uso de roteiros, entrevistas, genealogias, historia de vida. A experiência etnográfica. Trabalho de campo. Observação participante. Processos de coleta, análise e interpretação de dados. Discussão preliminar sobre o projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

Anais do XXVIII Congresso da SOBER. Brasília: SOBER, 1990.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

BARDIN, L. Análise de conteúdo. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Ed. Hucitec, 1992.

BOUDON, R. Métodos quantitativos em Sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula.** Aula Inaugural no Collêge de France. São Paulo: Ática, 1988.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves. 1977.

CARDOSO, R. (Org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DESLANDES, S. Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 23ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 31-50.

DUARTE, S. J. H.; MAMEDE, M. V.; ANDRADE, S. M. O. **Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo**. Saúde Soc. [online]. 2009, vol. 18, n. 4, pp. 620-626.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo Perspectiva, 1989.

. Interpretação e superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FEDLMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas:** Métodos. São Paulo, Global, 1987. p. 345-374.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, Clifford. El antropólogo como autor. Barcelona: Paidós, 1989.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Coord. Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009. GOOD & HATT. Método em pesquisa social. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LANGNESS, L. L. A História de Vida na Ciência Antropológica. São Paulo: EPU, 1973.

LAVILLE, C; DIONE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MEDINA, Cremilda de A. Entrevista: diálogo Possível. São Paulo: Ática, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**:princípios e procedimentos. 6ed. Campinas: Pontes, 2005.

PAULILO, M. Ignez. O "ser" e o "deveria ser" no conceito da pequena produção. In: **XIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22 A 26 DE OUTUBRO DE 1990.** Caxambu, Minas Gerais, 1990. 15p.

PEIRANO, Mariza G. S. A favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **Uma antropologia no Plural**: três Experiências Contemporâneas. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos Históricos, v.2, n.3, 1979: 3-15.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In:* VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida:** Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva. 1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SELLTIZ et al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: EDU, 1987. Vol. I.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 14ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VICTORIA, Ceres; KNAUDT, Daniela; AGRA HASSEN, Maria de Nazareth.

WRIGHT MILLS, C. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

ZALUAR, Alba (Org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980, p. 77 -86.

9.1.2.8. Código/Disciplina: Política e Relações Internacionais. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2°. Código: DFCS

EMENTA: Pensar as Relações Internacionais não apenas como Relações entre os Estados, mas também como contatos entre os Povos e suas Culturas, evidenciando a constituição dos acordos internacionais. Estabelecer as distinções entre Relações Internacionais, Política Internacional e História Mundial Contemporânea; Discutindo a perspectiva epistemológica do Realismo, Neo-Realismo, Construtivismo e do Direito Internacional, dando ênfase para a América Latina, e sua inserção no concerto internacional, assim como para a Amazônia, seu processo de ocupação e sua própria dinâmica nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BEZZERA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar. (Orgs.). **Terra Matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa:** Posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica:** um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais:** fundamentos clássicos. Brasília: Editora UnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____.As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais:** poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

_____.O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control:** The New Guide to Negotiations and Agreements. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia:** uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de Santiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo:** a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

PECEQUILO, Cristina S. A Política Externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais:** teorias e agendas. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

RANGEL, Vicente Marotta. Direito e relações internacionais. 7. ed. São Paulo: RT, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

THORSTENSEN, Vera. **OMC**: Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador:** A Construção do Mercosul. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro:** Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média(1964- 1985). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade**? Pólos de poder e sistema internacional. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

9.1.2.9. Código/Disciplina: Antropologia da Religião. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2°. Código: DFCS/DMEI

EMENTA: Pretende dar suporte teórico para o estudo do fenômeno religioso. Aponta as seguintes discussões: Religião e a análise do pensamento humano; Magia e eficácia simbólica; Sistema de crença e o fenômeno social do mana; Sistema de dádiva; Mitologia e Simbolismo; Religião, ritual e sincretismo; Drama Social e Performance; Religião, economia e poder.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro. O Carnaval Devoto. São Paulo: Vozes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**: Introdução, Organização e Seleção. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANEVACCI, Mássimo. **Sincretismo**: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

CROATO, José Severino. **As Linguagens da Experiência Religiosa.** São Paulo: Paulinas, 2010.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1966.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989 ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. Lisboa: Artes e letras, 1979.

. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Repensando o Sincretismo**: estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: EDUSP; São Luis: Fapema, 1995.

FRAZER, Sir James. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Kloogan S/A, 1989.

GIRARD, Renê. A Violência e o Sagrado. São Paulo: UNESP/Paz e Terra. 1990.

GLUKCMAN, Max. **Rituais de Rebelião no Sudoeste da África.** Brasília: Editora da UnB, 1974.

LEACH, EDMUND. Cultura e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2009.

LEVI-BHRUL, Lucien. A Mentalidade Primitiva. São Paulo: Paulus, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos. *In:***Antropologia Estrutural**, São Paulo: Tempo Brasileiro, 1991.

	. O feiticeiro	e sua ma	agia. <i>In:A</i>	antropologia	estrutural.	São Paul	o: Tempo	Brasileiro
1991.								

. O Pensamento Selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

LEWIS, IOAN. O Êxtase Religioso. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MALINOWSKI, Bronislaw. Magia, Ciência e Religião. Lisboa: Edições 70, 1984

MAUSS. Marcel. Antropologia e Sociologia. Vol. 2. São Paulo: EPU, 1974. Sobre o Sacrifício. São Paulo: Cosac Naify, 2005. A Prece. <i>In:</i> OLIVEIRA, Roberto Cardoso (Org.). Mauss. São Paulo: Ática, 1979. PEIRANO, Mariza. Rituais de Hoje e de Ontem. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003. PRITCHARD, Evans. Bruxaria, Oráculos e Magias entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorgo Zahar Editora, 2004.
TURNER, Victor. O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura . Petrópolis: Vozes, 1974. Floresta de Símbolos. Niterói: Eduff, 2009. Dramas, Campos e Metáforas. Niterói: Eduff, 2008 WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: IOSP, 1999.
9.1.2.10. Código/Disciplina: Sociologia da Religião. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2º Código: DFCS
EMENTA: Processo de Construção Histórica da Sociologia da Religião. Sociologia da Religião: Objeto de Estudo, Divisão e Métodos. Principais Clássicos da Sociologia da Religião. Posição da Sociologia da Religião no Quadro das Ciências da Religião. Religião o Sociedade. Perspectivas Atuais e Futuras da Sociologia da Religião.
REFERÊNCIAS
ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado . Rio de Janeiro(RJ): GRAAL, 1980
ALVES, Isidoro. O Carnaval Devoto: Um Estudo Sobre a Festa de Nazaré, em Belém
Petrópolis(RJ): VOZES, 1980.
ALVES, Rubem. Variações Sobre a Vida e a Morte. São Paulo(SP): PAULINAS, 1985.
ARQ./SP. Brasil? Nunca Mais. Petrópolis(RJ): VOZES, 1985.
BETTO, Frei. Batismo de Sangue: Os Dominicanos e a Morte de Carlos Marighela. São
Paulo(SP): BRASILIENSE, 1987.
CEBs, Rumo à Nova Sociedade. São Paulo(SP): PAULINAS, 1983.
Cristianismo e Marxismo. Petrópolis(RJ): VOZES, 1976.
BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. Como Fazer Teologia da Libertação. Petrópolis(RJ)
VOZES, 1986.
BOFF, Leonardo. Igreja, Carisma e Poder . Petrópolis(RJ): VOZES, 1986.
Teologia do Cativeiro e da Libertação. Petrópolis(RJ): VOZES, 1980.
COHN, Gabriel (ORG.). Max Weber: Sociologia. São Paulo(SP): ÁTICA, 1979.
COMTE, Auguste. O Catecismo Positivista. São Paulo (SP): ABRIL CULTURAL, Coleção
Os Pensadores, 1983.
CONE, James. O Deus dos Oprimidos. São Paulo (SP): PAULINAS, 1985.
DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo (SP): MELHORAMENTOS, 1973.
Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo (SP): PAULINAS, 1989.
ELIADE, Mircea. História das Crenças e das Idéias Religiosas. Tomo I, II e III. Rio de
Janeiro(RJ): ZAHAR, 1978.
ENGELS, Friedrich. O Cristianismo Primitivo. Rio de Janeiro(RJ): LAEMMERT, 1969.
GEERTZ, Clifford. Ensaios de Antropologia Religiosa. Paris(FR): GALLIMARD, 1972.
GOMEZ DE SOUZA, Luís Alberto. Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História
Petrópolis(RJ): VOZES, 1982. GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere . Rio de Janeiro(RJ): CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA, 1991.
Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro(RJ): CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA, 1968.
•

BECKER, Fernando. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar. Porto Alegre:

_.**Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

Paulo: Alínea, 2000.

Artes Médicas, 2003.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.

CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola**: uma parceria necessária. São Paulo: Alinea, 2004.

COLL, César; EDWARDS, Derek (Orgs.). Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COLL, César; MARTIN, Elena (Orgs.). **Aprender conteúdos e desenvolver capacidades.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

DOTTA, Leanet T. **Representações sociais do ser professor**. São Paulo: Alínea, 2000.

GONZALEY REY, Fernando. Sujeito e subjetividade. São Paulo: Pioneira, 2003.

MEIRA, Maria E.M.; ANTUNES, Mitsuko A.M. **Psicologia escolar**: teorias, críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MELO, Maria L.A. Subjetividade e conhecimento. São Paulo: Vetor, 2002.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. São Paulo: Summus, 2001.

PRETTE, Zilda A. P. del; PRETTE, Almir del. **Psicologia das habilidades sociais.** Petrópolis: Vozes

1999.

SOUZA, Vera L.T. Escolas e construção de valores. São Paulo: Loyola, 2005.

TEODORO, Antônio; VASCONCELOS, Maria L. **Ensinar e aprender no ensino superior**. São Paulo: Machenzie; Cortez, 2005.

TORRE, Saturnino de la. **Aprender com os erros**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

9.1.2.12. Código/Disciplina: Sociologia da Infância e da Adolescência. Carga horária: 60 h. Ano/série: 2°. Código: DFCS

EMENTA: Processo de construção histórica da disciplina. Precursores e clássicos da Sociologia da Infância e da Adolescência. Principais abordagens teóricas. A situação social dos jovens na sociedade: educação, trabalho e condições de vida. Os jovens e os direitos sociais. Dilemas e perspectivas da juventude no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, M. A. Crianças Vitimadas. São Paulo: IGLU, 1989.

BRITIO, S. **Sociologia da Juventude I:** da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1968.

CEBRAP. A Crianca, o adolescente e a cidade. São Paulo: CEBRAP, 1974.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Quem acolhe o menor, a mim acolhe: Campanha da Fraternidade. Brasília: CNBB, 1987.

COSTA, A. C. Brasil Criança Urgente. São Paulo: COLUMBUS, 1990.

CURI, M. O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas. *In:* SITRAEMFA. Cadernos Populares. São Paulo: FORJA, n °7, 1991.

DEMO, P. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1994.

DRAIBE, S. M. **Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90**. Brasília: IPEA, 1989.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ERIKSON, E. **Identidade**, **Juventude** e Crise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

FALCÃO, M. et. al. Os Direitos dos Desassistidos Sociais. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, K. M. Meninos da Rua. São Paulo: CEDEC, 1979.

FLORA, M. C. **Mendigos.** Por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTER, P. Juventude e Tempo Presente. Petrópolis: Vozes, 1975.

IAMAMOTO, M. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Criança e Adolescente. Rio de Janeiro: IBGE, V. 1, 1987.

JUNQUEIRA, A. L. Abandonados. São Paulo: ICONE, 1986.

KOWARICK, L. Trabalho e Vadiagem. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, A. K. Código de Menores Comentado. São Paulo: Saraiva, 1986.

MANZINE COVRE, M.de L. (Org.). A Cidadania que temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARSHALL, T. M. Cidadania, Classe e Status. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.

MARTINS, J. de S. O Massacre dos Inocentes. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MEDEIROS, L. A Criança da Favela e sua Visão de Mundo. Rio de Janeiro: DOIS PONTOS, 1986.

MINEIRO, B. **Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: NACIONAL, 1929.

MNMMR. Vidas em Risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

MOLLAT, M. Os Pobres da Idade Média. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

PASSETTI, E. O Que é o Menor. São Paulo: Brasiliense, 1986.

POCHMANN, M. et. al. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, v I e II, 2003.

PRIORE, M. D. (Org.). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

QUEIROZ, J. O Mundo do Menor Infrator. São Paulo: Cortez, 1984.

REICH, W. Escuta Zé Ninguém! Lisboa: Dom Quixote, 1993.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SOUZA NETO, J. C. de. **Crianças e Adolescentes Abandonados**: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Expressão & Arte, 2002.

SPINDEL, C. Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1998.

TELLES, V. da S. Direitos Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WINNICOTT, D. W. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: IMAGO, 1975.

WOLFF, P. Outono da Idade Media ou Primavera dos Tempos Modernos. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

9.1.3 Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais— 3º Ano

9.1.3.1. Código/Disciplina: Pensamento Político na Amazônia. Carga horária: 60 h. Ano/série: 3º . Código: DFCS

EMENTA: Formação Política da Amazônia de meados do século XIX até a atualidade; os processos de intervenção política na Amazônia e seus aspectos; o populismo na Amazônia: o baratismo e suas características; Debate sobre as relações de poder na República Oligárquica no Pará até o período pós-guerra; Dissidências partidárias na Amazônia: aspectos. Consequência sociais das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia a partir de meados do século XX.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR e BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de História da Amazônia**. Belém: Produção Independente, V. II, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo:** ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARNEIRO, José Queirós. **O Pedessismo e Baratismo no Pará**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de Campinas, São Paulo, SP, 1991.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LIMA JÙNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MELO, Alex Fiúza de. Partidos Políticos no Pará: uma revisão bibliográfica. Belém, **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPa**, n. 15, 1980.

MESQUITA, Lindolfo. **Magalhães Barata:** o Pará e sua História. Belém: Produção Independente, 1994.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. PETIT, Pere. **A esperança equilibrista:** a trajetória do PT no Pará. Belém: NAEA-UFPa, 1996.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata:** o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 1999. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1983.

9.1.3.2. Código/Disciplina: Antropologia da Educação. Carga horária: 60 h. Ano/série: 3º. Código: DFCS

EMENTA: Trajetória e abordagem da Antropologia; cultura, sociedade e educação, identidade e diversidade cultural, o sistema educativo e a gênese do outro, experiências etnográficas na educação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Eneida (Org.). **Educação Indígena:** Experiências e perspectivas. Belém: UNAMAZ, UFPA, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Casa de Escola. Campinas: Papirus, 1983.

_____.O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução a antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (Org.) **O corpo educado**: pedagogia da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MCLAREN, Peter. **Rituais na Escola**: em direção a uma economia de símbolos e gesto na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984. SILVA, Aracy Lopes (Org.) **A questão indígena na sala de aula**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

9.1.3.3. Código/Disciplina: Didática Aplicada às Ciências Sociais. Carga horária: 80 h. Ano/série: 3°. Código: DEDG

EMENTA: O ensino como prática social. O Planejamento Escolar e Educacional no Brasil. Estudo do processo ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes, bem como as técnicas de planejamento, orientação e avaliação da aprendizagem. Elaboração do Plano de Ensino e a aplicação de métodos e técnicas de ensino.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB Interpretada:** diversos olhares se entrecruzam.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). Rumo a uma nova Didática. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. São Paulo: Papirus, 1989.

DEMO, Pedro. A Nova LDB: ranços e avanços. Campinas: Papirus,1997.

GANDIN, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES. Maria Helena. **Planejamento e Avaliação**: subsídios para ação. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2003.

HADJI, Charles. Avaliação Desmistificada. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

.Avaliação da Aprendizagem na Escola. 2. ed. Salvador: Malabares, 2005.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Tradução de Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MENENGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por què Planejar**? .Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Estrutura e Funcionamento da educação básica**.Petrópolis: Vozes, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Didática e Formação de Professores:** percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**. São Paulo: Libertad, 1999.

ZABALA, Antônio. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

9.1.3.4. Código/Disciplina: Seminário de Pesquisa I – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Carga horária: 80 h. Ano/série: 3º. Código: DFCS

EMENTA: O Significado de pesquisa. Tipos de pesquisa. As fases da pesquisa. Elaboração do pré-projeto de pesquisa e a avaliação de projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASTI VERA, Armando. **Metodologia de pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1973. BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa:** métodos, técnicas einstrumentos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1978.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FEYERABENO, Paul. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GALLIANO, A. G. **Metodologia Científica**: teoria e prática. São Paulo: Hamburg Ltda., 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

HIRANO, Sadi (org.). Pesquisa Social: Projeto e Planejamento. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

HYMAN, Herbert. **Planejamento e Análise da Pesquisa:** princípio, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARINHO, Pedro. A Pesquisa em Ciências Humanas. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARCELINO, Nelson C. (Org.). Introdução às ciências sociais. São Paulo: Papirus, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.

_____.**Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A aventura Sociológica**: objetividade, paixão improviso e método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1981. (Coleção Teórica e História).

9.1.3.5 Código/Disciplina: História Econômica, Social e Política da Amazônia. Carga horária: 60 h. Ano/série: 3°. Código: DFCS

EMENTA: A disciplina pretende interpretar as especificidades da cultura, da política, dos conflitos sociais e da economia da Amazônia durante os séculos XVII ao XX, pois se considera que estes domínios são permeados de singularidades e tensões que devem ser mais bem observados pela academia paraense e principalmente pela sociedade amazônica. Desta forma, a referida disciplina procurará dar visibilidade aos diversos e múltiplos conflitos socioeconômicos que se estruturaram entre os variados segmentos sociais, tais como indígenas, europeus e africanos nos séculos XVII e XVIII, mas também aos conflitos econômicos, sociais, políticos e culturais havidos nos séculos XIX e XX entre seringueiros e seringalistas, madeireiros, posseiros, indígenas e grileiros; em suma busca analisar como no decorrer dos séculos a Amazônia foi pensada e construída pelos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gérson Rodrigues. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios**: um projeto de civilidade no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1997.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D`INCAO, Maria Ângela. (Orgs.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia

das Letras, 1998.

DEAN, Weren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de História ecológica. SÕ Paulo: Nobel, 1989.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. (Orgs.). **Os senhores dos rios:** Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do fausto – Manaus 1890 / 1920. Manaus: Valer, 1999, 129 - 169.

D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem:** a revolução popular da Amazônia. Belém: CEJUP, 1990. FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, pp. 07 - 30.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 23 - 53.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. (Org.). **Contando a história do Pará:** Vol. I, II e III. Belém: Emotion, 2002.

_____.O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940 / 1954). Belém: Paka-Tatu, 2002.

HALL, Anthony. **Amazônia desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOONAERT, Eduardo (Org.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

HURLEY, Jorge. A Cabanagem. Belém: Livraria Clássica, 1936.

JURANDIR, Dalcídio. Belém do Grão Pará. São Paulo: Martins Editora, 2005.

LUSTOSA, Antonio de Almeida. **Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)**. Belém: SECULT, 1992.

MARQUES, Maria do Perpétuo Socorro Calixto. **A cidade encena a floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

MARIN, Rosa Acevedo. (Org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFPA,1998. MARTINELLO, Pedro. A "batalha da borracha" na Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra "invenção" da Amazônia:** religiosidade, histórias, identidades. Belém: CEJUP, 1999.

MEGGERS, Betty. **Amazônia:**a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEIRA, Clóvis. **Medicina de outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986.

MORAES, Eneida de. Aruanda & Banho de cheiro. Belém: SECULT, 1989.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia:** de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 19-36.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. (Org.). **Faces da história da Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2006.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém**: estudos de geografia urbana. Vol. I. Belém: Editora da UFPA, 1968.

.**Belém**: estudos de geografia urbana. Vol. II. Belém: Editora da UFPA, 1968.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões de cabanagem**: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalhadores e conflitos no porto de Manaus 1899 / 1925. Manaus: EDUA, 2003. PINTO, Lúcio Flávio. O ante-ato da destruição. Belém: Grafisa, 1977. ."No ritmo dos motosserras". **O Liberal**. Belém: 26 / 01 / 1986. PINTO, Nelson Prado A. A Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984. PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004. RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. RICCI, Magda. Do patriotismo à revolução: histórias da cabanagem na Amazônia. In: Contando a história do Pará. Belém: E-motin, 2005. REIS, Arthur Cézar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. _. Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa. Vol. I. Belém: SECULT, 1993. _. Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira com as colônias espanholas. Vol. II. Belém: SECULT, 1993. _. O seringal e o seringueiro. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953. SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004. _. Memorial da cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992. SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. Manaus: EDUA, 1999. SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia 1800 / 1920. São Paulo: T. A. Oueiroz, 1980. SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do velho intendente Antônio Lemos (1869 / 1973).Belém: Paka-Tatu, 2002. . **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 / 1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. SILVEIRA, Ítala Bezerra. Cabanagem: uma luta perdida. Belém: SECULT, 1994. SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Record, 1988. . Santa Maria de Belém do Grão-Pará: instantes e evocações da cidade. Belo Horizonte: Italiana Limitada, 1987. . Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. _. **Formação histórica do Acre.**Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. (Orgs.). A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. VIANNA, Arthur. A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650 / 1902 Belém: SECULT, 1992. . As epidemias no Pará. Belém: Editora da UFPA, 1975. WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920, São Paulo: HUCITEC, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890 /

1945). São Paulo: HUCITEC, 1999.

9.1.3.6 Código/Disciplina: Geografia Econômica, Social e Política da Amazônia. Carga Horária: 60 H. Ano/Série: 3°. Código: DFCS

EMENTA: A Amazônia como fronteira. O modo de produção e os agentes sociais, econômicos e políticos ao longo do processo de (re) produção do espaço amazônico. As diferentes formas de regionalização da Amazônia. Organização do território dos séculos XVII a XX. O espaço da circulação: do meio natural ao meio técnico científico-informacional. As Políticas Territoriais e os grandes projetos: a produção do espaço regional a partir da metade do século XX. (Re) organização e Modernização produtiva do espaço amazônico: as novas tendências de ocupação da Amazônia. Os vetores do Desenvolvimento Regional: os diversos olhares sobre o processo de desenvolvimento regional para a Amazônia.

REFERENCIAS

BECKER, B. K. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, p. 15-25.

_____ Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In: **Seminário Internacional**: problemática do uso local e global da água da Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2003. p. 161-190. (Programa de Cooperação Sul-Sul para o Eco desenvolvimento).

CASTRO, Edna et al. Industrialização e Grandes Projetos. Belém: EDUFPA, 2004

IANNI, Octávio. **Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LÉNA, Philippe; Oliveira, Adélia Engrácia (org.) **Amazônia:** a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: MPEG, 1991.

LOUREIRO, V. R. Amazônia, Estado, homem e natureza. Belém: Cejup, 1992.

MACHADO, L. O. Região, cidades e redes ilegais, geografias alternativas na Amazônia Sulamericana. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades nas regiões**: o desafio urbano regional. São Paulo: Editora da Unesp, 2003. p. 695-707.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

Amazônia. Monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 2002.

VALVERDE, Orlando ; FREITAS, Tácito Lívio R. **O problema florestal da Amazônia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

COELHO, M. C. N; COTA, R, G. **10 anos da estrada de Ferro Carajás**. Belém: Editora Gráfica Supercores, 1997.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

MACHADO, Lia Osório. A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica. **Turbinger Geographise Studien**. n° 95, 1987. p: 189-204. _____ Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional. **Turbinger Geographise Studien**. n° 95, 1987.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira.** Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia. Ecologia e degradação social**. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1992.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: SECULT, 2000.

_____ **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TRINDADE Jr. S. C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-tatu, 2002.

VICENTINI, Y. A especificidade da cidade na Amazônia. In: VICENTINI, Y. Cidade e história na Amazônia. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 177-248.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

9.1.3.7 Código/Disciplina: Língua Brasileira de Sinais – Libras. Carga horária: 60 h. Ano/série: 3º. Código: DEES

EMENTA: A disciplina objetiva proporcionar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais conhecimentos teórico-práticos acerca da educação dos surdos por meio do estudo: do contexto histórico da educação dos surdos e da língua de sinais; da identidade e cultura surda; das repercussões das representações sobre surdos e língua de sinais na educação das pessoas surdas; da Libras no contexto da legislação educacional; da língua de sinais no contexto da escola inclusiva no Brasil e, mais especificamente, no Pará; da língua de sinais como primeira língua para surdos e da língua portuguesa como segunda língua; dos conhecimentos básicos da Libras para a atuação do Licenciado em Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Reconhece a LIBRAS Língua Brasileira de Sinais como um meio legal de comunicação e expressão. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- _____. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>. Acesso em:15 mar. 2012.
- CHIELLA, Vânia Elizabeth. Inclusão do aluno surdo: mudança na forma de olhar. *In:* LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.). **Exclusão nas tramas da escola**. Canoas: Editora ULBRA, 2007;
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Pará). Resolução CEE nº 400, de 20 de outubro de 2005. Diretrizes para o atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. *In*: LODI, Ana Cláudia B. *et. al.* **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002;
- _____.Literatura surda. *In:* EDT Educação Temática Digital. Campinas, v.7, 2006 ISSN 1676-2592.Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php. Acesso em: 15 mar. 2012.
- _____. Língua de sinais na educação dos surdos. *In:* THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes. *In:* LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de *et. al.* **Surdez:** processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.
- LEBEDEF, Tatiana Bolivar. Práticas de letramento na pré-escola de surdos: reflexões sobre a importância de contar histórias. *In:* THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn M. P.; CAMPOS, Sandra R. L. de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. *In:* LODI, Ana Claudia B. *et. al* (Org.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
- _____. O direito de aprender na escola de surdos. *In:* THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Especial. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
- MOURA, Maria Cecília de. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, Ana Cláudia B. et. al. **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.
- PEREIRA, Paula Michele da Silva. As marcas do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. In: **EDT Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, 2006. Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- PERLIN, Gládis T. Identidades surdas. *In:* Skliar, C. (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação,1998.

- _____. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. *In:***EDT Educação Temática Digital. Campinas**, v.7, 2006. Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php. Acesso em: 15 mar. 2012.
- RANGEL, Gisele; STUMPF, Marianne Rossi. A pedagogia da diferença para o surdo. *In:* LODI, Ana Cláudia B. *et. al.* **Leitura e escrita:** no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- REILY, Lucia. A língua de sinais na escola inclusiva. *In:* _____. **Escola inclusiva:** linguagem e mediação. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- SAMPAIO, Carmen Sanchez. A presença de uma aluna surda em uma turma de ouvintes: possibilidades de (re) pensar a mesmidade e a diferença no cotidiano escolar. In: **EDT Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, 2006. Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- SKLIAR, Carlos & LUNARDI, Márcia Lise. Estudos Surdos e Estudos Culturais em Educação: um debate entre professores ouvintes e surdos sobre o currículo escolar. *In:* LACERDA, Cristina (Org.). **Surdez:** Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo: Louvise, 2000.
- SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade de educação bilíngue para surdos.** Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- _____. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In:* SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVEIRA, Rosa Hessel. Contando histórias sobre surdo(as) e surdez. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos Culturais em educação:** mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.
- SOUZA, Regina Maria de; GÓES, Maria Cecília Rafael de. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, Carlos (Org.).
- Atualidade de educação bilíngue para surdos. Porto Alegre, RS: Mediação, 1999 (vol. 1).
- SOUZA, Regina Maria. Língua de sinais e escola: considerações a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais. In: **EDT Educação Temática Digital**. Campinas, v.7. 2006. Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- STROBEL, Karin Lílian. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. In: EDT Educação Temática Digital. Campinas, v.7, 2006. Disponível em: http://143.106.58.55/revista/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- STUMPF, Marianne Rossi. Sistema Signwriting: por uma escrita funcional para o surdo. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004;
- THOMA, Adriana. Sobre a proposta de Educação Inclusiva: notas para ampliar o debate. **Revista Educação Especial**. n. 23, 2004;

_____. Surdo: esse "outro" de que fala a mídia. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. _____. Educação de Surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

9.1.3.8. Código/Disciplina: Educação Indígena. Carga horária: 60 h. Ano/série: 3°. Código: DFCS

EMENTA: Estratégias próprias de vivência sociocultural, ação pedagógica da educação indígena, transmissão de suas culturas por gerações. Adaptação Curricular para educação indígena. Estudos sobre a história indígena no Brasil. Análise das condições materiais e simbólicas de existência das populações indígenas na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **O governo brasileiro e a educação escolar indígena**: 1995-1998. Brasília, 1998.

_____. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, 1998. 339 p. FERNANDES, Florestan. Notas sobre a educação na sociedade tupinambá. *In:* FERNANDES, F. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 33-83.

_____.A organização social dos tupinambá. Brasília: Hucitec, 1989.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os índios e a cidadania. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Índios no Brasil. Brasília, 1999, p. 25-46. (**Cadernos da TV Escola**, v. 3).

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). **A conquista de escrita**. São Paulo: Iluminuras, 1989, pp. 9-16. SILVA, Aracy Lopes (Org.). **A questão da educação indígena**. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

9.1.3.9. Código/Disciplina: Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicada às Ciências Sociais I. Carga horária: 200h. Ano/série: 3°. Código: DFCS/DEDG

EMENTA: Promover a articulação teoria e prática como eixo norteador da prática docente. O planejamento do ensino (tipos de planos: aula, curso, série, etc.). Avaliação escolar (tipos de avaliação: somatória, diagnóstica, formativa). Diagnóstico e análise da realidade escolar a partir do exercício da função docente. Elaborar e executar o planejamento de atividades de ensino. Estágio. Elaboração do relatório de estágio.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papirus, 2000. ANDRÉ, Marli. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Alternativas no ensino de Didática**. São Paulo: Cortez, 1997.

BIANCH, Ana Cecília de M. **Manual de Orientação:** Estágio Supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, Antônio (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

9.1.3.10. Código/Disciplina: Laboratório de Atividades Complementares III. Carga horária: 60h. Ano/série: 3º. Código: DFCS/DMEI/DLLT/DART/DEES/DPSI/DEDG

EMENTA: Trata-se da práxis desenvolvida pelos educandos pertinentes aos Congressos, Seminários, Debates, Semanas Acadêmicas e, outras, atividades extracurriculares que atendam aos princípios da extensão universitária compreendida como processo acadêmico que possibilite aos estudante da graduação em ciências sociais mecanismos de intercâmbio com a sociedade mediante desenvolvimento de relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais pertinentes ao binômio Universidade/Sociedade. Tais relações detêm como base de fundamentação as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho, Movimentos Sociais e, outras, numa perspectiva de atuação de forma solidária, para a cooperação local, nacional e internacional, especialmente a latino-americana.

•
REFERÊNCIAS
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto
consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal.
Disponível
em: em:<a fichadetramitacao?idproposicao='490116"' href="http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_29.03.2012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.0012/con1988_20.</td></tr><tr><td>df>. Acesso em: 15 mar. 2012.</td></tr><tr><td> Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de</td></tr><tr><td>1 4</td></tr><tr><td>Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras</td></tr><tr><td>Proposições. Disponível</td></tr><tr><td>em:m:m:<a arquivos="" href="mailto://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicoesweb/fichadetramitacao?idProposicoesweb/fichadetramitacao.idProposicoesweb/fichadetramitacao.idProposicoesweb/fichadetramitacao.idProposicoesweb/fichadetramitacao.idProposicoesweb/fichadetramitacao.idProposicoesweb/</td></tr><tr><td>Acesso em: 15 mar. 2012.</td></tr><tr><th> Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as</th></tr><tr><td>diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996,</td></tr><tr><td>p. 27.833. Disponível</td></tr><tr><td>em:em:http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. Acesso em: 15
mar. 2012.
Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de
organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá
outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1968, p. 10369.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm . Acesso em: 15 mar.
2012.
Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano
Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de

p.

128.Disponível

em:

2001,

de

janeiro

Disponível

Document. Acesso em: 15 mar. 2012.

______. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. Diário

abril

de

2004,

p.

Oficial

da

União,

de

15

de

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

- _____. Presidência da República. **Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm. Acesso em: 15 mar. 2012.
- BRASIL, F. P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. *In:* CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. **Gestão Social**: O que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, volume 1, p. 45-66.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **DOCUMENTO.** Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/AM, maio/2012.
- _____. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).
- _____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).
- _____. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR Carta de Porto Alegre. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.
- _____. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SANTOS, Boaventura S. A **Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).
- SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. *In:* ABRANCHES, Sérgio Henrique *et. al.* (Orgs.). **Política Social e Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

9.1.3.11. Código/Disciplina: Sociologia Da Educação. Carga Horária: 60 H. Ano/Série: 3°. Código: DFCS

EMENTA: A interpretação sociológica no âmbito da educação e suas relações com o desenvolvimento da sociologia. Os problemas educacionais e escolares atuais a luz das teorias sociológicas. Os processos educacionais reprodutores e os produtores de práticas educacionais inclusivas dos diferentes segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. **Diferenças e Preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas: São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BERNSTEIN, B. A Estruturação do Discurso Pedagógico. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A Reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A.(Org.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRAIDY, C. M. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FERNANDES, H. R. **Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil**. São Paulo: EDUSP: Escuta, 1994.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, C. A. A Educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1989.

GUARESCHI, P. A sociologia crítica alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1989.

_____. A sociologia da prática social. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, S. Identidades culturais na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo: Cortez. 1994.

MANACORDA, M. Al. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Cortez, 1991.

MCLAREN, P. Rituais na escola. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORROW, R. A; TORRES, C. A. Teoria Social e Educação. Porto: Afrontamento, 1997.

PETITAT, A. Produção da Escola/Produção da Sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SARUP, M. Marxismo e Educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SILVA, T. T. da; GENTILI, P. Neoliberalismo, qualidade total e Educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, T. T. da. **Identidades Terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____.O que produz e o que reproduz em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. _____.Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

9.1.4 Ementas do Curso de Graduação em Ciências Sociais- 4º Ano

9.1.4.1 Código/Disciplina: Antropologia Interétnica e da Diversidade Brasileira. Carga horária: 60 h. Ano/série: 4°. Código: DFCS

EMENTA: Enquadramento teórico do fenômeno do contato interétnico. Grupos e limites étnicos. Identidade étnica e representação. Fricção e interdependência. Sistemas interétnicos e ideologias étnicas. Etnicidade, grupos minoritários e classes sociais no contexto brasileiro. Processos de articulação social. Etnia, religião, política e nação. Etnicidade urbana. Globalização e processos de reindigenização.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen. É a Funai quem sabe. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A Sociologia do Brasil Indígena.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CASTRO FARIA, Luiz de. A Antropologia no Brasil: Depoimento sem compromissos de um militante em recesso". *In:* **Anuário Antropológico/82**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 228-250, 1984.

DaMATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo ou como Ter 'Anthropological Blues'**, Comunicações do PPGAS, 1, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1973a.

.Ensaios de Antropologia Estrutural, Petrópolis: Vozes, 1973b.

_____.Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social, Petrópolis, Vozes.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Martins Fontes,1996.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá.** São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

_____.A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

.A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

9.1.4.2 Código/Disciplina: Etnologia Amazônica. Carga horária: 60 h. Ano/série: 4. Código: DFCS

EMENTA: Introdução à Etnologia Indígena brasileira e amazônica. A diversidade social das populações nativas da Região Amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia: contatos, conflitos e interculturalidade. Estudo dos povos indígenas existentes no Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**, Vol. 1, São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

_____.Bibliografia crítica da etnologia brasileira. Vol. II, São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

BALÉE, William.Biodiversidade e os índios amazônicos. *In:***Amazônia, Etnologia e História Indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII). USP: FAPESP, 1993 (pp.385-393).

CASTRO, E.V.; CUNHA,M.C (Org.). Amazônia: Etnologia e História Indígena (introdução). São Paulo: NIII/-USP/FAPESP.

COUDREAU,H. **Viagem ao Xingu-1859/1899**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

FERNANDES, F. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975.

GRAY, Andrew. O Impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. *In:* SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D. B. (Orgs.). **A Temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1992.

MELLATI, J.C. A etnologia das populações indígenas do Brasil, nas duas últimas décadas. **Anuário Antropológico80**. 1982, pp. 253-257.

RICARDO, C. A. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil.*In:*SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus.São Paulo: MEC, 1995.

SCHADEN, Egon. O estudo do índio brasileiro: ontem e hoje. **Revista de Historia**. 1952 (pp. 385-401).

STEWARD, Julian.(Org.). **Handbook of South American Indians:** smithsonian Institution, Bureau of american Ethnology Bulletin 143. 1946-59, 7 vols. Washington D.C.

Mapas

BAHIA. **Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil** (II), [s.l.]: INESC-PETI/MN-ANAÍ-BA, 1995.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Mapa Povos Indígena Brasil**. [s.l]: CIMI, 1985.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Mapa das áreas indígenas no Pará, Maranhão e Amapá. Belém: FUNAI, 1989.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil 1991/1995. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental. 1996.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ (IDESP). **Mapa das áreas indígenas no Estado do Pará.** Belém:IDESP, 1997.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação, 1981.

9.1.4.3. Código/Disciplina: Sociologia do Trabalho. Carga horária: 60 h. Ano/série: 4°. Código: DFCS

EMENTA: Esta disciplina tem como objetivo oferecer uma formação básica ao aluno do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará. Estruturar-se-á em torno de uma temática específica o processo de trabalho e capitalismo: conceitos e teoria. Analisar-se-á a centralidade do trabalho enquanto categoria de análise, bem como os condicionamentos históricos e ideológicos presentes nas escolas: clássica: Smith, Malthus, Ricardo, escola neoclássica: de Marshall aos socialistas utópicos. As teorias do imperialismo: Rosa Luxemburgo, Lênin. A visão de Keynes. Na crítica marxista ao processo de trabalho no capitalismo. Privilegiar-se á mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, nas sociedades contemporâneas e no capitalismo periférico. Face às alterações no modelo produtivo, do taylorismo-fordismo, pós-fordismo, o toyotismo, bem como, as formas de acumulação do capital e de gestão do trabalho, flexibilização e precarização.

REFERÊNCIAS

ALVES. G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Praxis, 1999.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas, **Debate e Crítica**, n. 6, 1975.

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982.

Os Sentidos do Trabalho	. São Paulo: Bomtempo,	1999
-------------------------	------------------------	------

_____.Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10. ed. São Paulo: Forens, 2000.

CASTRO, Nadia; Leite, P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações.**BIB**, n. 37, 1 ° semestre, Rio de Janeiro, 1994.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

HABERMAS, Jürgen. Excurso acerca do envelhecimento do paradigma da produção. *In:* **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1990.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: DIFEL,1982.

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Lisboa: Edições 70. 1993.

OFFE, Clauss. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TAVARES, M. C.; Fiori. J. L. **Poder e Dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997

WAIZBORT, Leopoldo. Classe Social, Estado e Ideologia. **Tempo Social - Revista de Sociologia** USP, São Paulo, 10(1): 65-81, maio de 1998.

9.1.4.4. Código/Disciplina: Estágio Supervisionado em Prática Pedagógica Aplicada às Ciências Sociais II. . Carga horária: 200h. Ano/série: 4°. Código: DFCS/DEDG

EMENTA: Os fundamentos teóricos e práticos do processo educacional a partir dos aspectos afetivos, políticos e psicológicos da prática docente. O processo de ensino-aprendizagem. O currículo. Diagnóstico e análise da realidade escolar a partir do exercício da função docente. Elaborar e executar o planejamento de atividades de ensino. Estágio. Elaboração do relatório de estágio.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da Prática Escolar. São Paulo: Papirus, 2000.

ANDRÉ, Marli. E. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Alternativas no ensino de Didática**. São Paulo: Cortez, 1997.

BIANCH, Ana Cecília de M. **Manual de Orientação:** Estágio Supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, Antônio (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

9.1.4.5. Código/Disciplina: Seminário de Pesquisa III – Trabalho de Conclusão de Curso III. Carga horária: 80 h. Ano/série: 4º. Código: DFCS

EMENTA: Apreensão e atendimento as exigências de forma e conteúdo bem como aspectos técnicos e construção lógica do relatório do trabalho científico. Elaborar o TCC através do processo de produção de conhecimento científico e sua validade universal.

REFERÊNCIAS

ASTI VERA, Armando. Metodologia de pesquisa científica. Porto Alegre: Globo, 1973.

BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa:** métodos, técnicas einstrumentos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: 70, 1977.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1978.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

HIRANO, Sadi. (org.). Pesquisa Social: Projeto e Planejamento. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

HYMAN, Herbert. **Planejamento e Análise da Pesquisa:** princípio, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalhocientífico**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992.

MARINHO, Pedro. A Pesquisa em Ciências Humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO. 1994.

_____. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

9.1.4.6. Código/Disciplina: Sociologia do Cotidiano. Carga horária: 80 h. Ano/série: 4°. Código: DFCS

EMENTA: A disciplina tem por finalidade repassar uma visão evolutiva das correntes sociológicas, e diferentes abordagens sobre o "cotidiano". Analisando os diversos campos temáticos, como: sexualidade, família, manifestações culturais, educação, saúde, etc. Estuda também, as teorias clássicas da relação: sociologia-política, sociedade – estado, indivíduo ou economia, revisando o conceito de categorias utilizadas na atual sociedade emergente.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. COLARES, Marcos. Ensaios e Improvisos/Direitos Humanos no Cotidiano. Rio de Janeiro: Perfil, 2002.

DEMO, Pedro. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: Plano, 2004.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 70. ed. São Paulo: São Paulo.

GENTILLE, P. A cidadania negada. São Paulo: Cortez, 2002.

GOFFMAN, Erving. A apresentação de si mesmo na vida cotidiana. *In:* BIRNBAUM, Pierre; CHAVEL, François. **Teoria Sociológica**. Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1977. p.40-48.

3.7	• ~	4	~	T 1	T 1	D	1071
Manicomics	nricone o	CONTONTO	V 00	Paulo	$\mathbf{H} \mathbf{d}$	Parchaetiva	10//
. Manicômios,	D1 120C2 C	COHVEIROS.	Sau	i auio.	Ľu.	i cisuccuva.	17/4

_____. Estigma e identidade social. In: **Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1996.

9.1.4.7. Código/Disciplina: Sociologia do Meio Ambiente. Carga horária: 60 h. Ano/série: 4º. Código: DFCS

EMENTA: Proporcionar uma visão das representações que mediam as relações entre homem e natureza; Compreender natureza e meio ambiente enquanto questão trabalhada pelas ciências sociais. Trazer ao debate a ideia do desenvolvimento sustentável enfatizando a crítica ao modelo de conhecimento hegemônico no ocidente a partir das proposições de "novos paradigmas".

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrick. A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, Anthony LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CASTRO, E.; PINTO, F. **Faces do Trópico Úmido.** Belém/São Paulo: Editora CEJUP, 1997. CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza.** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1992.

DURKHEIM, Émile. A Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

GIDDENS, Anthony. A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997.

_____. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** SãoPaulo: Contexto, 2001. (Temas Atuais).

LEIS, Héctor. A Modernidade Insustentável. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MORIN, Edgar. **A Natureza da Natureza:** o Método. Lisboa: Mira-Sintra, Europa-América, 1977. (vários volumes)

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. A Nova Aliança. Brasília: Editora da UNB, 1984.

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

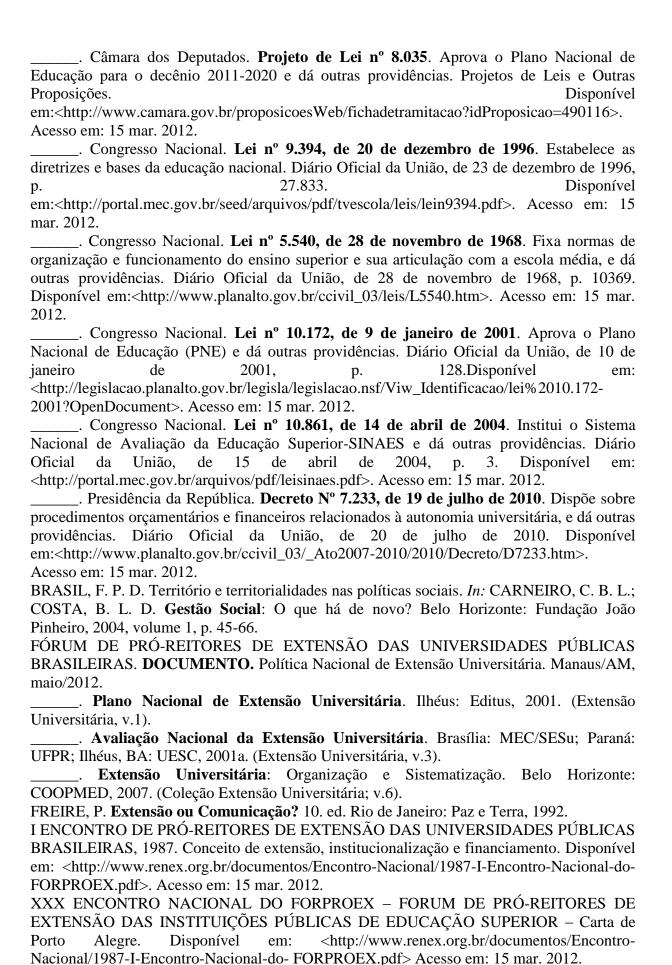
9.1.4.8. Código/Disciplina: Laboratório de Atividades Complementares IV. Carga horária: 60 h. Ano/série: 4°. Código: DFCS/DMEI/DLLT/DPSI/DART/DEES/DEDG

EMENTA: Trata da práxis desenvolvida pelos educandos pertinentes aos Congressos, Seminários, Debates, Semanas Acadêmicas e, outras, atividades extracurriculares que atendam aos princípios da extensão universitária compreendida como processo acadêmico que possibilite aos estudantes da graduação em ciências sociais mecanismos de intercâmbio com a sociedade mediante desenvolvimento de relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais pertinentes ao binômio Universidade/Sociedade. Tais relações detém como base de fundamentação as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho, Movimentos Sociais e, outras áreas, numa perspectiva de atuação de forma solidária, para a cooperação local, nacional e internacional, especialmente a latino-americana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a **Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012**. Senado Federal. Disponível

em:m:m:m:m:m:m:<a href="mailto://www.senado.gov.br/legisla



XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura S. A **Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. *In:* ABRANCHES, Sérgio Henrique *et. al.* (Orgs.). **Política Social e Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

9.1.4.9. Código/Disciplina: Seminário de Pesquisa II – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Carga horária: 80 h. Ano/série: 4º. Código: DFCS

EMENTA: Trata da elaboração do projeto, do instrumento de coleta de dados e da elaboração do trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em seus elementos essenciais referentes ao referencial teórico e sua aplicação, à metodologia proposta em compatibilidade realidade a abordar e a normalização da pesquisa: em termos de forma e conteúdo.

REFERÊNCIAS

ASTI VERA, Armando. Metodologia de pesquisa científica. Porto Alegre: Globo, 1973.

BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa:** métodos, técnicas einstrumentos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1978.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

HIRANO, Sadi (Org.). Pesquisa Social: Projeto e Planejamento. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

HYMAN, Herbert. **Planejamento e Análise da Pesquisa:** princípio, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalhocientífico**.4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARINHO, Pedro. A Pesquisa em Ciências Humanas. Petrópolis: Vozes, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.

. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

9.1.5 Ementas das Disciplinas Optativas

9.1.5.1 Código/Disciplina: Movimentos Sociais na Amazônia. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: Trata da análise histórica das concepções teórico-prática dos movimentos sociais, que se expressam no cenário público, através de diferenciados conflitos e utopias. Esta análise compreenderá os debates teóricos presentes nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, que revelam como essas ações coletivas constroem espaços alternativos às formas de opressão autoritárias. Esta análise possibilitara uma compreensão dos conflitos sociais rurais e urbanos amazônicos na perspectiva de estruturação de um campo teórico explicativo de suas ações coletivas em termos de valores, natureza e conteúdos que se expressam no processo de negociação, mediação e arbitragem. O estudo dos movimentos sociais amazônicos pelo mapeamento dos sentidos das ações sociais articulará o debate e a reflexão das formas de participação visíveis nos protestos públicos, nas marchas organizadas, na construção dos tribunais internacionais, nas instâncias institucionais, representadas pelos fóruns, conselhos, etc., fundamentais à compreensão do mundo amazônico pelo educador.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora Unicamp, 1998.

_____. Reforma Agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. *In:* LEAL, Laurindo (Org.). **Reforma Agrária da Nova República**: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez, EDUC,1986., pp. 13-18.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As concepções de reforma agrária do governo e dos movimentos sociais no Brasil do século XXI**. ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária. Políticas Agrícola e Agrária. Disponível em: http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo>. Acesso em: 16 mar. 2012.

ALVES, Mário. Dois Caminhos da Reforma Agrária. *In:***A Questão Agrária no Brasil**: textos dos anos sessenta. São Paulo: Editora Brasil – Debates, Estudos nº 1, 1980.

AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. Frutos do tempo: Movimentos sociais ontem e hoje. *In:***ANPOCS** – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 1995., pp . 58 – 77.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello .O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BETTO, Frei. MST, Igreja e Movimentos Sociais. *In:*Caros Amigos. Ano V – Número 55, outubro 2001, pp.34-35.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BIANCO, Bela Feldman. Entre a saudade da terra e a América: Memória cultural, trajetórias de vida e (re) construções de identidade feminina na intersecção de culturas. *In:* Carlos Rodrigues Brandão (Org.). **As faces da memória**. Campinas: CMu, [s.d.]. (Coleção Seminário 2).

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: A organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, SP, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação em Movimento. Formação de educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARTA CAPITAL. 24 de maio de 2000. Ano VI, n. 123. Governo vs. Movimento dos Sem-Terra: A Lógica do Medo. Pp. 20-27.

CARVALHO, Horácio Martins de. Interação social e as possibilidades de coesão e de

identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD). Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MPF), 1999.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência. Colóquio Interlocuções com Marilena Chauí. Londrina (março/98). São Paulo (abril/98).

_____.Público, privado, despotismo. *In:* NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 345 – 390.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: A propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora Unicamp, 1998. (Coleção Tempo & Memória).

CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Pará, 1958.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Sindicalismo e economia Solidária**: Reflexões sobre o projeto da CUT. Grupo de Trabalho Economia Solidária, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUCROT, Oswald. Dizível / indizível. *In:***Enciclopédia Einaudi**, v. 2. Linguagem – Enunciação. Edição Portuguesa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, pp. 458-476.

FARIA, Paulo; *et. al.* **Cadernos do MLST:** Movimento de Libertação dos Sem Terra. Secretariado Político do Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST. ANARA; Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária. São Paulo: MLST, 2000.

FAVARETO, Arilson; BRANCHER, Paulo Cesar; MAGALHÃES, Reginaldo (Orgs.). **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**. Região Sudeste. Projeto CUT/CONTAG: São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **As lutas camponesas no Brasil**, 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

GOHN, Maria da Glória. Desafios da Participação Popular no meio rural brasileiro neste final de milênio. Artigo apresentado na XXII Reunião Anual da **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Caxambú, 27 – 30/outubro/1998., pp. 1 – 37. GT: Ciências Sociais, Sociedade e "mundo rural".

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Mídia, Terceiro Setor e MST:** Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____.Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Igreja e Camponeses**: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: FAPESP/Editora Hucitec, 1996.

JANES, Robinson. **Autogestão e Educação Popular**: o MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1998. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, SP, 1998.

LEONEL, Maria Clarisse; BRANCHER, Paulo Cesar; MAGALHÃES, Reginaldo (Orgs.). **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**. Região Norte. Projeto CUT/CONTAG. São Paulo. 1999.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

.O cativeiro da terra. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
.Expropriação e violência: A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Editor
Hucitec, 1991.
Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras d
trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS
2003.
Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familia
no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre "Dilemas e Perspectivas para
Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década d
Século XXI', FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.
O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994
Reforma Agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de Sã
Paulo (Edusp), 2000.

MARX, Karl. As lutas sociais na França: 1848-49. Textos 2. São Paulo: Sociais, 1976.

MATTE, Deborah. **A formação da CUT de norte a sul do Brasil**: março a dezembro de 2000. São Paulo: Gráfica e Editora Solidus. Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Paradoxos da existência cotidiana (e/ou "do dia a dia") da democracia pós-industrial e os movimentos sociais**. Departamento de Política Social da Universidade de Trento. Trabalho apresentado no V Simpósio de Novos Atores e Novas Identidades. XII Congresso Mundial de Sociologia. Madri, 9 – 13 de julho, 1990.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. Sete Teses Equivocadas sobre as Lutas Sociais no Campo o MST e a reforma agrária...

_____. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

ORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação**, número 11. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Agosto/1986.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PETRAS, James. Intelectuais uma crítica marxista aos pós - marxistas. *In:* Lutas Sociais nº 1. **Revista do Núcleo de Estudos sobre Ideologias e Lutas Sociais** - NEILS, segundo semestre de 1996.

PETRAS, James; VELTEMAYER, Henry. Brasil de Cardoso: A crise da agricultura brasileira. In: **A desapropriação do país.** Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes,2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. In: **Tempo social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 61-100, 2. Sem. 1990.

ROY, Gerard; D' INCAO, Maria Conceição. **Nós, Cidadãos**: Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação da consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, pp. 59-74.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: Prolegômenos a uma concepção pós-moderna de direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 24. Março, 1988. Texto de lição proferida no âmbito das provas de agregação realizadas na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, julho de 1987, pp. 139-169.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- _____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 1987.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Gilson da Costa; MORAES, Eunice Léa de. Programa Vento Norte – "Novos Ventos na Amazônia". Projeto Político-Pedagógico. **Caderno Curricular III**. Convênio MTE/SEFOR/CIDEFAT 007/00. Porto Velho: CUT/Secretaria Nacional de Formação/Região Norte, 2000.

SIQUEIRA, Deis. **Os movimentos do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais brasileiros na contemporaneidade**. Série Sociológica, n° 152. Departamento de Sociologia.Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 1998.

SANTOS, Milton. et. al. **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec,1994. WEBER, Ingrid T.; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Migração**. Uma metodologia em busca das lembranças. 29º Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2002.

_____.O campo e a cidade: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLF, Eric. **As guerras camponesas do século XX**. Tradução de Iolanda Toledo. São Paulo: Global Editora, 1984.

9.1.5.2 Código/Disciplina: Cultura Brasileira. Carga Horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: O Significado da Cultura Brasileira. Conceitos de Cultura Brasileira. O Significado conteúdo da Arte. O teatro no Brasil. Primeiras Manifestações. O teatro na atualidade. A Leitura Brasileira. A Literatura no período colonial. A literatura Contemporânea. O cinema Brasileiro. Primeiras Manifestações. O cinema novo. Comunicação de Massa.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Rafael. J. de. 1996. A "Origem do Samba" como Invenção do Brasil: por que as canções têm música? **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 31:

BIRMAN, Patrícia. 2003. Sobre o mal à brasileira e o mal-estar que nos acompanha, In: **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 4, n.4, jul/2003.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. BOSI, Alfredo (Org.), **Cultura Brasileira:** Temas e Situações. São Paulo: Ática, 1992.

CARVALHO, José J. O encontro de velhas e novas religiões: esboço de uma teoria dos estilos de espiritualidade. In: MOREIRA, A; ZICMAN, R. (Orgs.). **Misticismo e Novas Religiões.** Petrópolis: Vozes/UFS-IFAN, 1994. .

DAMATTA, Roberto. Treze pontos riscados em torno da Cultura Popular. **Anuário Antropológico 92.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil _____. **A Casa e a Rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Morte: A morte nas sociedades relacionais-reflexões a partir do caso brasileiro. _____

.A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
______. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. ______.

Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. _____.A Violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense,1982.

_____. A ilusão das relações raciais.*In*:**O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DUARTE, Luiz F. O espaço cultural dos nervos e nervosos. _____. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FRY, Peter. Feijoada e *soul food*: notas sobre a manipulação de sim bolos étnicos e nacionais.

_____. **Para Inglês Ver:** Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FONSECA, Claudia. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n. 15, 1991.

GASPAR, Maria Dulce. 1988. **Garotas de Programa:** prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1988.

GREENFIELD, Sidney M. 1985. Romarias: terapia e a ligação entre as curas e a imaginação. *In:* CAVALCANTE, A. M (org.) **Fé, Saúde e Poder.** Fortaleza: Ed. UFCe, 1985.

MALUF, Sônia. 2002. **Mitos Coletivos e Narrativas Pessoais**: Cura Ritual e Trabalho Terapêutico nas Culturas da Nova Era (Manuscrito).

OLLVEN, Ruben G, O nacional e o regional na construção da identidade brasileira, em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. *In:* A parte e o todo: diversidade cultura no Brasil-Nação.

ORTIZ, Renato. Cultura popular e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. In: Ciência Hoje 5(8), 1986.

RABELO, M. C. 1994. Religião, ritual e cura. *In:* ALVES, P C & MINAYO, M C S (orgs.). **Saúde e Doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

RIBEIRO, Darcy. 1979. Sobre o óbvio. In: Ensaios Insólitos. Porto Alegre: L&PM.

RODRIGUES, José C. 1992. Quando a morte é festa. *In:* **Antropologia do Poder.** Rio de Janeiro: Terra Nova.

RIFIÓTIS, Theophilos. 1999. Nos campos da violência: diferença e positividade. *In*: **Antropologia em Primeira Mão** – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/ UFSC, (19), 1999.

SANCHIS, P. 1997. O campo religioso contemporâneo no Brasil. *In:* ORO, A.P.; STEIL, C.A. (orgs.). **Globalização e Religião**, Petrópolis: Vozes. 1997.

VELHO, Gilberto. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. *In:* FIGUEIRA, Sérvulo A. (coord.) **Sociedade e Saúde Mental.** Rio de Janeiro: Campus, 1978. VIANNA, Hermano. **Mistério do Samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

9.1.5.3 Código/Disciplina: Antropologia Urbana. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: O fenômeno urbano. Organização social e espaço. Territórios e territorialidade. Apropriações e intervenção no espaço público. A dicotomia rural-urbano.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Lugares e redes: as mediações da cultura urbana. *In:* NIEMEYER, Ana Maria; GODOY, Emília Pietrafesa de. (orgs.). **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 41-63.

ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistanas:** transformações do espaço público. Campinas: Unicamp, 2000. (A guerra dos lugares. Mapeando zonas de turbulência).

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, Studio Nobel, 1993, p. 95-155.

AUGÉ, Marc. Los no lugares. Espacios dei anonimato: Uma antropologia da Ia sobremodernidad. Barcelona: Gedisa, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade:**a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Do sertão à cidade: quantos territórios! *In:*MESQUITA, Zilá;BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (orgs). **Territórios do cotidiano:**uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, (155 - 176).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros. Crime, seGreGação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34 L TOA, 2003. Parte 111. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público (ver).

CARDOSO, Ruth. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In:* CARDOSO, Ruth. (Org.). **A aventura antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, Antonio Firmino. Bairros: contexto e interseção. *In:*VELHO, Gilberto. (org.). **Antropologia Urbana:** Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 (58-80).

D'ADESKY, Jacques. Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público. *In:***Revista de Patrimônio.** Histórico e Artístico Nacional. N 25, 1997 (306-317).

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua:**espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (31-71).

DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1984. p.19-45.145-213. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Corpos na cidade: sedução e sexualidade. *In:***Antropologia Urbana:** Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Gilberto Velho (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 (98-109).

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço:** Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.120-169.

MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lílian De Lucca (Orgs.). **Na Metrópole:** textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996 (12-54).

MOURA, Cristina Patriota De. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. *In:*VELHO, Gílberto;KUSCHNIR, Karina. (orgs.).**Pesquisas urbanas.** Desafios do trabalho antropológico.Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003 (43-55).

RIGAMONTE, Rosani Cristina. SEVERINO, Januárias e Raimundos: Notas de uma pesquisa sobre os migrantes Nordestinos na Cidade de São Paulo. *In:*MAGNANI,José Guilherme;

TORRES,Lílian De Lucca (Orgs.). **Na Metrópole**. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996 (230-252).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In:*VELHO, Otávio. (org.).**O fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (11-26)

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (121-133).

_____. **Projeto e Metamorfose.**Antropologia das Sociedades Complexas.Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida:**O fenômeno Urbano.*In*: VELHO, Otávio. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (90-114).

9.1.5.4 Código/Disciplina: Antropologia Visual e Fílmica. Carga horária: 80 h.

9.1.5.4. Código/Disciplina: Antropologia Visual e Fílmica. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: A imagem enquanto objeto antropológico e a história da subdisciplina e algumas de suas principais tendências. A antropologia compartilhada. As teorias e práticas de técnicas audiovisuais e seus usos na pesquisa em ciências sociais.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução.*In*:**Os Pensadores.** n.XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

COLLEYN, Jean-Paul. (Entrevista) Jean Rouch, 54 anos sem tripé. *In:*Cadernos de Antropologia e Imagem. n. 1.p. 65-74, 1995.

COLLIER JR., John. **Antropologia Visual**: A fotografia como método de pesquisa. São Paulo: EPU-EdUSP Capítulo I e Capítulo II, 1973.

FRANCE, Claudine. Antropologia Fílmica: uma gênese difícil mais promissora. *In:* FRANCE, Claudine (org). **Do Filme Etnográfico à Antropologia Fílmica.** Campinas, Unicamp, 2000. pp. 17-40.

GALLOIS, D.; Carelli, V. Vídeo e diálogo cultural: experiência do Projeto Vídeo nas Aldeias". *In:***Horízontes Antropológicos,** Ano 1, n° 2. 1995.

GAUTHIER, Guy. **Finalement, qu'est-ce au juste que le documentaire?** Le documentaires un autre cinema. Paris: Nathan, 1995 p. 243-248 (leitura opciona[)

_____. La vie telle qu'elle esLet te[le qu'on la raconte. Le documentaires un autre cinéma. Paris:Nathan, 1995. Capo 1, p. 11-28. (leitura opcional)

_____. Le tournage: un regard et un'3 éthique. *In:* Le documentaires un autre cínéma. Paris: Nathan, 1995. pp. 111-138. (leitura opcional)

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, Fotografar para contar em Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. v.1 O, n.1 pp155-165.

_____. Linguagem fotográfica e informação. Capitulo Linguagem Fotográfica p 15 a 54 HEIDER, Karl. 1995. Uma história do filme etnográfico. *In:*Cadernos de Antropologia e Imagem n. 1 .p. 31-54. Le tournage: un regard et un'3 éthique

JEHEL, P. Fotografia e antropologia na França no século XIX. *In:*Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro, 6 (1): pp. 123-137, 1998.

JORDAN, Pierre. 1995. Primeiros contatos, primeiros olhares. *In:* Cadernos de Antropologia e Imagem. n. 1.p. 55-64.

KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. São Paulo: Atelie Editorial, 2000.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Retratos de Família.** A Imagem através das palavras. São Paulo: Fapesp, 2001. cap. 1. p. 23-51

LOIZOS, Peter. 1995. A inovação no filme etnográfico (1955-1985). *In:*Cadernos de Antropologia e Imagem n. 1.p.55-64.

LOURDOU, Pierre. O comentário nos filmes etnográficos de Mareei Griaule. *In:*FRANCE, Claudine (org.). Filme Etnográfico à Antropologia Fílmica. Campinas: Unicamp, 2000. p.101-120.

MACDOUGAL, D. 1994 Mas afinal, existe realmente uma antropologia visual?*In*: MACHADO, A. **Pré-cinemas & Pós-Cinemas.** São Paulo: Papirus, 1997. Parte 11Cinemas: ensaios sobre a contemporaneidade Capo 2, O vídeo e sua linguagem; Cap. 3, O dialogo entre o cinema e o vídeo.

MENEZES, Paulo. **Representificação:** as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003. n.51 p87 -97.

PEIXOTO, Clarice. 2001 Les archives de Ia Planete: imagens da coleção de Albert Kahn em Cadernos de Antropologia e Imagem, Vol. 8.117-132, Rio de Janeiro, UERJ, NAI PIAUL T, Marc. 1999. Espaço de uma antropologia audiovisual. *In:* Eckert, Cornélia e P. Mont-Mór (org) **Imagem em Foco:** novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre: Editora da Universidade.p.13-54.

PIAUL T, Marc-Henri. **Antropologia e Cinema em Catálogo da Mostra Internacional do Filme Etnográfico**. Rio de Janeiro, 1994. p. 62-69

PINNEY, C. 1996 A história paralela da Antropologia e da fotografia. *In:*Cadernos de Antropologia e Imagem, n 2. A cidade em Imagens, Rio de Janeiro,UERJ, NA!.

RIAL, C. 2000 Guerra de Imagens - a cobertura do 11 de setembro na televisão global Antropologia em Primeira Mão PPGAS/UFSC.

RIAL, C. 2005 Imagens de estupro e sacrifício na guerra do Iraque. Antropologia em Primeira Mão PPGAS/UFSC.

RIAL, Carmen. 1998 Contatos Fotográficos em Koury, M. Imagens e Ciências Sociais. João Pessoa, UFPB. p.203/223. Ou Primeria Mão. nA8. PPGAS/UFSC.

RIAL, C. e GROSSI, M. Entrevista com Jean Rouch fevereiro 2003 (xerox)

ROUCH, Jean. 2000 O comentário improvisado na imagem *In:* France, Claudine (org) Do Filme Etnográfico à Antropologia Fílmica. Campinas, Unicamp p.125- 130.

SAMAIN, E. "1995 'Ver' e 'dizer' na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia". *In:***Horizontes Antropológicos** - Antropologia Visual. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS.Pp. 19-48.

TACCA, Fernando. 1998 "**O índio 'pacificado':** uma construção imagética da Comissão Rondon" em Cadernos de Antropologia e Imagem. RJ, 6(1) 81-101.

VAZQUES, Pedro.1987 Aspectos da Fotografia brasileira no século dezenove. RJ, Museu de arte moderna do Rio de Janeiro.

VERTOV, Dziga. 1984. On the significance of nonacted Cinema em Michelson, Annette (org) Kino-Eye - **the writings of Dziga Vertov University of California** Press, p.35-38. (leitura opcional)

WINKIN. Y. 1988 A nova comunicação. da teoria ao trabalho de campo. Campinas, Papirus. XAVIER, Ismail. 1990. "Cinema: revelação e engano". *In:***O olhar.** SP: Companhia das Letras. p.367 -384.

9.1.5.5 Código/Disciplina: Etnomusicologia. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: A música como objeto de estudo antropológico. Esboço histórico e panorama atual: musicologia comparada, etnomusicologia, antropologia da música, estudos musicais.

Música como código sociocultural: principais tendências teórico-metodológicas, hoje. Música popular, erudita, folclórica, indígenas. Estudos recentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

AYTAI, Desidério. 1985. **O mundo sonoro xavante.** São Paulo, Universidade de São Paulo. BASTOS, Rafael José de M. 1978. **A Musicologia Kamayura:** Para uma Antropologia da Comunicação no Alto - Xingu. Brasília: Funai (28. ed: Florianópolis: Editora da UFSC, 1999).

_____. 1995. **Esboço de uma Teoria da Música:** Para Além de uma Antropologia Sem Música e de uma Musicologia Sem Homem, in "Anuário Antropológico" 1993, pp. 9-73.

_____. 1996. A "Origem do Samba" como Invenção do Brasil (Por que as Canções Têm Música?), in **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 31: 156-177.

_____. 1996. Musicalidade e Ambientalismo na Redescoberta do Eldorado e do Caraíba: Uma Antropologia do Encontro Raoni-Sting, in "Revista de Antropologia" 39 (1): 145-189.

BEAUDET, Jean Michel. Ms. **Sopros da Amazônia:** As Orquestras Tule dos Wayãpi. Tradução inédita de G. Werlang do original de 1997.

BLACKING, John. Ms. **Quão Musical é o Homem?** Tradução inédita de G. Werlang do original de 1973.

CUNHA, Maximiliano Carneiro. 1999. **A música encantada Pankararu**: toantes, torés, ritos e festas na cultura dos índios Pankararu. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

DAGHLLAN, Carlos.(org.). Poesia e Música. São Paulo: Perspectiva, 1985.

LUCAS, Glaura. 1999. **Os Sons do Rosário:** Um Estudo Etnomusicológico do Congado Mineiro - Arturos e Jatobá. Dissertação de Mestrado em Musicologia, Universidade de São Paulo. 2 volumes.

LUCAS, Maria Elizabeth, org. 1999. **Música e Sociedade, "Horizontes Antropológicos**", ano 5, n. 11.

LUCAS, Maria Elizabeth e R. J. de Menezes Bastos, org. 2000. Pesquisas Recentes em Estudos Musicais no Mercosul. Série "Estudos", n. 4 (PPGM/UFRGS).

MELLO, Maria Ignez Cruz. 1999. Música e Mito entre os Wauja do Alto Xingu.

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Lamurikumã: Música, Mito e Ritual entre os Wauja do Alto Xingu. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2005. Tese de doutorado.

MONT ARDO, Deise de Oliveira. 2002. **Através do Mbaraka:** Música e Xamanismo Guarani. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado em Antropologia Social.

OLIVEIRA, Allan de Paula. 2004. **O Tronco da Roseira:** Uma Antropologia da Viola Caipira. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

PÉREZ, Josep Martí. 1996. Música y etnicidad: una introducción de Ia problemática, in "**Transcultural Music Review**", n. 2.

PIEDADE, Acácio Tadeu de C. 1997. Música Yepamasa: Por uma Antropologia da Música no Alto Rio Negro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Floríanópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

______.O Canto do Kawoka: Música, Cosmologia e Filosofia entre os Wauja do Alto Xingu. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese de doutorado em Antropologia Social.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço Decente:** Transformações do Samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SEEGER, Anthony. Ms. **Por Que Cantam os Suyá:** Uma Antropologia Musical de um Povo Amazônico. Tradução inédita de G. Werlang do original de 1987.

SILVA, Domingos Aparecido Bueno da. **Música e Pessoalidade**: por uma Antropologia da música entre os Kulina do Alto Purús. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. 28. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

9.1.5.6 Código/Disciplina: Violências e Conflitos: A Construção do Perigo e da Sujeira. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: Trata-se de uma introdução ao campo dos estudos sobre os fenômenos chamados genericamente de "violência" com especial atenção aos seus fundamentos, à sua construção simbólica e ao domínio das relações interpessoais. São destacados os problemas teóricos e o estudo de situações empíricas, bem como os dilemas éticos e práticas de intervenção social.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. (1988). **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro, Francisco Alves. CORRÊA, Mariza. (1981). **Morte em família**. São Paulo: Graal.

DAHRENDORF, Ralf. (1987). **A lei e a ordem**. Brasília, Bonn. Instituto Tancredo Neves/Fundação Friedrich Naumann.

GREGORI, Maria Filomena. (1993). **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/ ANPOCS.

GROSSI, Miriam. (1995) "Novas/ velhas violências contra a mulher no Brasil". **Revista Estudos Feministas** (4).

LIMA, Roberto Kant de. (1994). **A polícia na cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense.

MORAES, E. (org.) (1983) Simmel: Sociologia. São Paulo: Editora Ática.

RIFIOTIS, Theophilos. (1997). "Nos campos da violência: diferença e positividade". **Antropologia em Primeira Mão** (19):1-18.

RIFIOTIS, Theophilos. (1999). "A Mídia, o leitor-modelo e a denuncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema)". **Revista São Paulo em Perspectiva** 13(4):2841.

RIFIOTIS, Theophilos. (2001). Les Médias et les Violences: points de repéres sur Ia «réception». (Conferência no Centre Internatinal de Criminologie Comparée _ Universidade de Montreal). Antropologia em Primeira Mão (51).

SOARES, Bárbara Musumeci. (1999). **Mulheres invisíveis.** Violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SOARES, Luiz Eduardo *et. al*li. (1996). **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ISERLRelume Dulmará.

VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos. (1996). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV.

ZALUAR, Alba (1999). "Violência e Crime". **O que ler na Ciência Social brasileira.** Antropologia (1970-1995). São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES.

9.1.5.7 Código/Disciplina: Sociologia das Organizações. Carga horária: 80 h.Código: DFCS

EMENTA: Racionalização e história: do modo de produção asiático ao "capitalismo de organização". Organização e Sociedade: a crise do capitalismo; da teoria da administração à

Psicologia das organizações e do comportamento burocrático: mediação ou dominação - organização com sistema social; organização como poder político. Exploração do trabalho, participacionismo, cogestão operária e autogestão social, na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise. O Desenvolvimento Marcado. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura Popular. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BASAGLIA, Franco. A Instituição Negada. Editora Graal.

BRAUERMANN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** a Degradação do Trabalho no Século XX, RJ, Zahar.

CAMPUS, Edmundo (org). **Sociologia da Burocracia,** SP, Zahar, 1988.

CANGLIANI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**, SP, Brasiliense, 1985.

CASTORIADES, Cornélio .. Socialismo e Barbárie, SP, Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência, SP, Brasiliense, 1986.

COELHO, Teixeira. O que é Indústria Cultura, SO, Brasiliense, Col. Primeira, n° 08.

COSTA, Nelson (org). Saúde Mental e Cidadania da Saúde Mental no Brasil, Petrópolis, Vozes

CUNHA, Maria Clementina. O Espelho do Mundo: a história de um asilo: Paz e Terra.

DEUTCHER, Tamaffi, Raízes da Burocracia.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista, SP, Cortez, 1983.

FARIA, José Henrique. O autoritarismo nas Organizações, Curitiba, Ed. Criar, FAE, 1985.

FGUILHERM, A e BOURDET, Auto-Gestão, uma experiência radical, SP, Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. A Mícrofísica do Poder, RJ, Ed. Geral Ltda, 1981.

GARCIA, Fernando C. Partidos Políticos e Teorias das Organizações, SP, Cortez Morales.

GOFFMANN, Erwing. Manicômios. Prisões e Conventos, SP, Ed. Perspectiva, 1974.

LAPASSADADE, G. Grupos. Organizações e Instituições, RJ, Francisco Alves, 1977.

LASCH, Christophor. O Mínimo Eu - Sobrevivência psíquica em tempos difíceis, SP, 1986.

MARCELLINO, N.C. Lazer e Humanização, Campinas, editora Paferies, 1983.

MARTINS, Elcisa H.T. de Souza. O Estado e a Burocratização dos Sindicatos no Brasil, SP, s/d

MARTINS, Lucíano. A burocracia brasileira, UNICAMP, s/d.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Lisboa, Ed. Presença, s/d.

MOTTA, Fernando P. BRESSER. Pereira. Introdução à Organização Burocratica, SP, 1980.

MOTTA, Fernando P. O que é Burocracia, SP, Brasiliense, 1981.

NILASI, Luiz Augusto. O Paraíso Via-Embratel. RJ, Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, C.M. O que é contra a cultura. SP, Brasiliense, Primeiros Passos.

SILVA, Carlos Eduardo luis. Muito do Jardim Botânico, SP, 1988.

SZASZ, Jonas. A Fabricação da Loucura, Zahar.

TRAGTENBERG, M. Burocracia e Ideologia, SP, Editora Ática, 1980.

TRATENBERG, M. Administração. Poder e Ideologia, SP, Ed. Ática.

VENOSA, Roberto (org). Participações e participações - Ensaios sobre auto-gestão, 1987.

WINCKLET, Carlos Roberto. **Pornografia e Sexualidade no Brasil**. PA" Mercado Aberto, 1983.

WRIGHT, Erick Classe. Crise e Estado, RJ, Zahar, s/d

9.1.5.8 Código/Disciplina: Ciências Sociais e Saúde. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: A construção do saber médico e do estatuto do normal e do patológico. Ecologia dos vetores. Doenças infecciosas emergentes. Representações sociais em saúde. Políticas de saúde.

REFERÊNCIAS

AVILA PIRES, F. D. de. Ecologia dos vetores. *In:* **Fundamentos históricos da ecologia.** Ribeirão Preto: Holos, 1999, p. 3-24.

CHALHOUB, S. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo:Companhia das Letras, 1996, p. 15-59.

DUARTE, L. F. **Doença dos nervos:** um estudo de representação e visão de mundo de um grupo de trabalhadores. Ciência Hoje. 1981, 1:368-376.

DURKHEIM, E. **Representações individuais e representações coletivas.** *In:* Sociologia e Filosofia. RJ:Forense Universitária, 1970.

FARMER, P.Mandando doença:feitiçaria, política e mudança nos conceitos da Aids no Haiti rural~ *In*:**Cuidar, controlar, curar.** Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Hochman, G (org.), Rio de Janeiro:Fiocruz, 2004, p. 535-565.

FERREIRA, J. O corpo sígnico. *In:***Saúde e doença.** Um olhar antropológico. (Alves, P. C. e Minayo, M. C. de S. orgs), Rio de Janeiro:FIOCRUZ, p. 101-112.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social e O nascimento do hospital. *In:***Microfísica do poder**. Rio de Janeiro:Graal, 1982, p. 79-98, p. 99-111.

FOUCAUL T, M. O Nascimento da Clínica 5. ed .Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. *In:* 8 **Interpretação das Culturas.** RJ:Zahar, 1978, 45-66.

GEERTZ, Clifford. A Religião como sistema de cultural. *In:***A Interpretação das culturas.** RJ:Zahar, 1978, p.101-142.

GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. *In:***Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro:Guanabra, 1988, p.11-50.

GOLDBERG, M. Esse obscuro objeto da epidemiologia. *In:* Epidemiologia. **Teoria e Método.**2 ed. Costa, D. C (org.). São Paulo:HUCITEC-ABRASCO, 1994, p. 86-133.

GRISOTTI, M. Indicadores de saúde e doenças emergentes. In: Tese de Doutorado, 2003.

GRISOTTI, M. Políticas e sistemas médicos. *In:* Revista Katalvsis, n. 03, 1998, p.4960.

HELMAN, C. G. A Psiquiatria transcultural através das culturas. *In*:Cultura, Saúde e Doença, POA:Artes Médicas, 1994. p. 216-246.

_____. Aspectos culturais do estresse. *In:*Cultura, Saúde e Doença, POA:Artes Médicas, 1994. p. 247-262.

HOCHMAN, G. A Era do Saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC-ANPOCS, 1998.

JACOB, F. A importância do imprevisível. *In:***O rato, a lesma e o homem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-31.

LANGDON, Jean. Cultura e os processos de saúde e doença. *In:***Anais do seminário Cultura, saúde e doença.** Londrina, p. 91-107, s/d.

LIMA, N. T. e HOCHMAN, G. Pouca saúde e muita saúva. *In:* Cuidar. controlar. curar. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Hochman, G (org.), Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 493-528.

LÉVI-STRAUSS. A eficácia simbólica. *In:***Antropologia Estrutural I**. RJ:Tempo Brasileiro, 2002.

LOYOLA, Maria A. Rezas e curas de corpo e alma. *In:***Revista Ciência Hoje** n. 35, vol.6, 1987, p.35-43.

RABELO, M. C. Religião e cura: Algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas. *In:* **Cadernos de saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3):316325, 1993.

RABELO, M. C. Religião, ritual e cura. *In:***Saúde e doença:** Um olhar antropológico. RJ:FIOCRUZ, 1994, p. 46-55.

RABELO, M. C. e ALVES, P. C. Tecendo self e emoção nas narrativas do Nervoso. Experiência da doença e narrativa. *In:* Saúde e doença: **Um olhar antropológico.** RJ:FIOCRUZ, 1994, p. 187-204.

SPINK, M. J. et al. A construção da AIOS-notícia. *In:*Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(4):851-862, 2001.

9.1.5.9 Código/Disciplina: Sociologia da Juventude. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: A Sociologia das Gerações como campo de estudos teóricos e de intervenções práticas. As abordagens teóricas e metodológica da Sociologia da Juventude, como campo de investigação e intervenção das políticas públicas. Análise da sociabilidade juvenil relacionada com a transformação social na sua interface com a cultura, processos educativos e a formação política.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedra P. Retratos da Juventude Brasileira- Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania / Perseu Abramo, 2004.

BRITTO, S. Sociologia da juventude 1,11,11I e IV. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

JOVENS ACONTECENDO NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: CNPD, 1998.

Dossiê Juventude, Movimentos e Contestações. Sousa, Janice T. Ponte (org). Revista Política & Sociedade - Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, UFSC, n.8, 2006.

EISENSTADT, S. N. De geração em geração. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FORACCHI, Marialice M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. A participação social dos excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. **O estudante na transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude-** ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

KLEIN, Naomi. **Sem logo-** a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed.Record, 2002.

LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. **História dos jovens I e 11.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LOUREIRO, Isabel (org) Herbert Marcuse- A grande recusa hoje. São Paulo: Vozes, 1999.

MACIEL, Luiz Carlos. **Geração em transe-memórias dos tempos do tropicalismo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MADEIRA, Felícia R .. A roda viva do mercado. **Tempo e Presença**, n.240, an011, p. 9-13, 1989.

_____. **Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70**: questionando pressupostos e sugerindo pistas. Cadernos de Pesquisa São Paulo, n. 58, p. 15-48, agosto 1986.

MARGULLS, Mario & Urresti, Marcelo La juventud es más que una palabra. *In:*La juventud es más que una palabra-Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires, Edit. Biblos, 2000, p.13-30.

MANHEIMN, Karl. Funções das gerações novas. *In:* FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. **Educação e sociedade** - Leituras de sociologia da educação. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

MARTINS, Luciano. **A geração AI-5** - um ensaio sobre autoritarismo e alienação. Ensaio de Opinião, v.2, p. 72-103,1979.

- Juventude e Contemporaneidade Revista Brasileira de Educação- ANPED. n. 5 e 6, 1997.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade.Trabalho, educação**, **cultura e participação.** São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2003.

PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

POERNER, Arthur José. O poder jovem. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

SOARES, Luiz Eduardo, BILL MV, ATHAIDE, Celso. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUSA, Janice T. Ponte de. **Reinvenções da Utopia**- a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Haecker, 1999.

_____. Insurgências Juvenis e as novas narrativas contra o instituído.

CADERNOS DE PESQUISA, PPGSP, 2002.

_____. Juventude, contestação e a política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis. Mimeo.

9.1.5.10 Código/Disciplina: Política e Cultura. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: Tópicos de investigação e questões de método. Conceitos, categorias e ressignificação. Relações entre pesquisa social e análise política: ênfase sobre o eixo política e cultura. Relações entre política e cultura na perspectiva do debate contemporâneo sobre as tensões entre história e realidade. Marxismo, marxismo cultural e estudos culturais: as relações entre política e cultura e a convergência entre agir humano, ser social e consciência social. Determinação, mediação e contradições: produção cultural; produção simbólica; horizonte político-ideológico; hegemonia, ideologia e base material. Teoria Crítica. Linguagem, mídia, e semiologia. Estudos de caso.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. "O Campo Econômico", in **Revista Política e Sociedade, Dossiê:** Estado, mercado e regulação, Florianópolis: UFSC/PPGSP/Cidade Futura, n. 6, abril de 2005, p. 15-57.

_____. "Sobre o Poder Simbólico". *In:***O Poder Simbólico**, 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 7-16.

MORAES, Maria Célia e MÜLLER, Ricardo G.. **Tempos em que a razão deve ranger os dentes':** E. P. Thompson, História e Sociologia. Mimeo (XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Unicamp, setembro de 2003).

MÜLLER, Ricardo G.. "**Realismo e Utopia**: E. P. Thompson e o exterminismo", in Esboços, n. 12, Florianópolis, Programa de Pós-graduação em História/UFSC, 2004, p. 97-106.

OLIVEIRA, Francisco, **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003. _____. "O Ornitorrinco", p. 121-150, in Oliveira, Francisco, Crítica à razão dualista e o

ornitorrinco. S. Paulo: Boitempo, 2003. THOMPSON E. P.: "Prefácio", in **A Formação da Classe Operária Inglesa**, 2a ed, Rio, Paz e Terra, p. 9-14,

_____. Â miséria da teoria, ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62 (Cap. 7: "A lógica histórica").

WOOD, Ellen M. Prefácio à edição brasileira, p. 7-10; "Introdução", p. 13-24; "A separação entre o 'econômico' e o 'político' no capitalismo", p. 27-49, *In:***Democracia contra Capitalismo**, S. Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Sociedade civil e as políticas de identidade. *In*: **Democracia contra Capitalism**o, S. Paulo: Boitempo, 2002. p. 205-226

9.1.5.11 Código/Disciplina: Estudos Afro-Brasileiros. Carga horária: 80 h. Código: DFCS

EMENTA: Relações raciais e racismo no Brasil. Relações interétnicas e Identidade étnica. Estudos sobre os negros no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites. Séc. XIX. RJ. Paz e Terra. 1987.

BANTON, Michel. A idéia de raça. Lisboa: Martins Fontes.

BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras. México. Fondo de Cultura econômica. 1976.

CUNHA, Manuela C. **Negros.** estrangeiros. Os libertos e sua volta à África. Brasiliense. SP. 1985.

DUNN, L. C. e outros. **Raça e Ciência** 11. São Paulo: Perspectiva.

FRY, Peter. **A persistência da Raça:** ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOLDMAN, Márcio. "Segmentariedades e movimentos negros nas eleições em Ilhéus" In Mana. **Estudos de Antropologia Social.** 7(2) (pp. 57-93) PPGAS/Museu Nacional. Rio de Janeiro. 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. "Preconceito de cor e racismo no Brasil" In **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo: 2004, p.9-43.

MAIO, M.C., SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça. ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, s/d.

MONTES, Maria Lúcia. "Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia" In SCHWARCZ, Lilia Moritz, QUEIROZ, Renato da Silva. (orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp. 1996. (pp. 47-75)

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco:** estudo de relações raciais. São Paulo T. A Oueiroz, 1981.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo. Comp. das Letras 1987

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SCHWARTZ, Lilia M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, QUEIROZ, Renato da Silva. (orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp.

SEYFERTH, Giralda. "A invenção da raça e o poder dos estereotipas". Anuário Antropológico/ 93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SEVCENKO, Nicolau. "As alegorias da experiência marítima e a construção do europocentrismo". Idem. 1996. (pp. 113-145)

QUEIROZ, Renato da Silva. "Tanto preto quanto branco, mas sobretudo pretos". [s/l]1996. (pp. 297-305)

REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (orgs), **Raça como retórica:** a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VENTURA SANTOS, Ricardo e MAIO, Marcos Chor Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica" In Mana. Estudos de Antropologia Social. 10(1) (pp. 61-95). PPGAS/Museu Nacional. Rio de Janeiro. 2004.

9.1.5.12. Código/Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico. Carga horária: 120 h. Ano/série: 4°. Código: DEDG

EMENTA: A organização do trabalho pedagógico envolvendo a gestão e o 'fazer pedagógico'. A escola como espaço privilegiado para a formação continuada do docente. A construção do projeto político pedagógico. As formas de organização escolar: o modelo empresarial e a gestão democrática. A organização da escola diante da influência do neoliberalismo no campo da educação. Os movimentos escolares e a democratização da organização escolar. Fundamentos da gestão escolar. A função do gestor na organização escolar. As formas de organização escolares (ensino médio e superior) e não escolares (empresas, sindicatos, instituições de reabilitação profissional e medicina preventiva, etc.).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. (Org.). **Da escola carente à escola possível.** São Paulo: Loyola, 1986. BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

FÉLIX, Maria de Fátima. **Administração escolar:** um problema educativo ou empresarial? São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 20ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

NÓVOA, Antônio. As organizações escolares em análise. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Maria Neuza de. **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus: Edtus, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A.; FONSECA, Marília. **Dimensões do Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2003.

9.1.5.13. Código/Disciplina: Educação Inclusiva. Carga horária: 80 h. Ano/série: 4°. Código: DEES

EMENTA: A disciplina pretende proporcionar conhecimentos básicos referentes à educação inclusiva a partir de um espaço de discussão e problematização. Abordará o histórico da relação estabelecida entre sociedade e pessoas com deficiência; a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto da legislação educacional; a educação inclusiva no Pará; o currículo na escola inclusiva; a avaliação na inclusão; a produção da identidade e da diferença na escola; a problematização da inclusão de todos na escola regular.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: **Inclusão**: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, v. 1, n. 1., out. 2005.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**/ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União – ANO CXXXIV – nº 248 – 23 dez 1996 – Seção 1 – p. 27833-27841.

- ______. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial, 1998. ______. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e
- orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial, 2001.
- _____. **Plano Nacional de Educação** / Lei Federal nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/hmpage/homepage2.nsf/pages/LF10172>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 10 ago. 2007.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. *In:* LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.). **In/exclusão:** nas tramas da escola. Canoas: Editora ULBRA, 2007.
- LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/Exclusão: duas faces da mesma moeda. *In*:**Cadernos de Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Departamento de Educação Especial, LAPEDOC Vol. 2, nº 18. Santa Maria, RS, 2001.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- OMOTE, Sadao. Inclusão: da intenção à realidade. *In:* OMOTE, Sadao. **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.
- SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da inclusão:** desenvolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003.
- SARDAGNA, Helena Venites. Políticas de educação para todos: um imperativo nos sistemas de ensino. *In:* LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.). **In/exclusão:** nas tramas da escola. Canoas: Editora ULBRA, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n° 2, jul/dez, 1999, p. 15-32.
- SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- THOMA, Adriana. Sobre a proposta de Educação Inclusiva: notas para ampliar o debate. Revista Educação Especial. n. 23, 2004.
- VEIGA-NETO. Incluir para excluir. *In:* LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.M. **Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas**. Porto: Edições Asa, 1992.

BAPTISTA, M. Planejamento: Introdução à Metodologia do Planejamento Social. São Paulo(SP): MORAES, 1981.

CONSELHO Nacional de Educação. Resolução Nº 27. Brasília(DF): DOU, 2004. Disponível em: http://www.anaceu.org.br/legislação/resoluções/res.2-27-08-2004.html>. Acesso em: jan./2010.

COSTA, J.C. da. O Curso de Ciências Sociais sob a Ditadura Militar. Belém(PA): CFCH/UFPa., 1996.

DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola. Petrópolis(RJ): VOZES, 1994.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. DOCUMENTO. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/AM, maio/2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

FREIRE, P. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de janeiro(RJ): PAZ E TERRA, 1980.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GANDIN, D A Prática do Planejamento Participativo. Petrópolis(RJ): VOZES, 1994.

GANDIN, D. Em busca do Tempo Perdido: As Origens do Curso de Ciências Sociais da UFPa. Belém(PA): CFCH/UFPa.,Colegiado do Curso de Ciências Sociais, Mesa Redonda sobre Reformulação Curricular, 1985.

GANDIN, D. Planejamento como Prática Educativa. São Paulo(SP): LOYOLA, 1994.

GANDIN, D. Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Ciências Sociais: Uma Avaliação Crítica. Belém(PA): DCSP/CFCH/UFPa., 1988.

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino. São Paulo(SP): IBRASA, 1980.

MARX, K. & ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino. São Paulo(SP): MORAES, 1992.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/96. Brasília(DF): MEC, 1997

MEC/SESU. Referenciais Curriculares para o Curso de Ciências Sociais. Brasília(DF): MEC, 1999.

MELO, L. Cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e suas Implicações. Belém(PA): Jornal A Província do Pará, 1981.

MELO, L. O Curso de Ciências Sociais: Algumas Reflexões sobre sua Metodologia de Ensino na UFPa. Belém(PA): CACS/UFPa., Associação Regional do Sociólogo/ Semana do Curso de Ciências Sociais, 1981.

MELO, L. O Perfil do Sociólogo: Reflexões Críticas sobre o Profissional que se pretende formar. Belém(PA): DESOC/CFCH/UFPa., 1994.

MENEGOLLA, M. & SANT'ANA, I. Porque Planejar?, Como Planejar. Petrópolis(RJ): VOZES, 1992.

MINISTÉRIO da Educação do Brasil. Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação. Brasília(DF): CNE, 2001.

OLIVEIRA, O. F. de. Ciências Sociais e Mercado de Trabalho: Dilemas e Perspectivas. Rio de Janeiro(RJ): ENECS/UERJ, 1994.

PONTIFÍCIA Universidade Católica. O Curso de Ciências Sociais: Grade Curricular e Ementas. São Paulo(SP): http://www.pucsp.br/facsoc/CCSociais.htm.

PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Decreto Nº 4.176 que Regulamenta a Lei Nº 10.436 – LIBRAS. Brasília(DF): Disponível em: https://www.planalto.gov.br./ccivil03/Ato-204-206/ Consulta Libras.htm>. Acesso em: jan./2010

SANTOMÉ, J.T. Globalização e Interdisciplinaridade: O Currículo Integrado. Porto Alegre(RS): ARTMED, 1998.

UFRS. Planejamento e Organização do Ensino. Porto Alegre(RS): GLOBO, 1985.

UNIVERSIDADE da Amazônia. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Belém(PA): UNAMA, 2005.

UNIVERSIDADE de Brasília. Currículo de Habilitação em Graduação em Ciências Sociais. Brasília(DF): UNB, 2006. Disponível em: </http://www.serverweb.unb.br/matrícula web/graduação/currículo.aspx.cod 3166>. Acesso em: jan./2010.

UNIVERSIDADE de Campinas. Ciências Sociais: Currículo Pleno. Campinas(SP): UNICAMP, 2006. Disponível em:

http://www.unicamp.br/prg/dac/catalogo2002/cursos/cpl16.html>. Acesso em: jan. 2010.

UNIVERSIDADE de São Paulo. Informações Básicas do Currículo do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. São Paulo(SP): DIC/USPA, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Sociais. Salvador(BA): Disponível em: http://www.ufba.br/instituições/ufba/faculdades/ffch/ciencias sociais.html. Acesso em: jan.2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução que fixa o Currículo do Curso de Ciências Sociais. Goiânia(GO): UFGO, 2004.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. Sociologia & Antropologia: Disciplinas do Curso de Ciências Sociais. Belo Horizonte (MG): FAFICH/http://www.fafich.ufmg.br/soa/curso/discipl.htm. Acesso em: jan./2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA –UFSC. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais do Curso de Ciências Sociais: Reforma Curricular. Florianópolis (SC): UFSC, 2003/2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Macapá(AP): UFAP, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Graduação em Ciências Sociais: Estrutura Curricular – Seqüência Aconselhada. São Luís(MA): UFMA, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. A Sociologia Acadêmica e o Perfil do Sociólogo. Belém(PA): DESOC/CFCH/UFPa., 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Belém(PA): CFCH/UFPa., 2006.

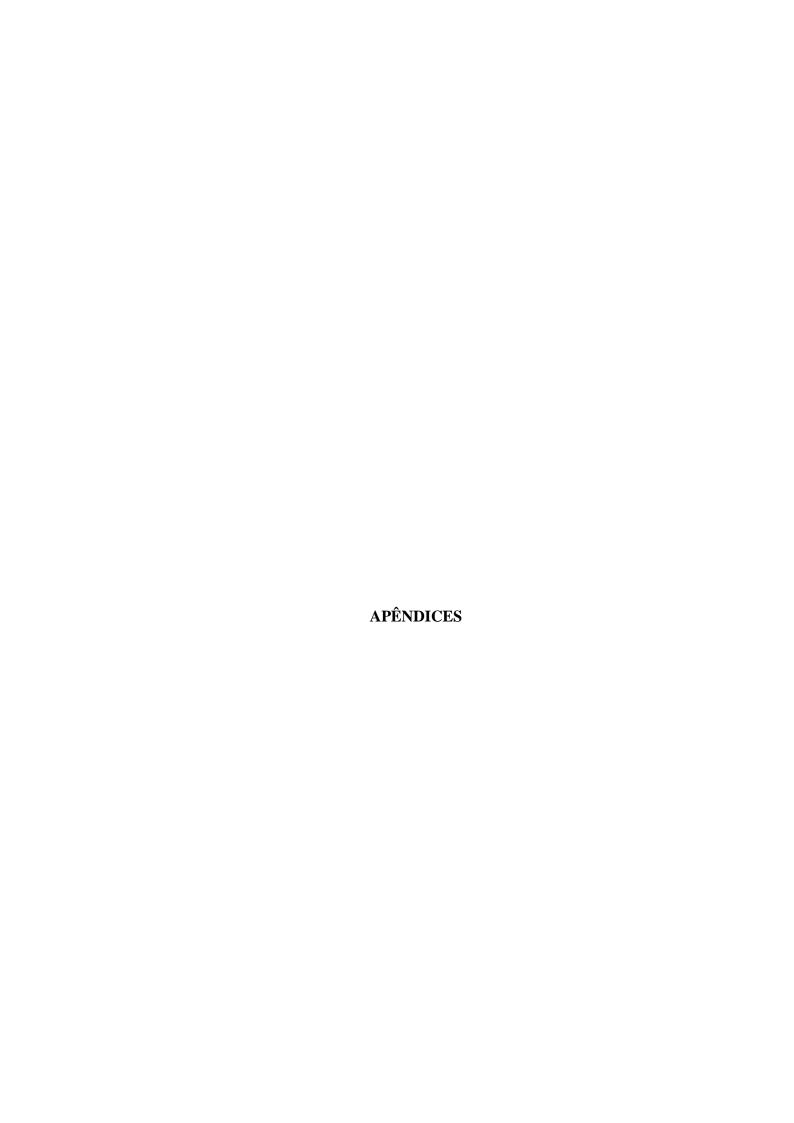
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto de Reformulação do Currículo de Ciências Sociais. Belém(PA): CFCH/UFPa., 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. O Curso de Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro (RJ): Disponível em: http://www.ifcs.br/ensino/graduação/csociais.htm. Acesso em: jan./2010.

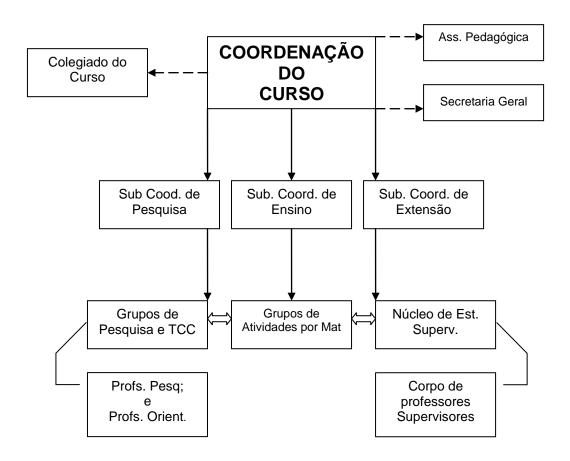
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais: Currículo Novo. Rio de Janeiro (RJ): UFF, 2006.

VEIGA, I & RESENDE, L. (Orgs.). Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo(SP): PAPIRUS, 2000.

VEIGA, I.P. (Org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas(SP): PAPIRUS, 1995.



APÊNDICE A: MODELOS DE ORGANOGRAMA E REGIMENTO GERAL DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS



REGIMENTO GERAL DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Normas Gerais Orientadoras

I DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A **estrutura organizacional interna** do Curso de Ciências Sociais deve se constituir dos seguintes setores:

1 COORDENAÇÃO GERAL:

Representada pelo Coordenador do Curso, eleito de dois em dois anos, a quem compete por atribuição legal:

- a) Presidir a construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Curso, visando atender às necessidades pedagógicas e sociais da comunidade;
- b) Representar o Curso, sob sua responsabilidade, perante autoridades e órgãos da Universidade;
- c) Deliberar sobre a elaboração e execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão de interesse do Curso;

- d) Encaminhar ao Colegiado do Curso os programas, as ementas e os projetos de ensino de cada disciplina elaborados pelos Departamentos;
- e) Promover, em conjunto com os Departamentos respectivos, sistemática avaliação do desempenho docente, acompanhando o desenvolvimento dos conteúdos programáticos em cada turma/disciplina;
- f) Acompanhar e avaliar a realização do Currículo do Curso, adotando medidas necessárias ao fiel e adequado cumprimento dos conteúdos programáticos e das cargas horárias estabelecidas, bem como das orientações emanadas do Projeto Político-Pedagógico do Curso;
- g) Encaminhar à Direção do Centro as necessidades de execução de programas de aperfeiçoamento e **complementação curricular** e de extensão, visando à melhoria da qualidade do Curso, sob sua coordenação;
- h) Elaborar o horário escolar atendendo ao número de turmas e sub-turmas em cada turno de funcionamento do Curso, encaminhando-o ao Diretor do Centro:
- i) Promover a execução da matrícula no âmbito do Curso, em articulação com o Serviço de Registro e Controle Acadêmico, observando o disposto no Regimento Geral da UEPA;
- j) Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- k) Enviar mensalmente ao Diretor de Centro a frequência dos Professores do Curso;
- 1) Convocar a eleição dos representantes docentes para o Colegiado do Curso.

II - COLEGIADO DO CURSO:

- O Colegiado do Curso é um órgão administrativo setorial com funções deliberativas e, responsável pela coordenação didático-pedagógica do Curso. É composto por:
- a) Coordenador (Presidente);
- b) Docentes-Representantes das matérias;
- c) Representação Discente (1/5).
- Os membros titulares e suplentes da Representação-docente das matérias possuem 70% das cadeiras e, serão eleitos pelos seus pares para mandato de um ano, permitida sua recondução por mais um ano.
- Os membros titulares e suplentes da representação-discente, com direito a voz e voto, constituem 1/5 (20%) e serão eleitos pelos seus pares para mandato de um ano, permitida sua recondução por mais um ano.

2.1 – Das Competências do Colegiado:

De acordo com as normas regimentais da UEPA, compete ao Colegiado do Curso:

- a) Implementar no Curso as decisões de cunho acadêmico e científico emanadas dos Conselhos de Centro e Universitário;
- b) Aprovar e encaminhar para análise, ao Conselho de Centro respectivo, as propostas de alterações do Currículo do Curso;
- c) Aprovar os programas e ementas das disciplinas do Curso, apresentados pelos Departamentos, de acordo com as orientações do Curso;
- d) Propor planos e projetos de pesquisa e extensão de interesse do Curso, encaminhando-os para análise do Conselho de Centro respectivo;
- e) Deliberar, em grau de recurso, sobre as decisões dos professores e do Presidente do Colegiado do Curso;

- f) Examinar e decidir sobre o aproveitamento e adaptações de estudos;
- g) Decidir, em grau de recurso, questões relacionadas com matrícula de alunos transferidos e diplomados, consultando o Serviço de Registro e Controle Acadêmico;
- h) Apurar possíveis responsabilidades do Coordenador do Curso pelo não cumprimento da legislação em vigor e, propor ao respectivo Conselho de Centro sua destituição, por maioria de dois terços de seus membros;
- i) Apreciar recomendações da Coordenação do Curso sobre assuntos de interesse do Curso;
- j) Decidir sobre matéria omissa neste Regimento, no âmbito de sua competência;
- k) Designar, dentre seus membros, substituto "pro-tempore" para preencher o cargo de Coordenador na ausência ou impedimento do titular.

III – ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

É um órgão pedagógico setorial com funções para assessorar a coordenação em assuntos didático-pedagógicos do Curso. É constituído por um:

3.1 – Pedagogo (na função de Assessor), tendo por atribuições:

- a) Assessorar Pedagogicamente a Coordenação e os demais órgãos do Curso, visando à execução satisfatória de suas atividades;
- b) Avaliar e acompanhar o andamento contínuo do Projeto Político-Pedagógico do Curso;
- c) Assessorar a Coordenação do Curso na realização e acompanhamento do Estágio Curricular do Curso;
- d) Assessorar os professores-supervisores de estágio no âmbito didático-pedagógico das atividades planejadas;
- e) Assessorar dando suporte técnico-pedagógico aos professores-orientadores de TCC em suas atividades didáticas;
- f) Organizar a jornada de defesa de TCC do Curso.

IV - SECRETARIA GERAL:

É um órgão administrativo destinado a fornecer apoio logístico às atividades do Curso, a quem compete:

- a) Secretariar a Coordenação e demais órgãos do Curso nas atividades de interesse do Curso;
- b) Participar junto com o NAU/SERCA, da matrícula dos alunos do Curso;
- c) Organizar os arquivos de documentação do Curso;
- d) Digitar e afixar os horários das aulas do Curso;
- e) Organizar e tomar a frequência dos professores;
- f) Prestar informações aos interessados sobre assuntos de interesse do Curso;
- g) Organizar os eventos didáticos, científico-culturais do Curso.

V – SUB-COORDENADORIA DE ENSINO:

É um órgão de sub-coordenação das atividades de ensino do Curso. É constituído por um professor da confiança da coordenação geral que na função de sub-coordenador, se dispõe a colaborar com o Coordenador do Curso nos assuntos relacionados ao **ensino**.

Ao sub-coordenador de Ensino compete:

a) Sub-coordenar, acompanhar, supervisionar e, avaliar as atividades de ensino de Licenciatura Plena em Ciências Sociais na capital e no interior;

- b) Sub-coordenar e supervisionar o controle acadêmico do Curso, em articulação com o NAU/SERCA do CCSE;
- c) Propor o aumento e/ou a redução de vagas no Curso, visando atender as necessidades da demanda que visam se candidatar ao Curso;
- d) Sub-coordenar o cumprimento das atividades de ensino do Projeto Político-Pedagógico do Curso:
- e) Sub-coordenar a elaboração e execução de projetos de ensino de interesse do Curso;
- f) Acompanhar a satisfatória execução do desenho curricular do Curso, propondo medidas para o adequado cumprimento dos conteúdos programáticos e das cargas horárias estabelecidas, bem como das orientações emanadas do P.P.P. do Curso;
- g) Organizar os grupos de atividades ligadas às matérias do Curso, para que se reúnam frequentemente visando discutir e avaliar as atividades de ensino relacionadas as suas respectivas matérias.

VI – SUB-COORDENADORIA DE PESQUISA:

É um órgão de sub-coordenação das atividades de pesquisa do Curso. É constituído por Professor/Pesquisador que na função de sub-coordenador, se dispõe a colaborar com o Coordenador do Curso nos assuntos relacionados à **Pesquisa**.

Ao Sub-Coordenador de Pesquisa compete:

- a) Sub-Coordenar a elaboração, a execução e, a avaliação de projetos de pesquisa de interesse do Curso;
- b) Sub-Coordenar e colaborar com a organização dos grupos de pesquisa do Curso;
- c) Participar em conjunto com a coordenação e dos grupos de pesquisa da definição dos eixos temáticos de pesquisa do Curso;
- d) Sub-Coordenar o cumprimento das atividades de pesquisa do P.P.P. do Curso;
- e) Participar da elaboração das diretrizes gerais do Trabalho de Conclusão de Curso;
- f) Acompanhar e avaliar o cumprimento adequado das diretrizes gerais do T.C.C.;
- g) Participar da construção do Manual para elaboração de T.C.C.;
- h) Organizar em conjunto com a Assessoria Pedagógica a Jornada de Defesa de TCC do Curso.

VII – SUB-COORDENADORIA DE EXTENSÃO:

É um órgão setorial encarregado de sub-coordenar as atividades de extensão do Curso. É representado por um professor extensionista que se dispõe a colaborar com a Coordenação Geral nos assuntos ligados à extensão universitária.

Ao Sub-Coordenador de Extensão compete:

- a) Sub-Coordenar a elaboração, execução e avaliação de projetos de extensão de interesse do Curso;
- b) Sub-Coordenar o cumprimento das atividades de extensão do P.P.P. do Curso;
- c) Coordenar o Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso;
- d) Fazer sondagem dos candidatos potenciais ao Estágio;
- e) Realizar a pré-matrícula do Estágio Supervisionado;
- f) Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades do Estágio.

VIII – NÚCLEO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

É um órgão da sub-coordenadoria de Extensão do Curso e deverá ser constituído por um professor designado pelo Coordenador Geral para coordenar o Núcleo de Estágio Supervisionado e um corpo de professores-supervisores do Estágio.

Ao Coordenador do Núcleo de Estágio, compete:

- a) Supervisionar a frequência dos alunos nas atividades desenvolvidas no Estágio;
- b) Acompanhar e avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- c) Coordenar as ações dos professores-supervisores de Estágio;
- O Núcleo de Estágio Supervisionado, além de seu Coordenador, deverá ter um **Corpo de Professores-Supervisores** lotado pelo Departamento, a quem cabe em conjunto com os alunos, executar o **Estágio Supervisionado**, propriamente dito.

Aos "professores-supervisores", compete:

- a) Elaborar os planos de ação do Estágio Curricular para o ano letivo;
- b) Orientar os alunos-estagiários a elaborarem suas propostas de trabalho;
- c) Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários em seus campos de estágio;
- d) Orientar os alunos-estagiários a elaborarem seus Relatórios de Estágio;
- e) Avaliar o rendimento escolar do Estágio desenvolvido pelos estagiários.

Finalmente, aos alunos-estagiários compete:

- a) Realizar sua matrícula no Estágio Supervisionado;
- b) Elaborar sob a orientação do Professor-Supervisor sua proposta de trabalho ao Estágio;
- c) Participar do Planejamento do Estágio;
- d) Executar as atividades prescritas no Estágio;
- e) Participar de reuniões, sessões de orientação e de avaliação das atividades desenvolvidas no Estágio;
- f) Elaborar sob a orientação do Professor-Supervisor o Relatório de Estágio.
- g) Encaminhar o seu Relatório de Estágio, após aprovação pelo Professor-Supervisor, ao Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso.

APÊNDICE B - MODELOS DE INSTRUMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

As instruções contidas neste documento, visam orientar docentes e discentes para a elaboração do Plano de Trabalho e o relatório do Estágio Supervisionado em Licenciatura Plena em Ciências Sociais, visando uma ação coordenada, sistematizada e integrada no intuito de contribuir para a maximização dos objetivos do Estágio Supervisionado.

METODOLOGIA DE TRABALHO

O Plano de Trabalho deve ser elaborado conjuntamente pelo aluno e pelo professor supervisor. Ambos devem reunir-se regularmente, conforme a carga horária definida no desenho curricular do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, para estabelecerem reflexões teóricas e práticas visando o aprimoramento e o melhor êxito do estágio. Além disso, o professor deve supervisionar "in *locu*" a prática do estágio, conforme cronograma estabelecido. Preferencialmente, o professor-supervisor deve levar o aluno a problematizar e a sistematizar teórica e empiricamente no campo de Estágio (instituição) um possível objeto de pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão do Curso.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE / ESTAGIÁRIO 1 Identificação Geral do Discente

- 1.1.Aluno/ Matrícula/Endereço/Fone/E-Mail:
- 1.2 Nome do Orientador do Estágio/Endereço/Fone/E-mail:
- 1.3 Local/Horário do Estágio:

- 2 Identificação das atividades gerais do Estágio
- 2.1 Título (temática) do Estágio.
- 2.2 Instituição e Local (cidade) do Estágio.
- 2.3 Objetivos.
- 2.4 Atividades do Estágio (práticas e teóricas).
- 2.5 Metodologia de Trabalho.
- 2.6 Cronograma de Execução.
- 2.7 Carga Horária Total (prática e teórica).

Belém.	de	 de	20
DUILIN	······································	 uv	#U

Assinatura do Professor-Supervisor

Assinatura Estagiário

MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

(Capa)

GOVERBO DO ESTADO DO PARÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ALUNO:

TÍTULO:

1. Identificação.
1.1 Aluno(a) / Matrícula:
1.2 Local do Estágio (Cidade)
1.3 Instituição:
1.4 Período: - Início: Término:
1.5 Carga Horária Total:
1.7 Nome do Prof. Supervisor:

1 Identificação

- **1. INTRODUÇÃO:** (apresentação da temática do Estágio, dos objetivos, enfoque sobre a instituição onde se realizou o Estágio).
- **2. DESENVOLVIMENTO:** exposição das atividades práticas e teóricas realizadas, a metodologia de trabalho, os resultados alcançados.
- **3. CONCLUSÃO:** exposição do significado e validade das atividades desenvolvidas; As potencialidades e limites encontrados na instituição para a realização do Estágio e para a experiência profissional; Se o curso proporcionou conhecimentos suficientes para a realização do estágio; A contribuição do Estágio para o aprendizado profissional e aprimoramento teórico; dificuldades encontradas; Sugestões para que o Estágio produza melhores resultados, Qual a colaboração da instituição onde foi feito o Estágio para o êxito ou não do Estágio; A contribuição do professor-supervisor e outros aspectos que considerar relevante.

Belém, de de de

Assinatura do Estagiário.

APÊNDICE C - MODELO FORMA DE PARECER DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E C. SOCIAIS CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM C. SOCIAIS

PARECER DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Considerando que o aluno
cumpriu os objetivos e as
diretrizes estabelecidas para o Estágio Supervisionado em Licenciatura Plena em Ciências
Sociais com a temática
desenvolvida no orientando-se
segundo a Resolução nº 1150/05-CONSUN, de 11.05.2005, e a Resolução nº 05/05/2007 do
Colegiado do Curso de Ciências Sociais, de 05.05.2007 e as normas elaboradas pelo Curso de
Ciências Sociais, somos de PARECER FAVORÁVEL, à aprovação de seu Relatório de
Atividades sob o conceito:
Belém/Pa., de de
Prof.(a) Supervisor do Estágio

APÊNDICE D - MODELO FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E C. SOCIAIS CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM C. SOCIAIS

FICHA DE AVALIAÇÃO DO T.C.C.(*)

TÍTULO	O DO TRABALHO:					
NOME !	DO CONCLUINTE:					
DATA I	OA AVALIAÇÃO://					
	DO PROFESSOR-ORIENTADOR: _					
Nº de Ordem	ASPECTOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO				
I	DADOS DO PRÉ-TEXTO:	1,0	0,75	0,5	0,25	0
1	Frontispício; Folha de Rosto; Folha Catalográfica; Folha de Aprovação; Resumo, Apresentação e Sumário.					
II 2	DADOS DO TEXTO: INTRODUÇÃO: (Considerações Gerais sobre a Temática; Descrição da Metodologia de Pesquisa e; Análise Crítica das Possibilidades e Limitações Teórico-Metodológicas enfrentadas).					
3	REFERENCIAL TEÓRICO: (Discussão crítica do Quadro de referência que fornece sustentabilidade teórica ao trabalho).					
4	Capítulo sobre a CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA: (Contendo os aspectos Históricos, Geodemográficos, Econômicos, Políticos e Sociais da Realidade Investigada).					

5	Capítulo sobre ANÁLISE E	
	<u>INTERPRETAÇÃO</u> <u>DOS</u> <u>DADOS</u> <u>LEVANTADOS</u> :	
	(Contendo análise dos seguintes	
	tópicos:	
	a) Tipicidade, Variabilidade	
	e Distribuição dos Dados;	
	b) Identificação das Idéias-	
	Força e Análise das	
	Correlações entre as	
	variáveis Estudadas;	
	c) Análise das Relações entre	
	os Dados Empíricos e a	
	Teoria.	
	Capítulo sobre ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS: (Contendo análise dos seguintes tópicos: d) Tipicidade, Variabilidade e Distribuição dos Dados; e) Identificação das Idéias-Força e Análise das Correlações entre as variáveis Estudadas; f) Análise das Relações entre os Dados Empíricos e a	
	Teoria.	
N° de Ordem	ASPECTOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO

Nº de Ordem	ASPECTOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,5	0,25	0
6	Parte Específica sobre as CONSIDERAÇÕES FINAIS do trabalho (onde se fazem constar): a) Inferência das Principais Conclusões alcançadas; b) Nível de Generalização dos Resultados Obtidos; c) Formulação dos Prognósticos ou Cenários Prováveis, caso as condições diagnosticadas se mantiverem; d) Proposições e Recomendações formuladas como Alternativas de Solução do Problema estudado.					

CITA	<u>OS DO PÓS-TEXTO</u> : ÇÕES DAS		
	RÊNCIAS: (devem ser	•	
relacio	nadas em ordem alfabética	,	
ou em	ordem de aparecimento das		
obras o	citadas no trabalho, de acordo		
com as	normas técnicas da ABNT).		
Inclusã	no dos APÊNDICES: (Onde		
são ap	resentados os instrumentos de		
Coleta	de Dados, os Quadros de		
Contro	le da Amostra Selecionada,		
Tabela	s e Gráficos).		
Inclusã	\ <u>1</u> '		
fotogra			
	ados pelo pesquisador)		
	os Apêndices e Anexos		
	receber uma identificação		
-	fica, escrita em letra Caixa-		
alta co	m título e numeração.		
	200000000000000000000000000000000000000		
OUTE		.	
ESSE	NCIAIS A SEREM		
ESSE!	NCIAIS A SEREM IDERADOS:		
ESSE!	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do		
ESSEI CONS a)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado;		
ESSEI CONS a)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da		
ESSEI CONS a)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a		
ESSEI CONS a) b)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a contemporaneidade;		
ESSEI CONS a) b)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a contemporaneidade; Nível de relacionamento da		
ESSEI CONS a) b)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a contemporaneidade; Nível de relacionamento da temática com as linhas		
ESSEI CONS a) b)	NCIAIS A SEREM IDERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a contemporaneidade; Nível de relacionamento da temática com as linhas prioritárias de pesquisa do		
ESSEI CONS a) b)	NCIAIS A SEREM DERADOS: Nível de Relevância do tema trabalhado; Nível de atualidade da temática em conexão com a contemporaneidade; Nível de relacionamento da temática com as linhas prioritárias de pesquisa do curso;		

Nº de Ordem	ASPECTOS DE AVALIAÇÃO		PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,5	0,25	0	
	OUTROS ASPECTOS						
	ESSENCIAIS A SEREM						
	CONSIDERADOS:						
	e) Estilo e coerência da						
	Linguagem Utilizada;						
	f) Nível de dialeticidade entre						
	utopia e realidade;						
	g) Nível de criticidade da						
	Mensagem do texto;						
	h) Nível de adequação da						
	Bibliografia ao objeto em						

		estudo;						
	i)	Contribuiçã	ões Teórico	-				
		Científicas	do trabalho.					
			TOTAI	4				
			TOTAL GERAI	4				
OUTROS COMENTÁRIOS:								
COMIS	SÃO E	XAMINAD	ORA:					-
		_	PRES	IDENTE				
		_	ME	MBRO				
		_	ME	MBRO				

^(*) Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado pela Prof^a. (Ms) Lúcia MELLO, Ex-Prof. Adjunto IV do Curso de Ciências Sociais da UFPa. no período de 1975 a 1995.



ANEXO A - LEI Nº 6.888, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SUB-CHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Lei nº 6.888, de 10 de Dezembro de 1980 Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Sociólogo e dá outras providências

- O Presidente da República faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
- **Art.1º** O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:
- a) Aos bacharéis em Sociologia, Antropologia e Política ou Licenciatura Plena em Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) Aos diplomados em Curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) Aos licenciados em Sociologia, Antropologia e Ciência Política ou Licenciatura Plena em Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- d) Aos mestres ou doutores em Sociologia, Antropologia, Ciência Política ou Licenciatura Plena em Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;
- e) Aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c e d, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei.

Art.2º - É da competência do Sociólogo:

- I Elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social:
- II Ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
- III Assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- IV Participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

- **Art. 3º -** Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades privadas, quando encarregados da elaboração execução de planos, estudos, programas e projetos sócioeconômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços.
- **Art. 4º -** As atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, em regime do Estatuto dos Funcionários Públicos, ou como atividade autônoma.
- **Art.** 5° Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham o Sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de Sociólogo a pessoas não habilitadas.
- **Art.** 6° O exercício da profissão de Sociólogo requer prévio registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:
- I Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do Art. 1°, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma da alínea e do Art. 1°;

II – carteira profissional.

Parágrafo Único: Para os casos de profissionais incluídos na alínea e do Art. 1°, a regulamentação desta Lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

- **Art. 7º -** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60(sessenta) dias.
- **Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 9º -** Revogam-se as disposições em contrário.

BRASÍLIA/DF, em 10 de dezembro de 1980; 159° da Independência e 92° da República.

João Figueiredo (Pte. Da República)

Murilo Macedo (Min.do Trabalho)

ANEXO B - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

Institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior.

- O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7° §1°, alínea "f", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado de Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:
- **Art.1º** A carga horária dos Cursos de Formação da Educação Básica, em nível superior, em Curso de Licenciatura, de Licenciatura Plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, **2.800** (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:
- I 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do Curso;
- II 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do Curso;
- III 1.800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.
- **Parágrafo Único**: Os alunos que exerçam atividades docentes regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.
- **Art. 2º** A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3(três) anos letivos.
- Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 4º -** Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o §2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

BRASÍLIA/DF. 19 de fevereiro de 2002. ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET Presidente do Conselho Nacional de Educação.

ANEXO C - RESOLUÇÃO CNE/CES Nº17, DE 13 DE MARÇO DE 2002.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resolução CNE/CES nº17, de 13 de março de 2002.

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

- **Art.1º** As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Sociais Antropologia, Ciência Política e Sociologia, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001, 2 1363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido Curso.
- **Art. 2º** O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo Curso de Ciências Sociais Antropologia, Ciência Política e Sociologia deverá explicitar:
 - a) O perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
 - b) As competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas;
 - c) As competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura plena;
 - d) Os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre;
 - e) Os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
 - f) A estrutura do Curso;
 - g) O formato dos estágios;
 - h) As características das atividades complementares;
 - i) As formas de avaliação.
- **Art.3º** A carga horária do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP nº 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 28/2001.
- **Art.4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BRASÍLIA/DF, 13 de março de 2002. ARTHUR ROQUETE DE MACEDO Presidente da Câmara de Educação Superior.

ANEXO D - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (4*)(**)

Dispõe sobre carga horária mínima **e** procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação, tendo em vista o disposto no art. 9°, do § 2°, alínea "c", da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei n° 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES n° 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II − a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular,contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h:

Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.

b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h:

Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e)Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h:

⁴ (*) Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.(**) Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6,com incorreção no original.

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO

Carga horária mínima dos cursos de Licenciatura Plena, bacharelados, na modalidade presencial

Curso Carga Horária Mínima

Administração 3.000 Agronomia 3.600

Arquitetura e Urbanismo 3.600 Arquivologia 2.400

Artes Visuais 2.400 Biblioteconomia 2.400

Ciências Contábeis 3.000 Ciências Econômicas 3.000

Licenciatura Plena em Ciências Sociais 2.400 Cinema e Audiovisual 2.700

Computação e Informática 3.000 Comunicação Social 2.700

Dança 2.400 Design 2.400

Direito 3.700 Economia Doméstica 2.400

Engenharia Agrícola 3.600 Engenharia de Pesca 3.600

Engenharia Florestal 3.600 Engenharias 3.600

Estatística 3.000 Filosofia 2.400

Física 2.400 Geografia 2.400

Geologia 3.600 História 2.400

Letras 2.400 Matemática 2.400

Medicina 7.200 Medicina Veterinária 4.000

Meteorologia 3.000 Museologia 2.400

Música 2.400 Oceanografia 3.000

Odontologia 4.000 Psicologia 4.000

Química 2.400 Secretariado Executivo 2.400

Serviço Social 3.000 Sistema de Informação 3.000

Teatro 2.400 Turismo 2.400

Zootecnia 3.600

ANEXO E - RESOLUÇÃO Nº 1150/05 – CONSUN, DE 11 DE MAIO DE 2005.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CONSELHO UNIVERSITÁRIO Resolução Nº 1150/05 – CONSUN, de 11 de Maio de 2005.

EMENTA: Aprova as Normas Gerais Orientadoras Referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará – UEPA.

O Reitor da Universidade do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral em vigor, e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Universitário, em sessão ordinária realizada no dia 11 de maio de 2005, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art.1º - Ficam aprovadas as Normas Gerais Orientadoras Referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará – UEPA, cujo teor em anexo é parte integrante desta Resolução, de acordo com o Processo nº 7148/04 – UEPA.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Estado do Pará, em 11 de maio de 2005.

FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS

Reitor e Presidente do Conselho Universitário

MODELO NORMAS GERAIS ORIENTADORAS REFERENTES AOS ESTÁGIOS CURRICULARES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Normas Gerais Orientadoras Referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará – UEPA.

Do Objetivo

Art.1º - Esta Resolução estabelece normas gerais orientadoras referentes aos Estágios Curriculares que nortearão todos os Cursos da Universidade do Estado do Pará, nas suas relações com as Unidades Concedentes de Estágio e Agentes de Integração.

Da Concepção do Estágio

- **Art.2º -** Considera-se estágio curricular as atividades de aprendizagem sociais, profissionais e culturais, proporcionadas ao discente pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UEPA, podendo ser obrigatório e não obrigatório.
- **Parágrafo Único** O Estágio, independente do aspecto profissionalizante direto e específico poderá assumir a forma de pesquisa e extensão, mediante aprovação dos projetos pelos órgãos competentes, respeitando a conformidade de cada currículo.
- **Art.3º** O Estágio Curricular Obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso como parte integrante (obrigatório) da formação do discente de acordo com as diretrizes curriculares, pertinentes, e indispensável para a conclusão do Curso de nível superior.
- **Art.4º** O Estágio Curricular Não Obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso como parte opcional para formação do discente e em área compatível com o Curso que esteja matriculado.

Parágrafo Único – No Termo de Compromisso deverá ser adotada a expressão: "Estágio Acadêmico Não Obrigatório".

Da Estrutura Organizacional

- **Art.5°** O acompanhamento das atividades previstas na presente resolução referente ao Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, será feito em nível superior e setorial.
- **Art.6º** Na Administração Superior compreenderá os seguintes órgãos:
- I Colegiado de Estágios Curriculares;
- II Coordenação Geral de Estágios Curriculares.

Parágrafo Único – Os órgãos de que trata o "caput" do artigo ficarão vinculados a Diretoria de Ensino de Graduação (DEN) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

- Art.7º Na Administração Setorial se efetivará por meio da:
- I Coordenação de Estágio Curricular do Curso.

Parágrafo Único – A Coordenação de Estagio Curricular do Curso ficará vinculada à Coordenação de Curso.

Do Colegiado de Estágios Curriculares

- **Art.8º** O Colegiado de Estágios Curriculares é órgão consultivo e deliberativo em assuntos pertinentes as atividades acadêmicas de estágios no âmbito da Universidade.
- **Art.9º** O Colegiado de Estágios Curriculares terá a seguinte composição:
- I Diretor do DEN, como presidente;
- II Coordenador Geral de Estágios Curriculares;
- III Coordenadores de Estágios Curriculares dos Cursos;
- IV Um representante discente por Centro, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes.
- **Art.10º** Compete ao Colegiado de Estágios Curriculares:
- I Avaliar os convênios de cooperação mútua ou instrumentos jurídicos referentes aos Estágios Curriculares, e emitir parecer de aprovação para assinatura por parte do Reitor;
- II Avaliar e emitir parecer referente às modificações apresentadas pelo Coordenador Geral dos Estágios e Coordenadores de Estágio dos Cursos referente aos Estágios Curriculares;
- III Deliberar, em grau de recurso, sobre as decisões do Coordenador Geral dos Estágios e Coordenadores de Estágio dos Cursos;
- IV Aprovar o Plano Geral do Estágio Curricular dos Cursos, de acordo com o constante dos Projetos Pedagógicos e com as Diretrizes Curriculares;
- V Opinar para aprovação e adoção de serviços de agentes de integração públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado a ser assinado pelo Reitor;
- VI Decidir sobre matéria omissa nesta resolução, referente aos Estágios Curriculares.

Da Coordenação Geral dos Estágios Curriculares

Art.11 – A Coordenação Geral dos Estágios Curriculares, será exercida por um Coordenador, docente efetivo em regime de trabalho de 40(quarenta) horas, com no mínimo de 03(três) anos de função pedagógica na UEPA e com mandato de 02(dois) anos, com direito a 01(uma) recondução.

- § 1º A primeira indicação para Coordenador Geral dos Estágios Curriculares será de responsabilidade da Diretoria de Ensino da PROGRAD, ficando as indicações posteriores a cargo do Colegiado dos Estágios Curriculares.
- § 2º O docente indicado para a Coordenação Geral dos Estágios Curriculares, deverá destinar 20(vinte) horas semanais efetivas.
- **Art.12** Compete ao Coordenador Geral dos Estágios Curriculares:
- I Acompanhar o desenvolvimento dos Estágios Curriculares no Projeto Pedagógico dos Cursos da Universidade;
- II Prestar informações estatísticas referentes ao número de discentes estagiários, locais, carga horária e outros dados relativos aos Estágios Curriculares;
- III Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, junto ao órgão competente na Universidade;
- IV Orientar, avaliar, elaborar e acompanhar a formalização dos Estágios Curriculares no âmbito da Universidade, através de convênio de cooperação mútua ou instrumento jurídico assinado pela entidade concedente e Reitor da Universidade;
- V Acompanhar o cumprimento das determinações desta Resolução e propor ao Colegiado de Estágios, em consonância com os Coordenadores de Estágios dos Cursos, modificações que julgar necessárias para a melhoria dos Estágios Curriculares no âmbito da Universidade;
- VI Ter nos arquivos cópia de convênios ou instrumentos legais de concessão de Estágios Curriculares;
- VII Avaliar o desenvolvimento dos Estágios Curriculares no âmbito da Universidade;
- VIII Realizar encontro Anual dos Estágios Curriculares da Universidade;
- IX Elaborar Relatório Geral das atividades desenvolvidas no Estágio Curricular, consolidado a partir do Relatório dos Estágios dos Cursos e encaminhá-lo ao DEN/PROGRAD.

Da Coordenação do Estágio nos Cursos

- **Art.13** A Coordenação do Estágio nos Cursos será exercida por um docente efetivo, com no mínimo 03(três) anos no exercício do estágio na Universidade, indicado pelos professores de cada Curso vinculados ao Estágio, com mandato de 02(dois) anos e direito a 1(uma) recondução.
- §1º O disposto no "caput" em relação ao tempo mínimo de função pedagógica, não se aplicará aos docentes dos Cursos do CCNT, até o momento em que o tempo mínimo previsto seja alcançado.
- §2° O docente indicado para Coordenador do Estágio Curricular do Curso, destinará 20(vinte) horas semanais de sua carga horária.

Art.14 – Compete ao Coordenador de Estágio do Curso:

- I Elaborar e atualizar, sempre que necessário, o "Manual de Orientação de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do Curso" e entregar aos alunos no início das atividades;
- II Articular junto às Instituições Concedentes de Estágios as providências necessárias a sua operacionalização;
- III Orientar os docentes e discentes na realização dos Estágios Curriculares do Curso;
- IV Opinar acerca das solicitações de docentes ligados aos Estágios;
- V Realizar reuniões para planejamento, avaliação e reorganização das atividades do Estágio;
- VI Ter nos arquivos cópia de convênios ou instrumentos legais de concessão de Estágios Curriculares:
- VII Manter-se informado quanto ao Seguro contra acidentes pessoais em favor do Estagiário;
- VIII Providenciar e manter arquivado na Coordenação de Estágio o Termo de Compromisso celebrado entre o estudante e a entidade concedente do Estágio, com interveniência obrigatória da Universidade;
- IX Manter atualizado cadastro de todos os alunos que estejam realizando Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório;
- X Desenvolver um trabalho integrado com os Departamentos, Coordenador do Curso e Coordenador Geral dos Estágios.

Da Supervisão dos Estágios Curriculares

- **Art.15** O Estágio Curricular Obrigatório será supervisionado e acompanhado por docentes supervisores de estágio lotado pela Chefia de Departamento e Coordenação de Curso.
- **Parágrafo Único** A carga horária do docente supervisor de estágio, previsto no "caput" do artigo deverá ser de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico.
- **Art.16** O Estágio Curricular Não Obrigatório será acompanhado e supervisionado, por docentes da UEPA ou profissionais da área de formação pertencente à instituição concedentes do Estágio.
- **Parágrafo Único** A supervisão aos locais onde os discentes estejam estagiando, deverá ser feita através de visitas mensais de acompanhamento e avaliação das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário.
- **Art.17** Os Coordenadores de Estágio e supervisores utilizarão os relatórios disponibilizados pelos Agentes de Integração como instrumentos de apoio para as supervisões dos Estágios Não Obrigatórios.

Dos Discentes-Estagiários

- **Art.18** O discente matriculado na UEPA realizará Estágio Curricular Obrigatório de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- **Art.19** O discente regularmente matriculado na UEPA e comprovadamente freqüentando o Curso, poderá realizar Estágio Curricular Não Obrigatório em órgãos públicos e particulares, de acordo com a avaliação do Colegiado do Curso.

- §1° O Estágio que trata o "caput" deste Artigo somente poderá verificar-se em unidades que tenham, condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do curso do discente.
- §2º O discente deverá estar em condições de realizar o Estágio, segundo o disposto na presente resolução.

Art.20 – Compete aos discentes-estagiários:

- I Ter representação no Colegiado de Estágios Curriculares que deverão ser eleitos pelos Centros Acadêmicos de cada Curso e após esse processo de eleição, escolherão dentre os mesmos: um titular e um suplente por Centro, com mandato de 01(um) ano, com direito a 01(uma) recondução;
- II Cumprir todas as atividades planejadas para o Estágio, inclusive as suplementares programadas e estabelecidas no Manual de Estágio e nesta Resolução;
- III Iniciar o Estágio Curricular Não Obrigatório somente após a assinatura do Termo de Compromisso, onde devem constar todas as atividades a serem desenvolvidas;
- IV Cumprir os preceitos ético-profissionais durante a execução de suas atividades no estágio;
- V Informar à Coordenação de Estágio situações que impliquem em dificuldades para a realização do estágio.

Da Execução do Estágio

- **Art.21** O cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório a ser realizado pelos alunos devidamente matriculados, sob forma remunerada ou não, poderá ter sua execução:
- I Na comunidade em geral, em trabalhos específicos, de pesquisa ou extensão, desde que aprovado em órgãos competentes;
- II Em empresas/instituições de natureza pública ou privada que, direta ou indiretamente mantenham convênio com a UEPA;
- III Nos escritórios técnicos ou laboratórios específicos da UEPA, desde que em setor que desenvolva atividade compatível com a área de Estágio selecionada;
- IV Na própria empresa/instituição onde o aluno mantenha vínculo empregatício desde que em setor que desenvolva atividades relacionadas com a área de Estágio proposta no Projeto Pedagógico.
- **Art.22** O Estágio Supervisionado das Licenciaturas obedece às mesmas regras que os estágios supervisionados curriculares, com a característica de ser orientado para atuação em campo de estágio onde a prática de docência é requerida. Tem peculiaridade de envolver o estagiário no contexto da Escola e por essa razão tem rotina de encaminhamento específica, segundo o calendário escolar da rede pública e privada.
- **Parágrafo Único** Terá direito a concessão de dispensa parcial(50% da carga horária total) nos termos do Parecer nº 744/97/CNE, o aluno já inserido como docente na rede de ensino, pública ou privada, mediante comprovação e acompanhamento da IES, através da Coordenação de Estágio do Curso.

Das Orientações Gerais

- **Art.23** As Diretrizes Básicas para o Estágio Curricular devem constar no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UEPA, observando os seguintes itens:
- I − Da finalidade;
- II Dos objetivos;
- III Das competências e habilidades;
- IV Das áreas do Estágio;
- V Do Estágio Obrigatório;
- VI Do Estágio Não Obrigatório;
- VII Das atribuições:
 - Do Coordenador de Curso;
 - Do Coordenador de Estágio;
 - Do Supervisor de Estágio;
 - Do Estagiário;
 - Da Unidade Concedente.
- VIII Do acompanhamento e Orientação;
- IX Da Avaliação e Aprovação.

Parágrafo Único – Cada Curso deverá elaborar um Manual de Estágio, baseado nas diretrizes do "caput" do artigo, podendo ser acrescidos de outros elementos atendendo as especificidades das áreas de conhecimento e devendo o mesmo ser entregue ao aluno no início das atividades.

Do Estágio Curricular Obrigatório

- **Art.24** Para fins de integralização curricular, os alunos matriculados em seus respectivos cursos deverão realizar, o Estágio Curricular Obrigatório.
- §1º O Estágio Curricular Obrigatório terá duração mínima de 06 (seis) meses, sendo a carga horária mínima de 12 (doze) horas semanais e máxima de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico.
- §2º O Estágio Curricular Obrigatório realizado no período de férias escolares deverá ter duração mínima de 20(vinte) dias, com carga horária máxima de 8(oito) horas/dia, ou de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico.
- **Art.25** A supervisão do estágio será exercida por Docente-Supervisor, indicado pela Coordenação de Estágio/Curso, com carga horária disponível para tal, com as seguintes competências:
- I Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades planejadas para o Estágio;
- II Registrar a frequência dos discentes estagiários;
- III Avaliar o desempenho do discente estagiário de acordo com o definido no Projeto Pedagógico do Curso;
- IV Cumprir a carga horária diária estabelecida para Estágio Curricular Obrigatório;
- V Apresentar sugestões de melhoria do desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório.

Estágio Curricular Não Obrigatório

- **Art.26** O Estágio Curricular Não-Obrigatório, poderá ser realizado pelo aluno com aprovação do Colegiado de Curso, desde que em área compatível com o Curso que esteja matriculado, sendo expressamente vedado no estágio o exercício de qualquer outra atividade não relacionada a sua área de formação.
- **Art.27** O Estágio Acadêmico Não-Obrigatório deverá ser formalizado através de dois instrumentos distintos:
- I Entre a UEPA e a parte concedente de oportunidade de Estágio;
- II Entre a parte concedente e o discente, mediante Termo de Compromisso, com interveniência da UEPA.
- **Parágrafo Único** É pressuposta de validade do Termo de Compromisso referido a descrição de todas as atividades/ações a serem desempenhadas pelo Discente-Estagiário.
- **Art.28** O Estágio Curricular Não-Obrigatório não poderá ter duração inferior a 06(seis) meses e nem superior a 02(dois) anos, sob pena de nulidade do Termo de Compromisso celebrado entre o aluno e a parte concedente do Estágio.
- §1º O Estágio Curricular Não-Obrigatório realizado no período de férias escolares deverá ter duração mínima de 20 (vinte) dias, com carga horária máxima de 08(oito) horas/dia.
- §2° A carga horária do Estágio Acadêmico Não-Obrigatório será de 04(quatro) até 06(seis) horas/dia, de segunda a sexta-feira, excluindo os dias de sábado e domingo, respeitando-se as especificidades de cada Curso.
- §3° No período de férias escolares, a jornada de Estágio será estabelecida de comum acordo entre o Estagiário e a parte concedente de Estágio, sempre com a interveniência da UEPA.
- **Art.29** Os procedimentos de supervisão deverão ser orientados consoante os seguintes critérios:
- I Cadastro atualizado de todos os alunos que estejam realizando Estágio Acadêmico Não-Obrigatório;
- II No caso de Estágio Curricular Não-Obrigatório de 06(seis) meses os Discentes-Estagiários deverão apresentar no mínimo dois relatórios, em formulário fornecido pelo Coordenador de Estágio Curricular do Curso, sendo um parcial no término do primeiro trimestre, e outro ao final do Estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente avaliados e assinados pelo responsável técnico do órgão concedente do Estágio ao qual o discente esteja vinculado:
- III No caso de Estágio Curricular Não-Obrigatório superior a 06(seis) meses, o Discente-Estagiário deverá apresentar relatórios semestrais de suas atividades, até o término do Estágio, em formulário próprio, avaliados e assinados pelo responsável técnico do órgão concedente, ao qual o discente esteja vinculado.
- **Art.30** A carga horária do Estágio Não-Obrigatório poderá ser aproveitada para o Estágio Obrigatório, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso e observando os seguintes termos:
- I A existência de convênio firmado entre as empresas/instituições de natureza pública ou privada e a UEPA;

- II − A carga horária de trabalhos específicos, de pesquisa, extensão ou estágio de férias, em áreas afins, desde que aprovado pelos órgãos competentes;
- III O vínculo do aluno com a empresa/instituição desde que as atividades sejam desenvolvidas em setores relacionados com a área de Estágio proposta no Projeto Pedagógico e com devido acompanhamento da Coordenação de Estágio do Curso.

Dos Agentes de Integração

- **Art.31** Os Agentes de Integração são organizações que auxiliam as Instituições de Ensino e seus alunos na obtenção e acompanhamento dos Estágios. Contribuem de forma significativa para a disponibilização de um maior número de Estágios com o conhecimento e habilidades adquiridos em sala de aula, junto às empresas conveniadas.
- §1º A UEPA poderá firmar convênio com serviços de Agentes de Integração públicos ou privados.
- §2° A análise do convênio a ser firmado com os Agentes de Integração deverá ser feito pelo Colegiado dos Estágios Curriculares.
- **Art.32** Os Agentes de Integração atuarão junto a Coordenação de Estágio da UEPA, com a finalidade de:
- I Identificar as oportunidades de Estágios Curriculares junto à pessoa jurídica de direito público e privado;
- II Auxiliar na agilização da documentação necessária para a realização do Estágio;
- III Prestar serviço de cadastramento de estudantes, campos e oportunidades de Estágios Curriculares, bem como de execução do pagamento de bolsas e outros solicitados pela Coordenação de Estágio;
- IV Co-participar com a Coordenação de Estágio, no esforço de viabilizar Estágios Curriculares.

Dos Convênios

Art.33 – Deverão ser firmados Convênios e Termos de Compromisso entre a UEPA e a Instituição/Empresa definido como Campo de Estágio(pessoas de direito jurídico público e privado).

Parágrafo Único – O Convênio que trata o "caput" do artigo deve ser celebrado pelo Reitor, como representante legal da UEPA e o representante legal da Instituição/Empresa concedente do Estágio.

- I A formalização de novos convênios pela UEPA deve ocorrer no prazo máximo de 30(trinta) dias e ter vigência mínima de 12(doze) meses;
- II Cabe a UEPA cumprir as normas disciplinares de trabalho da Instituição/Empresa concedente do Estágio;
- III A Instituição concedente do Estágio, o agente de integração ou a UEPA devem garantir seguro acidente ao Estagiário;
- IV A Instituição concedente do Estágio deve garantir condições de aprendizagem ao Estagiário na área de sua formação;
- V Oferecer supervisão ao Estagiário por técnico da área de formação e possibilitar supervisão pelo docente-supervisor;
- VI Colaborar com as atividades de qualificação periódica do Estágio conforme normas da UEPA.

- **Art.34** De acordo com a legislação, a realização de Estágio Curricular não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.
- **Art.35** A Instituição concedente do Estágio poderá conceder auxílio financeiro ao Estagiário a título de Bolsa de Estágio.

Parágrafo Único – Não será permitido ao discente acumular estágios curriculares, bem como recebimento de Bolsa de Estágio.

Do Termo de Compromisso

- **Art.36** O Termo de Compromisso de Estágio a ser celebrado entre o discente e o órgão concedente, com interveniência obrigatória da UEPA, deve conter os seguintes requisitos mínimos:
- I Identificação da UEPA, do Estagiário, Curso e representante legal da empresa concedente;
- II Qualificação e assinatura das partes envolvidas Empresa e UEPA;
- III Número de apólice de seguro contra acidentes e nome da Companhia Seguradora;
- IV Compatibilização entre o Curso do Estagiário e atividades desenvolvidas na Empresa;
- V Data de início e término do Estágio;
- VI Atividades a serem desenvolvidas e área de atuação dos mesmos;
- VII Valor da Bolsa, quando houver;
- VIII Jornada Semanal.

Parágrafo Único – Caso estas condições não sejam atendidas fica descaracterizado o Estágio e há existência de vínculo empregatício.

Do Registro Acadêmico

- **Art.37** O Estágio Curricular realizado com aproveitamento pelo discente será registrado no Histórico Escolar, sendo o Não-Obrigatório comprovado ainda por certificação emitida pela Coordenação de Estágios dos Cursos da UEPA.
- **Art.38** Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo Colegiado de Estágio da UEPA. Belém/Pa., 11 de Maio de 2005.

Fernando Antonio Colares Palácios (Reitor da UEPA)